

Programação de Reabilitação Urbana na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Execução intercalar dos PEDU e PARU (maio 2017)

André Gouveia Marquês

**Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão do Território:
Planeamento e Ordenamento do Território**

Outubro, 2017

Relatório de Estágio apresentado para cumprimentos dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território, realizado sobre a orientação científica da Professora Margarida Pereira e co-orientação do Professor Rui Pedro Julião.

Agradecimentos

Quero começar os meus agradecimentos pela minha família Mãe, Pai e irmã e também à minha namorada Sofia pelo apoio e incentivo não só nesta fase, mas também em todo o meu percurso académico, foram essenciais para alcançar os meus objetivos pessoais com sucesso.

Em segundo lugar, agradecer à Dr.^a Linda Irene Pereira (orientadora na CCDDR-LVT), pelo apoio diário e motivação nas fases mais complicadas do estágio, pelos conhecimentos partilhados e pela paixão que transmite no trabalho que faz. Agradecer também à professora Margarida Pereira (orientadora científica) pela confiança, apoio, ensinamentos e por me ter proporcionado a oportunidade de realizar este estágio que muito me ensinou e ainda ao professor Rui Pedro Julião pela sua co-orientação.

Um agradecimento especial ao Presidente da CCDDR-LVT, Engenheiro João Teixeira, não só pela oportunidade que proporciona aos jovens de efetuar estágios numa instituição com a relevância da CCDDR-LVT, mas também pelo interesse demonstrado pelo trabalho por mim desenvolvido.

Por fim, agradecer a todos com quem convivi e trabalhei na CCDDR-LVT, tendo de destacar o Dr. Carlos Pina, a Dr.^a Fernanda do Carmo, o Dr. Hugo Carmo e a Dr.^a Isabel Quaresma, relevando o contributo e apoio prestado durante o estágio e na execução do relatório que agora apresento.

Programas e Planos de Reabilitação Urbana na Região de Lisboa e Vale do Tejo

André Marquês

Resumo

Palavras-chave: Reabilitação Urbana, Áreas de Reabilitação Urbana, Financiamento Europeu, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano.

O presente relatório resulta do trabalho desenvolvido na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) na Direção de Serviços de Ordenamento do Território, em articulação com a estrutura de apoio técnico do Programa Operacional Regional de Lisboa.

Este estágio surgiu da necessidade da CCDR-LVT aprofundar os estudos sobre as dinâmicas de reabilitação urbana na região, no seguimento de alguns relatórios já produzidos por esta entidade no que toca a esta temática, tais como a “*Infodata LVT n.º 9 A reabilitação urbana na RLVT*”.

Neste sentido, este relatório centra-se na identificação das áreas de reabilitação urbana em vigor na região de estudo e as suas operações de reabilitação e no estudo dos Programas Operacionais Regionais e qual o contributo destes para a reabilitação urbana na região através dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que os municípios elaboram para obter financiamento. Para a AML foi efetuado um estudo das ações programadas e aprovadas pelos municípios à data de 31 de maio de 2017, enquanto que para os restantes concelhos do Oeste e Vale do Tejo, o estudo centrou-se no levantamento das ações aprovadas para o mesmo período temporal, sendo analisados a distribuição espacial, os montantes alocados e as tipologias de ações que estão a ser implementadas nesta região. Este estudo foi realizado através dos elementos inseridos numa base de dados criada para a CCDR-LVT.

Para além do estudo dos aspetos acima referidos, desenvolveu-se uma metodologia de avaliação (questionário) para um dos indicadores de monitorização das ações integradas nos Planos de Ação de Reabilitação Urbana e Planos de Ação Integrado em Comunidades Desfavorecidas - *Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção*. Esta metodologia, aplicada numa área já intervencionada recorrendo a financiamento europeu (Largo do Cais do Sodré e Largo do Corpo Santo), visou avaliar como os utilizadores da área em causa ponderam a eficácia da intervenção face aos objetivos pretendidos.

Programs and Plans of Urban Rehabilitation in the Region of Lisbon and Tagus Valley Region

André Marquês

Abstract

Keywords: Urban Rehabilitation, Areas of Urban Rehabilitation, European Funds, Urban Development Strategic Plans.

This internship report results from the work developed in the “Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT)” in the Direção de Serviços de Ordenamento do Território in articulation with the technical support structure of the “Programa Operacional Regional de Lisboa”.

This internship arose from the need that the CCDR-LVT felt to deepen the studies regarding the dynamics of urban rehabilitation of this region. It came in the follow-up of some reports already produced by this entity regarding this subject, such as “Infodata LVT nº9, The Urban Rehabilitation in the RLVT”.

This report focuses on identifying the current areas of urban rehabilitation applied in the region of study and its urban rehabilitation operations (when they exist), as well as the study of the Regional Operational Programs and their contribution to the urban regeneration in the region through the Strategic Urban Development Plans (PEDU) that municipalities produce to obtain funds. For the AML, it was possible to carry out a study of the actions programmed and approved by the municipalities until May 31, 2017, while for the remaining municipalities of the West and Tagus Valley, the study focused on the survey of actions approved for the same time period, aiming to analyze the spatial distribution, assigned amounts and typologies of actions being implemented in this region.

In addition to the study of the aspects above, it was developed a methodology of evaluation (questionnaire) for one of the monitoring indicators of the actions integrated in the Urban Rehabilitation Action Plans and Action Plans Integrated in Disadvantaged Communities - *Increase in the level of satisfaction of residents in the intervened areas*. This methodology was applied in an area of study already intervened using European funds (Largo do Cais do Sodré and Largo do Corpo Santo) in order to verify its effectiveness towards the objectives predefined

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice de Figuras	vi
Siglas e Acrónimos	ix
1. Introdução.....	1
1.1. Âmbito do Estágio	1
1.2. Instituição de acolhimento e área de estudo	2
1.3. Contexto/pertinência da temática.....	4
1.4. Objetivos do Relatório	5
1.5. Estrutura do Relatório	5
I – Enquadramento da Problemática.....	6
2. A Reabilitação Urbana em Portugal.....	6
2.1. O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.....	7
2.2. Incentivos fiscais e financiamento	9
2.3. Programas de Financiamento Nacionais	11
3. Acordo de Parceria Portugal 2020	12
3.1. Programas Operacionais	14
3.2. Contributo do Portugal 2020 para a Reabilitação Urbana – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável.....	15
3.3. Programas Operacionais na RLVT	18
II – Programas e Planos de Reabilitação Urbana na RLVT	21
4. Base de Dados da Reabilitação Urbana.....	21
4.1. Estrutura da Base de Dados	21
4.2. Elementos fundamentais da Base de Dados.	24
4.2.1. Informação estatística / alfanumérica organizada em Ficheiros Excel	24
4.2.2. Informação geográfica contida em ficheiros shapefile	27
4.2.3. Projeto SIG, utilizando o software QGIS, que permite visualizar e editar a informação alfanumérica e geográfica	28
4.2.4. Mapas/layouts que permitem a representação cartográfica de determinada informação constante na base dados	28
5. Análise da informação da base de dados	29
5.1. Áreas de Reabilitação Urbana.....	29

5.2. Operações de Reabilitação Urbana (Simples e Sistemáticas).....	31
5.3. PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana	33
5.4. Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	36
5.4.1 Área Metropolitana de Lisboa – PEDU	37
5.4.2. Oeste - Operações aprovadas a 31 de maio.....	49
5.4.3. Médio Tejo - Operações aprovadas a 31 de maio	51
5.4.4. Lezíria do Tejo - Operações aprovadas a 31 de maio	54
5.4.5. Análise comparativa entre as NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo	56
6. Manual de Utilização da Base de Dados	58
III – Metodologia para avaliação do indicador de resultado – Aumento do grau de satisfação dos residentes em áreas intervencionadas.....	59
7. O Estudo de Caso – Intervenção de Requalificação nos largos do Cais do Sodré e do Corpo Santo, Lisboa	61
7.1. Caraterização da área e da intervenção em estudo.....	61
7.2. Resultados	63
7.2.1. Perfil dos Inquiridos	63
7.2.2. Utilização da área intervencionada	64
7.2.3. Apreciação da operação de requalificação	65
7.2.4. Domínios a melhorar	70
7.3. Síntese Final.....	71
8. Considerações Finais	72
Referências Bibliográficas.....	74
Anexos.....	77

Índice de Figuras

Figura 1. Estrutura da Base de dados, junho/2017	22
Figura 2 - Informação constante dos ficheiros Excel da base de dados, junho/2017.....	25
Figura 3 - Estrutura do ficheiro Excel referentes às ações integradas nos PERU, junho/2017.....	26
Figura 4 - Estrutura do ficheiro Excel referente às ações programadas nos PEDU, por concelho, junho/2017.	27
Figura 5 - Áreas de Reabilitação Urbana na RLVT, junho/2017	29
Figura 6 - Áreas de Reabilitação Urbana e Operações de Reabilitação Urbana na RLVT, junho/2017.....	30
Figura 7 - As Áreas de Reabilitação Urbana de Lisboa, junho/2017	31
Figura 8 - As Áreas de Reabilitação Urbana de Loures, junho/2017	31
Figura 9 - Tipologias de Operação de Reabilitação Urbana na RLVT, junho/2017	31
Figura 10 - Distribuição geográfica das Operações de Reabilitação Urbana na RLVT, junho/2017.....	32
Figura 11 - Montantes programados no PERU por concelho (€), junho/2017.....	35
Figura 12 - Número de operações programadas por tipologia de plano na AML, maio/2017	37
Figura 13 - Investimento elegível programado por plano na AML (€), maio/2017	38
Figura 14 - Investimento participado médio por operação (€) na AML, maio/2017	38
Figura 15 - Número de operações programadas por tipologia de intervenção (PAMUS) na AML, maio/2017. Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.	40
Figura 16 - Investimento elegível programado por tipologia de intervenção (€) (PAMUS) na AML, maio/2017	40
Figura 17 - Número de operações programadas por tipologia de intervenção na AML (PARU), maio/2017.....	41
Figura 18 - Investimento elegível por tipologia de intervenção na AML (€) (PARU), maio/2017	41
Figura 19 - Número de operações programadas por tipologia de intervenção na AML (PAICD), maio/2017	43
Figura 20 - Investimento elegível por tipologia de intervenção na AML (€) (PAICD), maio/2017	43
Figura 21 - Número de operações programadas por concelho na AML (PEDU), maio/2017	44
Figura 22 - Proporção do investimento programado por concelho na AML (%) (PEDU), maio/2017	45
Figura 23 - Investimento médio por operação por concelho na AML (€) (PEDU), maio/2017	46
Figura 24 - Número de operações programadas e aprovadas na AML (PEDU), a 31 de maio de 2017	47
Figura 25 - Investimento elegível aprovado por tipologia de plano na AML (€) (PEDU), 31 de maio de 2017.....	47
Figura 26 - Percentagem dos montantes aprovados por tipologia de plano na AML (PEDU), 31 de maio de 2017	48
Figura 27 - Operações aprovadas por concelho na AML (PEDU), 31 de maio de 2017	48

Figura 28 - Investimento elegível aprovado por concelho na AML (€) (PEDU), 31 de maio de 2017	49
Figura 29 - Número de operações aprovadas por concelho no Oeste, 31 de maio de 2017	50
Figura 30 - Montante elegível aprovado por concelho no Oeste (€), 31 de maio de 2017	51
Figura 31 - Montante elegível aprovado por tipologia de plano no Oeste (€), 31 de maio de 2017	51
Figura 32 - Número de operações aprovadas por tipologia de plano no Oeste, 31 de maio de 2017	51
Figura 33 - Número de operações aprovadas por concelho no Médio Tejo, 31 de maio de 2017	52
Figura 34 - Investimento elegível aprovado por concelho no Médio Tejo (€), 31 de maio de 2017.	53
Figura 35 - Número de operações aprovadas por tipologia de plano no Médio Tejo - maio/2017	53
Figura 36 - Montante elegível aprovado por tipologia de plano no Médio Tejo (€) - maio/2017	53
Figura 37 - Número de operações aprovadas por concelho na Lezíria do Tejo, 31 de maio de 2017	54
Figura 38 - Montante elegível aprovado por concelho na Lezíria do Tejo (€), 31 de maio de 2017	55
Figura 39 - Montante elegível aprovado por tipologia de plano na Lezíria do Tejo (€) - maio/2017	56
Figura 40 - Número de operações aprovadas por tipologia de plano na Lezíria do Tejo - maio/2017	56
Figura 41 - Comparação entre os investimentos elegíveis e participados no âmbito das PI 4.5, 6.5 e 9.8 nas NUTS da RLVT, 31 de maio de 2017	57
Figura 42 - Localização Geográfica da intervenção no Largo do Cais do Sodré e Corpo Santo.	62
Figura 43 - Escalão Etário dos Inquiridos, julho/2017	63
Figura 44 - Concelho de residência dos inquiridos, julho/2017	64
Figura 45 - Motivos de frequência dos inquiridos, julho/2017	64
Figura 46 - Frequência de utilização dos inquiridos, julho/2017	65
Figura 47 - Conhecimento da origem do financiamento, julho/2017.....	69

Índice de Quadros

Quadro 1 - Características da intervenção no Largo do Cais do Sodré e Largo do Corpo Santo	62
Quadro 2 - Classificações atribuídas aos parâmetros avaliados no questionário, julho/2017	68
Quadro 3 - Qualidade e importância de aspetos intervencionados, julho/2017	70
Quadro 4 - Aspetos a melhorar na ótica dos inquiridos, julho/2017	70

Siglas e Acrónimos

ADC	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AIDUS	Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ARU	Área de Reabilitação Urbana
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CIM	Comunidade Intermunicipal
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
EIDT	Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
UE	União Europeia
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana.
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
OVT	Oeste e Vale do Tejo
PAICD	Plano de Ação Integrada para Comunidades Desfavorecidas
PAMUS	Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável
PARU	Plano de Ação para a Reabilitação Urbana
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PERU	Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
PIB	Produto Interno Bruto
POR	Programa Operacional Regional
RLVT	Região de Lisboa e Vale do Tejo

1. Introdução

O presente relatório de estágio intitulado “Programação de reabilitação urbana na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Execução intercalar dos PEDU e PARU (maio 2017)”, tem como finalidade a obtenção do grau de mestre em Gestão do Território com especialização em Planeamento e Ordenamento do Território ministrado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1.1. Âmbito do Estágio

O estágio foi realizado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), na Direção de Serviços de Ordenamento do Território, em articulação com a Estrutura de apoio técnico do Programa Operacional Regional de Lisboa, tendo orientação da Dr.^a Linda Irene Pereira, com uma duração de 800 horas, entre os meses de dezembro de 2016 e junho de 2017.

O estágio surgiu num contexto de continuidade dos trabalhos efetuados pela CCDR-LVT, no seguimento do estudo realizado sobre a reabilitação urbana denominado “*Infodata LVT n.º9, A reabilitação urbana na RLVT*”. Este documento faz um enquadramento aos processos de reabilitação urbana na região.

Os objetivos do estágio passaram por efetuar uma análise da informação respeitante às Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e às ações programadas e aprovadas no âmbito do Portugal 2020 respeitantes a esta temática, mais especificamente aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) elaborados pelos municípios, efetuando uma leitura das suas características, como montantes e tipologias, mas também produzindo elementos gráficos, para verificar a implementação geográfica dessas mesmas intervenções.

Para além da análise desta informação, também se desenvolveu uma metodologia de análise e perceção do grau de satisfação dos utilizadores face às áreas intervencionadas com financiamento europeu, sendo este um dos indicadores de monitorização das ações financiadas através da Prioridade de Investimento 6.5 e 9.8 do quadro atual - 6.5 “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, a recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído” e 9.8 “Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais”.

1.2. Instituição de acolhimento e área de estudo

Como referido o estágio decorreu na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, instituição pertencente à Administração Pública Regional. A sua atuação está associada a seis objetivos estratégicos, sendo eles:

“ Visão - Contribuir para o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, para a competitividade, a qualidade de vida e a dinâmica territorial e social na governabilidade da Região de Lisboa e Vale do Tejo e no enquadramento dos Planos Regionais do Ordenamento do Território, do Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 e da RIS3 (Research and Innovation Strategies for Smart Specialization)

Participação - Capacitar estrategicamente os atores no quadro de uma participação ativa, com articulação intersectorial, intra e inter-regional, multi-prazos e multi-escalas, para o desenvolvimento regional, o ordenamento do território, o ambiente e a aplicação estratégica e eficaz dos fundos comunitários e a competitividade

Governança - Contribuir para a articulação, promovendo a cooperação entre: os níveis local, regional e nacional; as políticas públicas e a iniciativa privada; os sectores; a estratégia de curto, médio e longo prazo

Políticas Estruturais - Contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos e das políticas publicas estruturantes, nomeadamente da Estratégia de Inovação Regional para a Especialização Inteligente da Região de Lisboa 2014-2020

Cooperação em Rede - Dinamizar a organização e a participação em rede, no contexto da competitividade e cooperação local, regional, nacional e internacional

Eficiência - Melhorar o desempenho organizacional, através de serviços de excelência.”¹

Quanto às competências desta entidade o Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de setembro (Lei orgânica das CCDR) identifica no seu artigo nº 2 as seguintes:

“a) Contribuir para a definição da política de desenvolvimento regional no quadro da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais, desenvolver estudos de articulação de

¹ in <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/missao--visao-e-objetivos-estrategicos/7292.html>, 31 de setembro de 2017

políticas setoriais no espaço regional e elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais;

b) Assegurar a articulação entre instituições da administração direta do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas e dinamizar a cooperação inter-regional transfronteiriça, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o reforço da sua competitividade, com base em estratégias de desenvolvimento sustentável de níveis regional e local;

c) Promover e garantir uma adequada articulação intersetorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional, em termos de concertação estratégica e de planeamento das intervenções de natureza ambiental, económica e social, numa ótica de desenvolvimento regional;

d) Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações;

e) Executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente e de ordenamento do território;

f) Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, assegurando a sua articulação com os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional;

g) Assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão que lhes sejam confiadas no âmbito da política de coesão da União Europeia em Portugal;

h) Dinamizar e promover, na respetiva região, as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a sua competitividade económica e social e para a sustentabilidade.

i) Executar as medidas respeitantes à aplicação dos regimes de incentivos do Estado à comunicação social, bem como assegurar a fiscalização do respetivo cumprimento, nos termos da lei.”²

Por fim, quanto ao âmbito geográfico da CCDR-LVT este integra quatro NUTS III: a Área Metropolitana de Lisboa, Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste. Totalizando no seu conjunto um total de 52 municípios:

- **Área Metropolitana de Lisboa** – Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira

² http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1819&tabela=leis, 31 de setembro de 2017.

- **Lezíria do Tejo** – Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém,
- **Médio Tejo** - Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Peniche, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha
- **Oeste** – Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras.

De referir ainda, o facto de o âmbito da CCDR-LVT incidir sobre os 52 municípios no que diz respeito ao desenvolvimento regional, ambiente e ordenamento. Mas em termos de financiamento o seu Programa Operacional Regional (POR LISBOA 2020) apenas abrange os 18 municípios da AML, estando a Lezíria do Tejo associada ao POR Alentejo 2020 e o Oeste e o Médio Tejo ao POR Centro 2020.

1.3. Contexto/pertinência da temática

A temática central abordada neste relatório de estágio é a reabilitação urbana e os vários programas e planos que a implementam. A pertinência do tema prende-se com o facto da reabilitação urbana se assumir cada vez mais como uma política utilizada pelas autoridades locais (municípios) no âmbito do desenvolvimento urbano, assumindo uma relevância considerável na região em estudo.

Esta realidade tem várias justificações. Em primeiro lugar, resulta da implementação do regime jurídico da reabilitação urbana aprovado em 2009 e da sua alteração em 2012, a qual facilitou/agilizou o processo de delimitação de áreas de reabilitação urbana. Assim, as iniciativas políticas de delimitação destas aumentaram exponencialmente face aos variados benefícios associados a este regime. Além desta iniciativa de fomentar a reabilitação à escala nacional, também a União Europeia tem vindo a defender essa orientação, expressa quer na Agenda Territorial 2020 (CE, 2011), quer nos envelopes financeiros programados nos fundos comunitários para o período 2014-2020, incluídos nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano. Neste sentido, para acionar a Prioridade de Investimento 6.5, as ações a financiar através desta, devem estar inseridas em áreas de reabilitação urbana previamente delimitadas, fomentando assim a sua delimitação por parte dos municípios que ambicionam obter financiamento para esta vertente.

A delimitação de áreas de reabilitação urbana ajuda ainda os municípios a combater vários problemas associados ao modelo urbano extensivo, particularmente evidente na Área Metropolitana de Lisboa, fomentando a reabilitação dos centros históricos e ajudando na política de desincentivo da expansão das áreas periféricas. Por sua vez, fora dos grandes centros urbanos a reabilitação urbana também tem vindo a assumir relevância, uma vez que através dos instrumentos a esta associados tem sido possível fomentar a reabilitação de núcleos urbanos de menor dimensão, quase sempre com elevados níveis de degradação do seu edificado.

Neste contexto tem-se constatado um forte aumento do número de Áreas de Reabilitação Urbanas aprovadas pelos 52 (cinquenta e dois) municípios que constituem a área de intervenção da CCDDR-LVT, sendo por isso, pertinente efetuar um estudo desta realidade e da sua distribuição espacial.

1.4. Objetivos do Relatório

Aquando do começo do estágio foram definidos dois objetivos gerais para o mesmo, que agora se refletem neste relatório:

- Realizar um estudo referente às dinâmicas de reabilitação urbana na Região de Lisboa e Vale do Tejo, referente às Áreas de Reabilitação Urbana e ao financiamento atribuído pelos Programas Operacionais Regionais para a Reabilitação Urbana.

- Desenvolver uma metodologia (questionário) para avaliar um dos indicadores de resultado associados às Prioridades de Investimento 6.5 e 9.8, denominado “*Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção*”.

Para além destes objetivos gerais, foram ainda identificados cinco objetivos específicos: *i)* recolher informação sobre a temática; *ii)* criar uma base de dados bem como um Manual de suporte de apoio aos seus utilizadores; *iii)* Analisar a informação integrada na base de dados referentes às ARU e aos Programas Operacionais Regionais da região; *iv)* Verificar a taxa de execução dos PEDU à data de 31 de maio (data inicial de encerramento do período de candidatura; *v)* aplicar o questionário numa área intervencionada com recurso a financiamento europeu.

1.5. Estrutura do Relatório

A estrutura do relatório encontra-se dividida em quatro capítulos, pelo que importa identifica-los e expor quais os conteúdos que se encontram em cada um destes.

O primeiro capítulo apresenta um breve enquadramento teórico à reabilitação urbana em Portugal, onde se expõe alguns dos principais aspetos do regime jurídico da reabilitação urbana, os benefícios fiscais estão associados ao mesmo e, ainda, quais os programas nacionais de financiamento a intervenções neste âmbito. Para além disso, aborda o financiamento europeu da reabilitação e como é este aplicado em Portugal. É também feita uma introdução aos Programas Operacionais Regionais, aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, quais os montantes associados a estes e, de que forma se financiam os municípios da região em estudo.

O segundo capítulo, o mais extenso, apresenta todo o trabalho efetuado no decorrer do estágio e analisa quais os resultados a que foi possível chegar. No primeiro ponto (4) encontra-se uma breve apresentação da base de dados criada para o sistema de informação da CCDR-LVT e do manual de utilização, disponibilizado em anexo. Na segunda parte deste capítulo (5), apresentam-se os resultados e análises que decorrem da informação recolhida na base de dados, tanto no que respeita às Áreas de Reabilitação Urbana como no respeitante aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano.

O terceiro capítulo do relatório corresponde à metodologia de avaliação de um dos indicadores de resultado associado à PI 6.5 e PI 9.8 do POR LISBOA. Neste é feito um enquadramento do que levou ao desenvolvimento desta, e apresentam-se os resultados da sua aplicação no Largo do Cais do Sodré e Largo do Corpo Santo, de forma a efetuar a sua validação.

Por fim, as conclusões onde se apresentam as principais elações retiradas do trabalho desenvolvido, permitindo aferir as dinâmicas de reabilitação urbana na região estudada.

I – Enquadramento da Problemática

2. A Reabilitação Urbana em Portugal

Nesta fase inicial do relatório importa abordar de que forma a reabilitação urbana é fomentada em Portugal, nomeadamente através do regime jurídico e dos instrumentos e ferramentas que o integram.

A aposta na reabilitação urbana é cada vez mais uma realidade, com especial relevância nas cidades de Lisboa e do Porto, onde o número de edifícios reabilitados aumentou significativamente nos últimos anos, derivado sobretudo à forte procura turística existente nestas cidades e que tem vindo a aumentar a cada ano.

Neste sentido, é fundamental que se tente transportar esta aposta na reabilitação urbana para outras cidades do país, tendo como grande objetivo revitalizar os seus centros históricos, melhorando a sua capacidade de atração de população sem que exista a necessidade de expandir os parques habitacionais periféricos, implementando, no entanto, medidas que combatam alguns dos fenómenos que decorrem da reabilitação urbana, tais como a gentrificação ou a proliferação do alojamento local.

2.1. O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

Ao assumir que a reabilitação urbana seria uma ferramenta fulcral na política de ordenamento do território em Portugal, foi criado um regime jurídico com o objetivo de reger a sua implementação.

O regime Jurídico da Reabilitação Urbana foi criado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto; pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro e ainda, mais recentemente, pelo Decreto-Lei nº 88/2017, de 27 de julho. As alterações mais relevantes foram implementadas pela Lei nº 32/2012 e tiveram como finalidade agilizar e dinamizar os processos de reabilitação urbana na sua essência. A análise que faremos deste regime jurídico leva em linha de conta estas alterações, tendo sido efetuada com base na versão atualizada deste regime.

Tendo em vista este objetivo foram implementadas três grandes medidas que se pretendia serem facilitadoras deste processo, sendo elas:

- Flexibilização e simplificação dos procedimentos de criação de Áreas de Reabilitação Urbana;
- Criação de procedimentos simplificados de controlo prévio de operações urbanísticas;
- Regulação da implementação deste regime da reabilitação urbana em edifícios ou frações mesmo que estes estejam localizados fora de Áreas de Reabilitação Urbana, desde que a sua idade de construção seja superior a 30 anos e cujo estado de conservação justifique uma intervenção de reabilitação.

Importa também compreender algumas das especificidades do regime em si, nomeadamente, quais os requisitos legais e procedimentos que os municípios devem cumprir tendo em vista a delimitação de ARU e quais as vantagens que a implementação destas proporciona às entidades privadas e aos próprios municípios.

Assim, e entrando na análise ao regime, são vários os aspetos a ressaltar, desde logo o facto de ser relativamente extenso, algo que se torna explícito nos seus 17 objetivos (expostos no 3º artigo).

Os primeiros aspetos legais aqui presentes prendem-se com o “*regime da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana*”, tratando os aspetos associados à criação de ARU e à sua gestão.

Como forma de promover a reabilitação urbana os municípios podem aprovar ARU com uma determinada delimitação e respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU) que será desenvolvida na mesma, sendo este um aspeto obrigatório, ou seja, a cada ARU deve corresponder uma ORU, que pode ser simples ou sistemática.

As operações de reabilitação urbana simples focam-se na reabilitação do edificado por parte dos proprietários privados e as operações de reabilitação sistemáticas pressupõem uma intervenção integrada, isto é, uma intervenção que, para além da reabilitação do edificado, também tem como pressuposto a requalificação de infraestruturas, equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de uso coletivo, pelo que a esta modalidade está associado um maior investimento público.

As ORU têm de ser geridas e coordenadas por uma entidade gestora, que pode ser o município ou uma empresa do setor empresarial local, existindo casos em que os municípios criam Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU) que têm como finalidade gerir os processos de reabilitação urbana dos mesmos.

O próximo regime que deve ser destacado é denominado “*Regime das Áreas de Reabilitação Urbana*”, onde são abordados todos os aspetos inerentes à regulação destas. O objeto das ARU são os espaços urbanos que, face ao seu estado de degradação ou obsolescência, necessitem de uma intervenção integrada que promova um acentuado melhoramento do espaço e ambiente urbano.

As ARU podem corresponder a centros históricos, património cultural imóvel, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas. É ainda apresentado um aspeto legal fundamental a este regime “*Caso a aprovação da ARU não se efetue simultaneamente com a aprovação de respetiva ORU, a primeira caduca se no prazo de 3 anos a segunda não for aprovada*” (Artigo 15º).

A delimitação das ARU é da responsabilidade do município em que estão inseridas, nomeadamente, da Assembleia Municipal. O processo deve integrar os seguintes elementos: memória descritiva e justificativa, onde são apresentados os fundamentos e os objetivos estratégicos a prosseguir; planta de delimitação da área;

quadro de benefícios fiscais associados aos impostos municipais IMI e IMT (Artigo 14º).

As ORU devem ser aprovadas através de instrumentos próprios ou de plano pormenor de reabilitação urbana, sendo a sua aprovação responsabilidade da Assembleia Municipal, através de proposta da Câmara Municipal ou de uma entidade gestora externa. O projeto de ORU deve ser ainda submetido a discussão pública e remetido ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para emissão de parecer não vinculativo antes da aprovação final da ORU.

Finalizada a aprovação, a ORU vigora pelo prazo fixado, podendo este ser prorrogado até ao limite de 15 anos após a primeira aprovação, podendo, posteriormente, ser aprovada uma nova ORU para a mesma área de reabilitação urbana.

Este regime estipula a obrigação da monitorização das operações de reabilitação urbana (artigo 20º-A), devendo a entidade gestora elaborar anualmente um relatório onde seja feita a monitorização da ORU. Para além disso, a cada 5 anos deve ser elaborado um relatório de avaliação da execução da ORU. Em ambos os casos devem ser submetidos à Assembleia Municipal e divulgados publicamente para que seja do conhecimento público a forma como estão a ser executadas estas operações e resultados obtidos, permitindo verificar se a política de reabilitação urbana promovida pelo município está a atingir os objetivos definidos.

2.2. Incentivos fiscais e financiamento

Assumindo-se a reabilitação urbana como uma política prioritária no contexto nacional e para que esta passe à prática, é fundamental que seja fomentada, nomeadamente, no setor privado. Assim, e com base no regime jurídico da reabilitação urbana estão legislados vários benefícios fiscais, sobretudo no que toca a impostos municipais e também deduções de encargos no decorrer das intervenções, promovendo desta forma a reabilitação do edificado degradado existente em áreas prioritárias.

Um dos principais incentivos assenta na diminuição da contribuição fiscal a nível municipal, com benefícios fiscais no IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e no IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), os quais têm regimes distintos.

A isenção de IMI é aplicada aquando da reabilitação de prédios urbanos existindo duas modalidades: *i*) isenção durante 3 anos decorrente do reconhecimento das obras realizadas através de vistoria por parte da Câmara Municipal e ainda da emissão de dois

certificados energéticos (antes e depois das obras para comprovar a melhoria de 2 níveis energéticos); *ii*) isenção durante 5 anos, e que pode ser renovável por uma vez, através de deliberação da Assembleia Municipal, aplicada a prédios urbanos que estejam localizados em ARU e cuja intervenção nestes vá de encontro às predisposições estratégicas destas.

A isenção de IMT é executada em operações de aquisição de imóveis urbanos com a finalidade de os reabilitar, podendo ser aplicada em duas modalidades: *i*) quando nos 3 anos consecutivos à sua aquisição se realizem obras de reabilitação do mesmo; *ii*) isenção de pagamento de IMT em imóveis destinados exclusivamente a habitação própria e permanente quando se trate da primeira transmissão onerosa deste e caso esteja localizado em ARU.

Para além destas isenções, existem ainda outros benefícios fiscais, nomeadamente: a dedução de encargos realizados com a reabilitação de imóveis (EBF: art.º 71º, n.º4), no qual pode ser realizada uma dedução de IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) até ao limite de 500 euros e correspondente ao máximo de 30% dos encargos decorrentes da reabilitação de imóveis; a tributação de mais-valias a uma taxa autónoma de 5% (EBF; art.º71, n.º5) desde que estas decorram da venda de imóveis situados em ARU e recuperados; e a redução da taxa de IVA a 6% a empreitadas de reabilitação urbana. Estes benefícios são aplicados apenas em situações de localização em ARU e se vão ao encontro dos princípios estratégicos por esta definidos.

No que toca ao financiamento respeitante à reabilitação urbana deve ser visto de duas perspetivas: *i*) o financiamento das autoridades locais (municípios) que promovem ações de reabilitação com uma escala de intervenção superior, tratando-se de investimentos em equipamentos públicos ou espaços de utilização coletiva que visem o melhoramento do ambiente e espaço urbano; *ii*) o financiamento atribuído às entidades privadas, assentando este sobretudo em ações de reabilitação do parque habitacional.

As modalidades de financiamento são também distintas. O financiamento de operações de reabilitação urbana fomentadas pelos municípios, pode partir diretamente de investimento dos municípios ou pode existir uma comparticipação através de candidatura aos Programas Operacionais geridos pelas Autoridades de Gestão do Programa Operacional da região em questão, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Este processo é feito através de apresentação de candidatura em resposta aos concursos lançados pelas autoridades de gestão. O

financiamento é obtido maioritariamente através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), correspondendo este apenas a uma percentagem do investimento total efetuado pelos municípios (ver capítulo seguinte).

O financiamento atribuído a entidades privadas é feito através do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRRU) gerido pelo IHRU. Este consiste na atribuição de produtos financeiros que se caracterizam por possuírem condições mais favoráveis que as condições de mercado, sendo que os edifícios a reabilitar devem estar sempre inseridos em ARU e terem uma idade igual ou superior a 30 anos ou que possuam um estado de conservação igual ou inferior a 2 de acordo com os critérios estabelecidos no DL n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro.

2.3. Programas de Financiamento Nacionais

Para além dos benefícios associados ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, existem em Portugal programas de financiamento da reabilitação urbana, administrados pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Estes programas são: “Reabilitar para Arrendar”, “Reabilitar para Arrendar – Habitação acessível” e o “PROHABITA”.

O Programa **Reabilitar para Arrendar** concede empréstimos com condições mais favoráveis aos Municípios, Empresas Municipais e às Sociedades de Reabilitação Urbana, financiando as seguintes tipologias de operações:

“- Reabilitação ou reconstrução de edifícios cujo uso seja maioritariamente habitacional e cujos fogos se destinem a arrendamento nos regimes de renda apoiada ou de renda condicionada;

- Reabilitação ou criação de espaços do domínio municipal para uso público desde que ocorram no âmbito de uma operação de reabilitação urbana sistemática, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto;

- Reabilitação ou reconstrução de edifícios que se destinem a equipamentos de uso público, incluindo residências para estudantes;

- Construção de edifícios cujo uso seja maioritariamente habitacional e cujos fogos se destinem a arrendamento nos regimes de renda apoiada ou de renda

*condicionada, desde que se tratem de intervenções relevantes de preenchimento do tecido urbano antigo.”*³

O programa **Reabilitar para Arrendar – Habitação acessível** tem como único objetivo financiar operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, e após esta intervenção os mesmos devem ter como finalidade o uso habitacional, nomeadamente para arrendamento com regime de renda condicionada. Este programa destina-se a pessoas singulares ou coletivas que podem ser de natureza privada ou pública, desde que possuam edifícios prontos a reabilitar.⁴

O **PROHABITA** tem como objetivo combater situações de carência habitacional, funcionando através da celebração de acordos entre entidades municipais e o IHRU. Ao contrário dos anteriores não fomenta diretamente a reabilitação urbana, sendo uma ferramenta que disponibiliza financiamento para a reabilitação de habitações unicamente caso estas sejam destruídas ou danificadas por: “calamidades, intempéries ou outros desastres naturais”.⁵

Além dos três programas referidos, já existiram em tempos outros programas tais como o RECRIA, REHABITA, RECRIPH e o SOLARH, todos com o objetivo de fomentar a reabilitação, tendo sido extintos em 2012, devido a restrições orçamentais.

3. Acordo de Parceria Portugal 2020

Os Programas Operacionais são a ferramenta que operacionaliza os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, mediante os diversos quadros comunitários e durante o período de vigência destes. Atualmente, esta operacionalização está diretamente relacionada com o Programa Portugal 2020, acordo de parceria efetuado entre Portugal e a Comissão Europeia, definindo as estratégias e áreas para as quais o financiamento se destina.

Os princípios deste programa vão ao encontro das estratégias europeias, nomeadamente a Estratégia Europa 2020 à qual estão subjacentes os princípios do Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

³<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/reabilitarparaarrendar/reabilitarparaarrendar.html>

⁴

http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/reabilitarparaarrendar_ha/reabilitarparaarrendar_habitacao_acessivel.html

⁵ http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/programas_de_financiamento/prohabita.html

Este programa obtém o seu financiamento através de cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento:

- FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - tem como principal objetivo promover o desenvolvimento económico e social através da valorização do potencial intrínseco das regiões apostando num desenvolvimento sustentável. Os seus âmbitos de intervenção estão diretamente ligados à criação de infraestruturas de base nos domínios dos transportes, do ambiente, da reabilitação urbana, da educação, da saúde e da cultura.

- Fundo de Coesão – fundo apenas destinado a “Estados-Membros cujo Rendimento Nacional Bruto (RNB) por habitante seja inferior a 90% da média da UE” (Comissão Europeia, in *ec.europa.eu*). São abrangidos 15 países, incluindo Portugal. O seu âmbito de financiamento está relacionado com a promoção do investimento em redes transeuropeias de transportes e também em matérias ambientais relacionadas com a energia e os transportes.

- FSE – Fundo Social Europeu – “O FSE investe em pessoas, com ênfase na melhoria das oportunidades ao nível do emprego e do ensino (...), visa melhorar também a situação das pessoas mais vulneráveis” (Comissão Europeia, in *ec.europa.eu*). Tem aplicação em todos os Estados-Membros e visa o Capital Humano. Neste âmbito a Comissão Europeia definiu quatro objetivos temáticos: Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral; Promover a inclusão social e combater a pobreza; Investir na educação e nas qualificações e, por último, melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.

- FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – é o instrumento primordial para a implementação do 2º Pilar da Política Agrícola Comum da União Europeia. Os seus objetivos têm como finalidade o desenvolvimento das áreas rurais: “melhorar a competitividade das empresas agrícolas, florestais e agroalimentares; ajudar a proteger a natureza e o ambiente, apoiar as economias rurais e ajudar a qualidade de vida nas zonas rurais” (IFAP in <http://www.ifap.min-agricultura.pt>).

- FEAMP – Fundo Europeu dos assuntos marítimos e das pescas – Os seus objetivos passam pelo apoio na transição para uma pesca sustentável, ajudar as comunidades costeiras a diversificarem a sua base económica e o financiamento de projetos que criem novos postos de trabalho e ajudem a melhorar a qualidade de vida das populações costeiras. Portugal é o quinto país com maior alocação financeira neste fundo para o período 2014-2020.

O fundo que financia as intervenções de reabilitação urbana é o FEDER, financiando as ações inseridas nos PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) que são os instrumentos produzidos pelos concelhos para obterem financiamento.

3.1. Programas Operacionais

Como já referido os Programas Operacionais permitem operacionalizar o investimento europeu. Subdividem-se em duas tipologias:

- Programas Operacionais Temáticos (com os quais não iremos trabalhar) englobam o COMPETE2020, o POISE (Programa operacional para a inclusão e emprego), o POCH (Programa Operacional Capital Humano) e o POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos).

- Programas Operacionais Regionais, (com os quais iremos trabalhar) onde se enquadram os programas NORTE2020, CENTRO2020, LISBOA2020, ALENTEJO 2020, ALGARVE 2020 e, AÇORES 2020 e MADEIRA 14-20.

Por se tratar da Região de Lisboa e Vale do Tejo, as análises formuladas cingem-se ao Programa Operacional LISBOA2020, através do qual os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa obtêm o seu financiamento, ao PO CENTRO 2020 que atribui financiamento aos concelhos do Oeste e Médio Tejo e ao PO ALENTEJO 2020 que financia os concelhos da Lezíria do Tejo.

O motivo pelo qual os concelhos que integram a região de Lisboa e Vale do Tejo obtêm o seu financiamento de programas operacionais distintos do programa gerido pela CCDDR-LVT – POR Lisboa 2020, prende-se com a possibilidade de obterem taxas de comparticipação mais elevadas. Isto porque existem três categorias de regiões:

- As denominadas regiões menos desenvolvidas cujo PIB *per capita* é inferior a 75% da média da UE, onde se encontram as Regiões do Norte, Centro, Alentejo e Região Autónoma dos Açores, os quais obtêm uma taxa de cofinanciamento de 85%.

- As regiões em fase de transição, com um PIB *per capita* entre os 75% e 90% da média da UE, encontrando-se nesta categoria a região do Algarve, obtendo uma taxa de cofinanciamento de 80%.

- As regiões mais desenvolvidas, em que o PIB *per capita* é superior a 90% da média europeia, integrando-se aqui a AML com uma taxa de cofinanciamento de 50% e

a Madeira que têm a taxa nos 85% (a RAM obtém uma taxa de financiamento superior uma vez que é uma região ultraperiférica).⁶

Com base nesta distinção verifica-se que ao recorrerem aos Programas Operacionais do Alentejo e do Centro, os municípios têm a oportunidade de obter um financiamento de 85% ao invés dos 50% recebidos pelos concelhos que integram o Programa Operacional de Lisboa.

3.2. Contributo do Portugal 2020 para a Reabilitação Urbana – Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável

Como já referido, a reabilitação urbana e o desenvolvimento urbano assumem-se como uma das prioridades do quadro comunitário atual, facto explícito nas prioridades estratégicas definidas nas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas e aplicadas em Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) que são um elemento essencial na estrutura dos programas operacionais regionais.

As Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) são implementadas através de um eixo autónomo dos Programas Operacionais Regionais (com exceção do Programa Operacional Regional do Algarve) que enquadram um conjunto de operações visando a promoção de sistemas de mobilidade urbana sustentáveis, a melhoria do ambiente urbano e da revitalização das cidades e a reabilitação e regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas⁷.

Assim, destas ações de desenvolvimento urbano são implementadas pelos POR, através das prioridades de investimento 4.5 “promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção de mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação”; 6.5 “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, a recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído” e 9.8 “Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais” que são financiadas através da

⁶ In Agência para o Desenvolvimento e Coesão, (2015) “*As regiões no Portugal 2020.*”

⁷ In <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/FAQs-Tema5>, 31 de setembro de 2017.

execução dos PEDU, que por sua vez, é um conjunto de planos, correspondendo cada um destes a uma das prioridades acima apresentadas. Estas prioridades de intervenção 4.5, 6.5 e 9.8 integram o designado eixo prioritário 8, de desenvolvimento urbano sustentável do POR Lisboa 2020.

Para que os municípios se possam candidatar ao financiamento europeu neste domínio têm de elaborar um documento estratégico designado Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Este documento é composto por três planos distintos (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS, Plano de Ação para a Regeneração Urbana – PARU e Plano de Ação Integrado para comunidades desfavorecidas - PAICD). Cada um dos planos referidos corresponde a uma das prioridades acima expostas. O município pode optar por não mobilizar ações de todas as prioridades, pelo que nesse caso apenas necessitará de elaborar os planos correspondentes às ações que pretenda dinamizar na sua área de intervenção.

Importa agora aprofundar a análise e com isso demonstrar alguns dos requisitos e componentes fundamentais de cada um destes planos.

- Plano de Ação Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS - P.I. 4.5) – Este plano tem um âmbito territorial que corresponde ao nível NUTS III, podendo ser elaborado aos níveis municipal e intermunicipal, com preferência pela segunda modalidade. Tal como a sua designação indica, as operações aqui financiadas visam a melhoria das condições de mobilidade, nomeadamente através do investimento coerente com a ideia de sustentabilidade.

Nesse sentido, as ações passíveis de serem financiadas neste âmbito têm de incidir numa das seguintes tipologias de intervenção: Investimentos nos modos suaves (ciclovias ou vias pedonais); Melhoria da rede de interfaces com a rede de transportes públicos coletivos; Reforço da integração multimodal; a estruturação de corredores urbanos de procura elevada; Adoção de sistemas de informação aos utilizadores de transportes públicos; Investimentos em sistemas inteligentes de controlo do tráfego rodoviário e, Ações que promovam a redução de emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE) em zonas de elevadas concentrações.

O PAMUS deve apresentar na sua estrutura as intervenções a implementar, justificando a sua relevância face às estratégias de baixo teor de carbono e na promoção de uma utilização multimodal por parte das populações, cujos objetivos finais se prendem com uma redução das emissões de GEE e o aumento da quota de utilizadores dos transportes públicos e dos modos suaves, nomeadamente, nas deslocações

quotidianas em meio urbano, pelo que todas as intervenções a implementar deverão contribuir para o alcance destes objetivos, através da definição de metas a alcançar até ao ano de 2020.

Os investimentos devem estar bem identificados, calendarizados, com os custos estimados, as fontes de financiamento, as entidades responsáveis e intervenientes e a existência de alguma interdependência entre as várias operações, quer a nível da sua execução quer dos seus resultados.

- Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU - P.I. 6.5) – Com as operações que poderão vir a ser financiadas através desta prioridade de investimento pretende-se promover um aumento da qualidade ambiental, na vertente urbanística e paisagística, nomeadamente através da regeneração de áreas industriais obsoletas, de áreas ribeirinhas e centros históricos com elevados índices de degradação.

Contrariamente ao que ocorre no PAMUS, neste plano as ações/operações propostas têm de cumprir requisitos mais restritos, nomeadamente ao nível das tipologias em que estas se devem inserir. Todas as ações aqui propostas têm de estar obrigatoriamente inseridas numa ARU. As ações/operações devem estar integradas em tipologias de intervenção, podendo estas ser: reabilitação de espaços públicos; reabilitação e reconversão de espaços e unidades industriais desativadas; reabilitação integral de edifícios; demolição de edifícios para a criação de espaço público; ajuda na aquisição de equipamentos para monitorizar a qualidade do ar e, o apoio à prossecução de estudos e planos de avaliação da melhoria da qualidade do ar e ruído.

- Plano de Ação para a Integração de Comunidades Desfavorecida (PAICD - P.I. 9.8) – O objetivo desta P.I é o apoio às comunidades desfavorecidas, tendo em atenção as especiais adversidades das populações destes territórios, nomeadamente ao nível da qualidade das suas habitações e problemas ambientais dos territórios em que se inserem e ainda as dificuldades económicas e de integração social destas populações.

Também neste plano as ações/operações a promover devem estar inseridas em dois tipos de tipologias: *i)* as tipologias da área a intervir e *ii)* tipologias das intervenções em si. Assim sendo, face ao primeiro aspeto, estes apoios devem ser implementados em: Bairros Sociais – “*Conjuntos urbanos compostos por edifícios destinados a arrendamento no regime de renda apoiada*”; Núcleos de construção precária – “*conjuntos de construções precárias, abarracadas, inacabadas ou móveis sem condições de habitabilidade e destinadas a demolição*”; Bairros clandestinos – “*conjuntos urbanos considerados como áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), nos*

termos da Lei nº 91/95, de 2 de Setembro”; Áreas urbanas antigas – “*Conjuntos urbanos construídos há mais de 30 anos e que não se incluíam nas situações atrás indicadas*”; e em Áreas Urbanas Consolidadas – “*restantes áreas urbanas, consolidadas e não incluídas em qualquer das tipificações anteriores, mas onde estejam presentes necessidades de intervenção ao nível da inclusão social*”(in Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas de Cascais, 2015).

Relativamente às tipologias das intervenções a promover existem cinco tipificações estabelecidas, tratando-se assim “9.8.1.*Qualificação e modernização do espaço e do ambiente urbano (e.g., requalificação de espaço público, requalificação de infraestruturas urbanas, requalificação de espaços verdes e instalação de mobiliário urbano); 9.8.2.Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes; 9.8.3.Equipamentos de apoio ao desenvolvimento económico (e.g., criação de espaços de acolhimento de novas atividades; criação de espaços de apoio ao empreendedorismo de base local); 9.8.4. Reabilitação, adaptação e refuncionalização de equipamentos públicos de apoio ao desenvolvimento social e de promoção da inclusão e da inovação social; 9.8.5.Ações de reabilitação de edifícios de habitação social.*” (Aviso nº LISBOA-16-2016-09, p.11)

As comunidades passíveis de intervenção devem encontrar-se em situação crítica, sendo que têm de estar enquadradas em pelo menos três dos critérios agora apresentados: “*desemprego de longa duração, escassa atividade económica; pobreza e exclusão social; fenómenos de exclusão social designadamente associados a imigrantes e minorias; baixo nível de instrução e insucesso e abandono escolar; criminalidade e delinquência; evolução demográfica desfavorável; ambiente degradado*”.⁸

3.3. Programas Operacionais na RLVT

Na região de Lisboa e Vale do Tejo o financiamento dos municípios na temática em análise é obtido através de três Programas Operacionais Regionais, tendo alocações financeiras distintas e taxas de cofinanciamento diferenciadas. Tendo em conta este aspeto é importante apresentar algumas destas características no que se refere ao financiamento da reabilitação urbana e dos respetivos PEDU.

⁸ In Aviso nº ALT20-43-2017-02 “*Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas*”

No Programa Operacional de Lisboa 2020, o financiamento das ações programadas nos PEDU é feito com base no Eixo Prioritário número oito denominado “Desenvolvimento Urbano Sustentável (POR LISBOA 2020). É ainda importante referir que existem outros nove eixos prioritários, o que demonstra a diversidade de áreas financiadas através destes programas operacionais. Na Área Metropolitana de Lisboa, todos os concelhos podem candidatar-se a financiamento de operações integradas/previstas nos seus PEDU, obtendo uma taxa de cofinanciamento de 50% face ao total das despesas elegíveis das intervenções e tipologias definidas no documento.

Para estas tipologias de intervenção este programa operacional tem 61 milhões de euros a distribuir por todos os concelhos de acordo com o critério definido no POR LISBOA: *“Os planos estratégicos de desenvolvimento urbano são selecionados em função de princípios de seleção comuns que ponderem as características sociofuncionais do espaço a intervir, a coerência e articulação das intervenções previstas com outros instrumentos de promoção da revitalização, e os impactes relevantes da intervenção na redensificação da população urbana e no desenvolvimento urbano sustentável, e matéria de qualidade ambiental e urbanística”*

Por fim, e ainda referente aos montantes disponíveis e à sua distribuição pelos três planos que constituem os PEDU, o POR LISBOA contém 28 milhões de euros direcionados para o PAMUS, seguido de um montante de 20.680.000 de euros para o PAICD e 12.220.000 de euros para as ações de reabilitação urbana inseridas nos PARU (Aviso de candidatura n.º LISBOA-16-2016-09).

Já no que toca ao POR CENTRO 2020 e POR ALENTEJO 2020, a situação é relativamente distinta, sendo diferentes os montantes disponibilizados, a taxa de cofinanciamento e o acesso ao financiamento. No que toca ao PEDU apenas os concelhos com centros urbanos considerados estruturantes podem obter financiamento através desta ferramenta. Os concelhos com centros complementares definidos nos PROT e PNPOT só podem obter financiamento para o PARU através de um processo de candidatura diferenciado.

O Programa Operacional do Centro, gerido pela CCDR-Centro, e que financia os concelhos do Médio Tejo e do Oeste, é, dos três, o que tem o maior envelope financeiro para a reabilitação urbana contabilizando 178.979.525 de euros com uma taxa de cofinanciamento das intervenções situada nos 85% do total de despesas elegíveis. No entanto, nem todos os concelhos têm acesso a financiamento através dos PEDU,

podendo obter financiamento apenas para ações que se enquadrem nos pressupostos dos Programas de Ação de Reabilitação Urbana.

Assim, no Médio Tejo os concelhos com centros classificados como estruturantes são: Abrantes, Entroncamento, Ourém, Tomar e Torres Novas, excluindo Alcanena, Vila Nova da Barquinha, Constância, Sardoal, Mação e Ferreira do Zêzere. Já no que toca ao Oeste, obtêm financiamento através dos PEDU os concelhos de Alcobaça, Alenquer, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche e Torres Vedras ficando, de fora os concelhos de Nazaré, Bombarral, Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos.

No que toca à distribuição dos montantes por tipologia dos planos de ação foram atribuídos 29.200.477 de euros para o PAMUS, 18.756.986 de euros para o PAICD, e 131.022.090 de euros para o PARU. Esta diferença nos montantes prende-se com o facto do número de concelhos que pode recorrer ao PARU ser substancialmente superior pelos motivos já referidos, sendo de destacar ainda que o POR CENTRO não financia apenas os concelhos das NUTS III do Médio Tejo e do Oeste, mas também a Região de Leiria, Coimbra, Aveiro, Dão Lafões, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa tendo desta forma uma grande abrangência territorial.

O POR ALENTEJO 2020 financia os concelhos da Lezíria do Tejo, também com uma taxa de cofinanciamento situada nos 85%, e um pacote total para estas prioridades de investimento no valor de 103.487.000 de euros. Os concelhos que podem obter financiamento para os seus PEDU são Almeirim, Benavente, Cartaxo, Coruche, Rio Maior e Santarém, ficando excluídos os concelhos de Golegã, Chamusca, Alpiarça, Azambuja e Salvaterra de Magos.

Em relação à distribuição dos montantes por tipologia verifica-se um total de 23.774.000 de euros para o PAMUS, 11.324.000 relativamente ao PAICD e 68.889.000 para o PARU, pelo que a estrutura organizacional destes vai de encontro à também estipulada no POR CENTRO pelos mesmos motivos, ainda que os montantes aqui presentes sejam relativamente inferiores, sendo que também o POR ALETENJO financia concelhos de outras NUTS III, embora em menor número que o POR CENTRO.

II – Programas e Planos de Reabilitação Urbana na RLVT

4. Base de Dados da Reabilitação Urbana

Como apresentado previamente, um dos objetivos do estágio curricular, prendeu-se com a construção de uma base de dados, de forma a sistematizar informação geográfica e alfanumérica diretamente relacionada com a temática da reabilitação urbana.

Com a construção desta base de dados pretendeu-se centralizar num único local toda a informação referente às dinâmicas de reabilitação urbana na RLVT. Desta forma, a CCDDR-LVT passa a dispor desta informação numa única pasta do seu sistema de informação, permitindo uma consulta e atualização mais eficaz desta informação, em caso de necessidade.

Neste sentido, procurou-se criar uma base de dados funcional, organizada e intuitiva, distribuindo a informação recolhida por pastas distintas identificadas pela temática que tratam. Esta é uma base de dados muito densa, devido ao grande número de elementos que a constituem e ao facto de ter sido trabalhada informação para 52 municípios.

Na base de dados está integrada informação respeitante a Áreas de Reabilitação Urbana, Operações de Reabilitação, Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PAMUS, PARU e PAICD), para os quais existem ficheiros *excel* com informação alfanumérica e informação georreferenciada em formato *shapefile*, tendo sido toda esta informação trabalhada e integrada em projetos QGIS, que permitiram efetuar a ligação entre a informação alfanumérica e a georreferenciada.

Esta base de dados foi o instrumento que permitiu a recolha e análise de todos os elementos que constam no ponto 5 deste relatório

De seguida, apresenta-se de forma sucinta esta base de dados e os elementos que a constituem. Como apoio à base de dados, foi elaborado um Manual de utilização para futuros utilizadores, que se encontra disponível em anexo.

4.1. Estrutura da Base de Dados

Por conter informação variada, a base de dados produzida está dividida em várias pastas consoante os elementos aí contidos e respeita uma organização lógica, para permitir aos futuros utilizadores a consulta da informação de forma simples e intuitiva.

A base de dados criada está dividida em 12 pastas, contendo cada uma um tipo específico de informação. De seguida apresenta-se, de forma sucinta, o conteúdo de cada uma (figura 1).

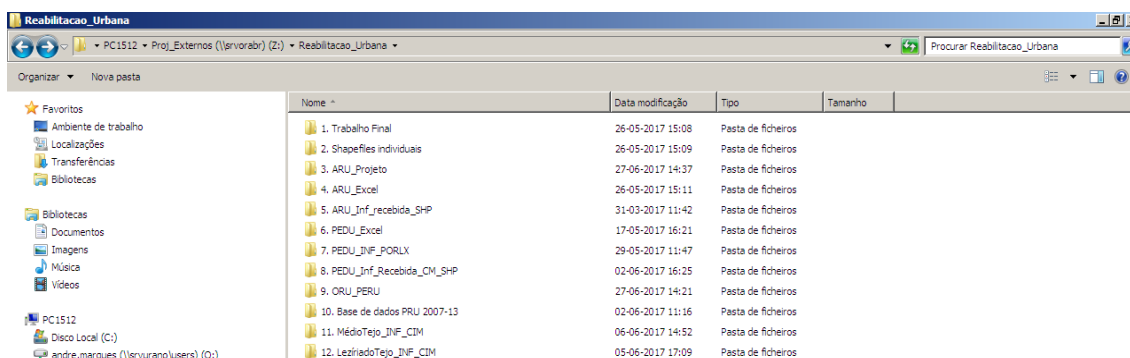


Figura 1. Estrutura da Base de dados, junho/2017

As pastas estão ordenadas e apresentadas numa ordem lógica e organizada, tendo em conta a sua importância.

A primeira pasta, denominada de “1. Trabalho Final”, é a pasta mais importante, uma vez que é nesta que está contida toda a informação final, ou seja, os ficheiros *Excel*, as *shapefiles* e os projetos *SIG* criados. Nesta medida será esta a pasta a consultar pelos utilizadores que pretendam apenas consultar a informação sem introduzir alterações aos elementos produzidos. Seguem-se as seguintes pastas:

- “2. Shapefiles Individuais”, nesta pasta estão inseridas todas as *shapefiles*, que após um tratamento inicial do seu sistema de georreferenciação e tabela de atributos se encontram prontas para o processo de integração de nova informação alfanumérica.

- “3.ARU_Projeto”, localização de dois projetos *SIG*, contendo a delimitação espacial de todas as ARU em vigência na Região de Lisboa e Vale do Tejo à data de 31 de Maio de 2017 e ainda uma identificação das ARU que possuem Operação de Reabilitação Urbana, estes projetos encontram-se neste local individualizado devido à importância que possuem, permitindo assim um acesso mais direto.

- “4.ARU_Excel”, aqui estão todos os ficheiros *Excel* criados com a informação das Áreas de Reabilitação Urbana em cada um dos concelhos da região. Esta pasta funciona como *backup* dos ficheiros *Excel* inseridos na pasta “1. Trabalho Final”.

- “5.ARU_Inf_recebida_SHP”, nesta pasta estão inseridas todas as *shapefiles* referentes às ARU no seu estado inicial, sem qualquer tratamento, tal como foram cedidas à CCDDR-LVT por parte das entidades fornecedoras, nomeadamente, os municípios. Mais uma vez esta pasta existe para servir de *backup* ou caso se pretenda

dar outro tipo de tratamento as *shapefiles*, diferenciado do adotado na nossa metodologia de trabalho.

- “6.PEDU_Excel”, a partir desta pasta a informação presente muda de temática, deixa de ser respeitante às ARU e passa a ser respeitante aos PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano). Assim esta pasta, também com a função de *backup*, contém os ficheiros Excel com a informação respeitante às ações aprovadas e programadas através deste instrumento, nomeadamente, referente aos concelhos da AML, para os quais se possui mais informação, visto a autoridade de gestão do Programa Operacional ser a própria CCDR-LVT.

- “7.PEDU_Inf_PORLX”, trata-se da pasta que contém toda a informação referente aos pareceres emitidos pela autoridade de gestão do PORLISBOA2020 e aos documentos que os municípios têm de submeter aquando do processo de candidatura dos seus PEDU. Foram estes documentos que forneceram a informação contida nos ficheiros Excel acima referidos.

- “8. PEDU_Inf_Recebida_CM_SHP”, esta pasta assemelha-se, em termos de funções, à pasta já referenciada 5.ARU_Inf_recebida_SHP”. A diferença prende-se, logicamente, com a informação aqui contida, enquanto numa temos a delimitação das ARU neste caso a informação existente nesta pasta prende-se com a delimitação das ARU em *shapefile*, ficheiros esses fornecidos pelos municípios.

- “9.ORU_PERU”, esta pasta diz respeito às informações recolhidas respeitantes às Operações de Reabilitação Urbana simples e sistemática (com maior enfoque nas segundas) em vigor na região, contendo informações das ações aqui programadas, bem como alguns parâmetros de caracterização das ARU a que estas estão associadas. Os documentos aqui presentes permitiram fazer uma leitura cruzada, entre a informação constante dos PEDU e das ORU para os casos em que temos a respetiva informação.

- “10.Base de dados PRU 2007-13”, um dos objetivos definidos inicialmente para o estágio seria fazer um estudo comparativo entre as ações do quadro comunitário 2007-2013 e as ações que foram programadas para o quadro comunitário em vigor. No entanto, após o tratamento da informação das ações executadas no período 2007-2013 verificou-se que, apesar da temática ser a mesma, a reabilitação urbana, as tipologias das ações intervencionadas era substancialmente diferente, pelo que a comparação não permitiria retirar grandes conclusões. De qualquer forma, foram produzidos ficheiros *Excel*, trabalhadas *shapefiles* e criados projetos *SIG*, pelo que todos estes elementos estão reunidos nesta pasta.

-“11. *MédioTejo_INF_CIM*” e “12. *LezíriadoTejo_INF_CIM*”, estas são as últimas duas pastas da base de dados. Contêm informação respeitante às ações programadas pelos municípios destas NUTS que obtêm o seu financiamento através do Programa Operacional do Centro e do Alentejo respetivamente, pelo que foi requisitado a estes que preencham-se o modelo de ficheiro Excel criado com as ações por eles programadas. De destacar que nem todos os municípios disponibilizaram esta informação em tempo útil, nomeadamente, os municípios do Oeste para os quais não existe qualquer informação.

4.2. Elementos fundamentais da Base de Dados.

Exposta a estrutura da Base de Dados, importa agora apresentar quais os elementos que a constituem e que tipo de informação está contida nestes. Assim os principais elementos desta ferramenta dividem-se pelas seguintes tipologias:

- i) Informação estatística / alfanumérica organizada em Ficheiros *Excel*;
- ii) Informação geográfica contida em ficheiros *shapefile*;
- iii) Projeto SIG, utilizando o *software QGIS*, que permite visualizar e editar a informação alfanumérica e geográfica;
- iv) Mapas/*layouts* que permitem a representação cartográfica de determinada informação constante na base dados.

Tendo em conta estas quatro tipologias apresentar-se-á individualmente cada uma destas e os respetivos elementos aí integrados.

4.2.1. Informação estatística / alfanumérica organizada em Ficheiros *Excel*

Os diversos ficheiros Excel são o elemento fulcral desta base de dados uma vez que nestes se encontra toda a informação recolhida, concretamente Informações respeitantes a: áreas de reabilitação em vigor na área de intervenção da CCDD-LVT; operações de reabilitação urbana das ARU quando estas existem e, ações/intervenções previstas nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de cada município. Descreve-se de seguida a composição dos referidos ficheiros:

Ficheiros Excel referentes às Áreas de Reabilitação Urbana

Os ficheiros Excel das Áreas de Reabilitação Urbana estão organizados por concelho, tendo estes sempre a seguinte denominação “*ARU_Concelho*”.

A figura 2, contém um exemplo referente ao ficheiro Excel das ARU do concelho de Mafra, sendo que todos os concelhos apresentam a mesma estrutura composta pelos seguintes campos / elementos:

- i) **“Codigo”** (a vermelho) - este faz a associação entre a informação alfanumérica presente no ficheiro Excel e a tabela de atributos das *Shapefiles* correspondentes.
- ii) **“Designação”** (a azul) - contém o nome de cada uma das ARU existentes nos concelhos em questão.
- iii) Os **restantes campos** (a verde) integram a informação recolhida associada a cada uma das ARU, contendo os seguintes campos: “*Concelho, Lugar, Publicação, Número da publicação em Diário da República (DR), Data de publicação, Ano, Período de Vigência da ARU, Entidade Gestora, se possui uma ORU ou PERU e a Área em hectares*”.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	Codigo	Designação	Concelho	Lugar	Publicação	DR	Data	Ano	Vigência	Entidade Gestora	ORU/PERU	Área (ha)
2	1_Mafra	Vila Velha de Mafra	Mafra	Mafra	Aviso nº 5554/2015	Nº 98, 2ª Série	21-05-2015	2015	10 anos	Câmara Municipal de Mafra	PERU (Deliberação nº 1606/2016)	140,6
3	2_Mafra	Centro da Ericeira	Mafra	Ericeira	Aviso nº 5553/2015	Nº 98, 2ª Série	21-05-2015	2015	3 anos	Câmara Municipal de Mafra	Por aprovar	42,9
4	3_Mafra	Malveira/Venda do Pinheiro	Mafra	Malveira e Venda do Pinheiro	Aviso 11677/2015	Nº 200, 2ª Série	13-10-2015	2015	3anos	Câmara Municipal de Mafra	Por aprovar	155

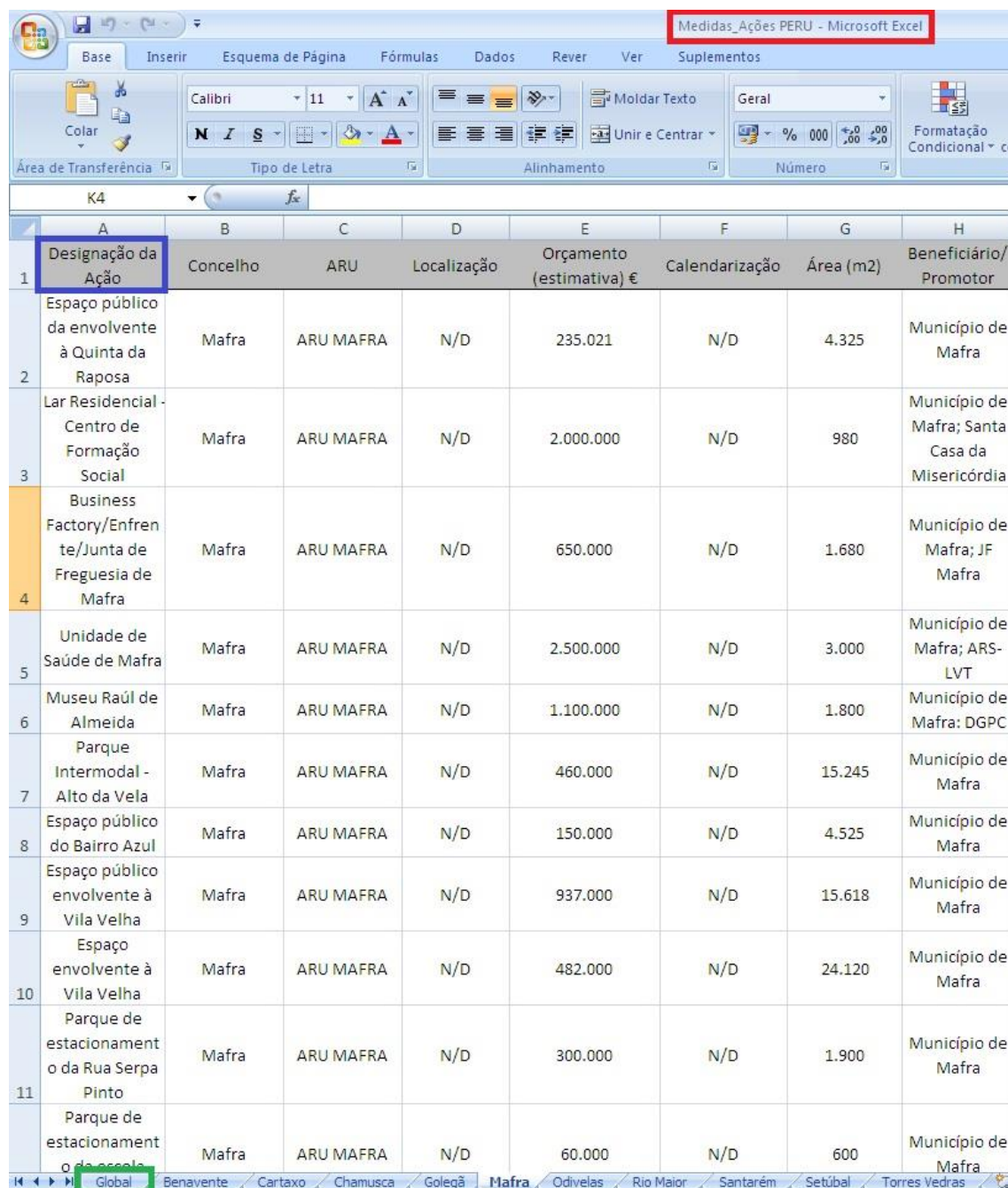
Figura 2 - *Informação constante dos ficheiros Excel da base de dados, junho/2017.*

Ficheiro Excel referentes aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (ORU Sistemática)

Este ficheiro Excel reúne as informações referentes às ações que os municípios integraram nos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) das operações de reabilitação urbana sistemáticas aprovadas para as suas áreas de reabilitação urbana.

Na estrutura deste documento existem duas tipologias de folhas. Na primeira denominada “global”, assinalada a verde, estão disponíveis todas as ações que foram inventariadas em relação às operações de reabilitação urbana. A outra tipologia refere-se

às restantes folhas, onde também está disponível a informação recolhida, estando apenas esta informação subdividida pelo concelho correspondente.



	A	B	C	D	E	F	G	H
	Designação da Ação	Concelho	ARU	Localização	Orçamento (estimativa) €	Calendarização	Área (m2)	Beneficiário/Promotor
1	Espaço público da envolvente à Quinta da Raposa	Mafra	ARU MAFRA	N/D	235.021	N/D	4.325	Município de Mafra
2	Lar Residencial - Centro de Formação Social	Mafra	ARU MAFRA	N/D	2.000.000	N/D	980	Município de Mafra; Santa Casa da Misericórdia
3	Business Factory/Enfrente/Junta de Freguesia de Mafra	Mafra	ARU MAFRA	N/D	650.000	N/D	1.680	Município de Mafra; JF Mafra
4	Unidade de Saúde de Mafra	Mafra	ARU MAFRA	N/D	2.500.000	N/D	3.000	Município de Mafra; ARS-LVT
5	Museu Raúl de Almeida	Mafra	ARU MAFRA	N/D	1.100.000	N/D	1.800	Município de Mafra; DGPC
6	Parque Intermodal - Alto da Vela	Mafra	ARU MAFRA	N/D	460.000	N/D	15.245	Município de Mafra
7	Espaço público do Bairro Azul	Mafra	ARU MAFRA	N/D	150.000	N/D	4.525	Município de Mafra
8	Espaço público envolvente à Vila Velha	Mafra	ARU MAFRA	N/D	937.000	N/D	15.618	Município de Mafra
9	Espaço envolvente à Vila Velha	Mafra	ARU MAFRA	N/D	482.000	N/D	24.120	Município de Mafra
10	Parque de estacionamento o da Rua Serpa Pinto	Mafra	ARU MAFRA	N/D	300.000	N/D	1.900	Município de Mafra
11	Parque de estacionamento o da escola	Mafra	ARU MAFRA	N/D	60.000	N/D	600	Município de Mafra

Figura 3 - *Estrutura do ficheiro Excel referentes às ações integradas nos PERU, junho/2017.*

- Ficheiro Excel - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

A base integra também ficheiros *Excel* denominados: “*PEDU_Concelho*” onde está inserida toda a informação disponível referente às ações/intervenções programadas pelos municípios no âmbito do PAMUS (PI 4.5), PARU (PI 6.5) e do PAICD (PI 9.8), que integram o PEDU. Quando disponível contêm também informação dos indicadores

de realização e resultado inerentes às ações que permitirão no futuro efetuar a monitorização destes projetos.

Na figura 4 apresenta-se a estrutura do ficheiro Excel referente às ações do PEDU, composta por várias folhas, a saber:

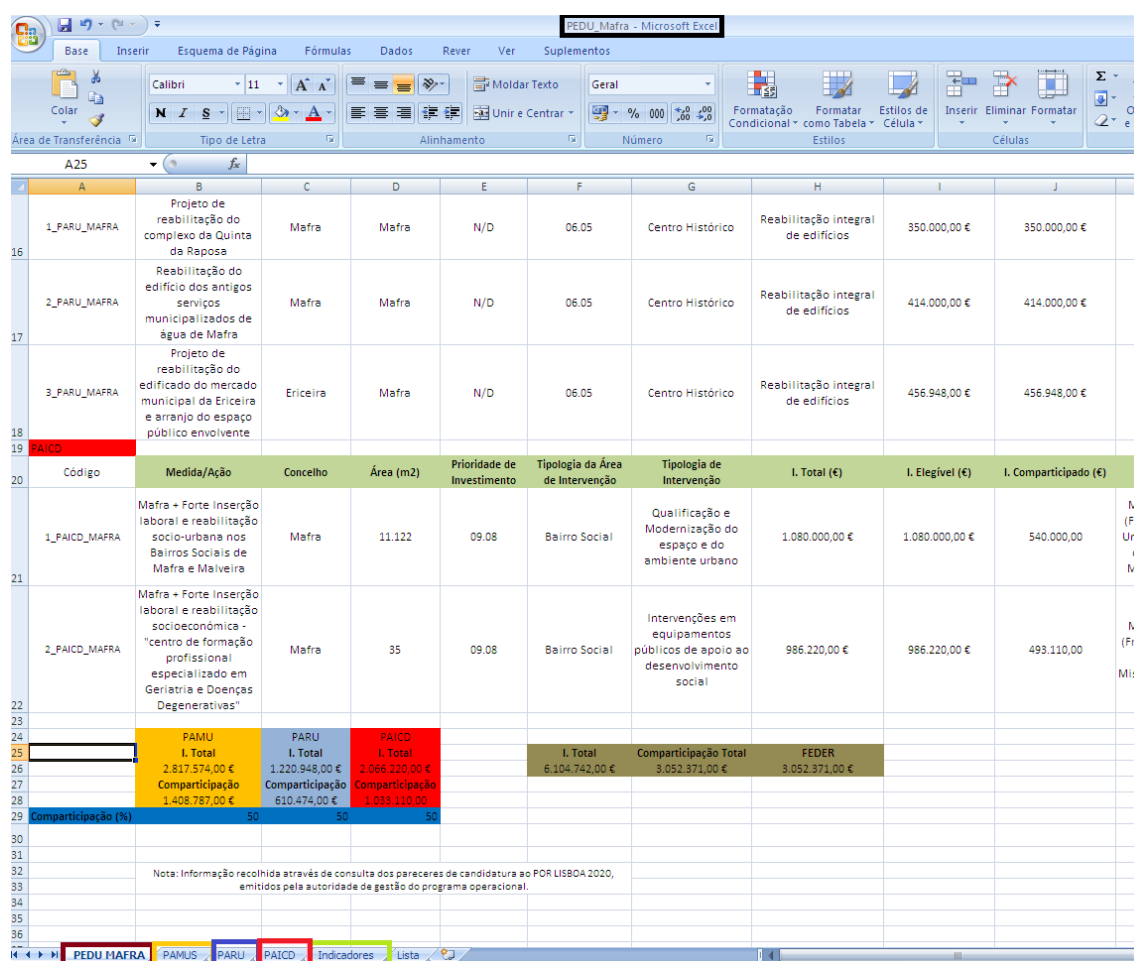
- A castanho - a primeira folha onde está inserida a informação global dos três planos que constituem o PEDU.

- A Amarelo - folha com as ações do PAMUS;

- A azul as ações do PARU;

- A vermelho as ações do PAICD;

- A verde a folha denominada “*indicadores*”.



Código	Medida/Ação	Concelho	Área (m2)	Prioridade de Investimento	Tipologia da Área de Intervenção	Tipologia de Intervenção	I. Total (€)	I. Elegível (€)	I. Participado (€)	
1_PARU_MAFRA	Projeto de reabilitação do complexo da Quinta da Raposa	Mafra	Mafra	N/D	06.05	Centro Histórico	Reabilitação integral de edifícios	350.000,00 €	350.000,00 €	
2_PARU_MAFRA	Reabilitação do edifício dos antigos serviços municipalizados de água de Mafra	Mafra	Mafra	N/D	06.05	Centro Histórico	Reabilitação integral de edifícios	414.000,00 €	414.000,00 €	
3_PARU_MAFRA	Projeto de reabilitação do edifício do mercado municipal da Ericeira e arranjo do espaço público envolvente	Ericeira	Mafra	N/D	06.05	Centro Histórico	Reabilitação integral de edifícios	456.948,00 €	456.948,00 €	
1_PAICD_MAFRA	Mafra + Forte Inserção laboral e reabilitação socio-urbana nos Bairros Sociais de Mafra e Malveira	Mafra	11.122	09.08	Bairro Social	Qualificação e Modernização do espaço e do ambiente urbano	1.080.000,00 €	1.080.000,00 €	540.000,00	Mu (Freg Unid de Mig
2_PAICD_MAFRA	Mafra + Forte Inserção laboral e reabilitação socioeconómica - "centro de formação profissional especializado em Geriatria e Doenças Degenerativas"	Mafra	35	09.08	Bairro Social	Intervenções em equipamentos públicos de apoio ao desenvolvimento social	986.220,00 €	986.220,00 €	493.110,00	Mu (Freg S Miser
	PAMU I. Total	PARU I. Total	PAICD I. Total		I. Total	Comp. Participação Total	FEDER			
	2.817.574,00 €	1.220.948,00 €	2.066.220,00 €		6.104.742,00 €	3.052.371,00 €	3.052.371,00 €			
	Comp. Participação	Comp. Participação	Comp. Participação							
	1.408.787,00 €	610.474,00 €	1.033.110,00 €							
	Comp. Participação (%)	50	50	50						

Nota: Informação recolhida através de consulta dos pareceres de candidatura ao POR LISBOA 2020, emitidos pela autoridade de gestão do programa operacional.

Figura 4 - Estrutura do ficheiro Excel referente às ações programadas nos PEDU, por concelho, junho/2017.

4.2.2. Informação geográfica contida em ficheiros *shapefile*

Apresentados os elementos relativos aos ficheiros Excel, importa agora explicar quais as *Shapefiles* produzidas e enviadas pelos municípios que constam da base de dados, em três categorias distintas: i) as ***shapefiles* originais**, tal como enviadas pelos

municípios; ii) as ***shapefiles* trabalhadas**, individualizadas (quando as ações ou ARU vinham agrupadas num único ficheiro), e reprojetadas (conversão para que todos os ficheiros em formato *shapefile* se encontrem com o mesmo sistema de coordenadas que neste caso é o *ETRS89 / Portugal TM06*). Da tabela de atributos das *shapefiles* foi também eliminada toda a informação que não fosse relevante e criado um campo “*Código*” que permite a ligação / união aos ficheiros *Excel*; iii) Após este tratamento produziram-se as ***shapefiles* finais**, às quais foi associada a informação constante dos ficheiros *Excel*, permitindo deste modo, visualizar diretamente nos projetos *SIG*, toda a informação associada a determinada ARU ou intervenção.

4.2.3. Projeto SIG, utilizando o software QGIS, que permite visualizar e editar a informação alfanumérica e geográfica

Na base de dados existem dois tipos de projetos de *QGIS* diferentes, associados a dois grandes temas: as Áreas de Reabilitação Urbana e os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano. O primeiro consiste num projeto que agrega todas as *shapefiles* com as ARU da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Denominado “*Base de Dados – ARU*” e encontra-se na pasta “*3. ARU Projeto*”. É um projeto que engloba as *shapefiles* na sua versão final de todas as ARU em vigor na Região de Lisboa e Vale do Tejo à data de 30 de junho de 2017.

A segunda tipologia de projetos engloba todas as *shapefiles* trabalhadas, incluindo: as *shapefiles* das ARU, PAMUS, PARU, PAICD e CAOP num único projeto, sendo que estes estão subdivididos por concelho, de forma a facilitar a consulta destas informações e não tornar o projeto excessivamente pesado. Todos estes projetos podem ser encontrados na pasta “*1. Trabalho Final*”, dentro da pasta do respetivo concelho, a sua denominação é simplesmente o nome do concelho a que correspondem.

Para além deste projetos individuais existe também um projeto global, onde estão integradas todas as *shapefiles* disponíveis na base de dados dos concelhos da AML, encontra-se na pasta acima indicada tendo o nome “*1.PEDU_AML_Projetoglobal*”.

4.2.4. Mapas/layouts que permitem a representação cartográfica de determinada informação constante na base dados

A produção de *Layouts* decorre diretamente dos projetos *QGIS* elaborados. Assim sendo, para cada concelho trabalhado existe um *layout*, que engloba também toda a informação respetiva a esse concelho. Nesta fase optou-se por efetuar *Layouts*

unicamente para os concelhos da AML, uma vez que é para estes que existe um maior volume de informação, permitindo a criação de mapas mais completos e com leituras geográficas mais relevantes. Estes *layouts* encontram-se também na pasta “1. Trabalho Final” > Concelho > “3.Layouts”

Para além destes *layouts* individuais por concelho, existe também um layout final respeitante às áreas de reabilitação urbana, o qual tem a representação de todas as ARU em vigor na região, encontrando-se este nas pastas “3. ARU_Projeto” > “Layout”

5. Análise da informação da base de dados

Com a exposição das metodologias utilizadas para a construção da base de dados e também explicado o conteúdo desta, importa agora apresentar os resultados obtidos e as leituras que dos mesmos se podem retirar. Assim a primeira análise recai sobre as áreas de reabilitação urbana, seguindo-se a análise de quais possuem operações de reabilitação urbana simples e sistemática e, por fim, o estudo das informações recolhidas referentes aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano.

5.1. Áreas de Reabilitação Urbana

Após todos os dados recolhidos referentes às áreas de reabilitação urbana na Região de Lisboa e Vale do Tejo através do sítio da internet do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e também do Diário da República verificou-se que à data de 30 de junho de 2017 existiam na região 268 áreas de reabilitação urbana em vigor.

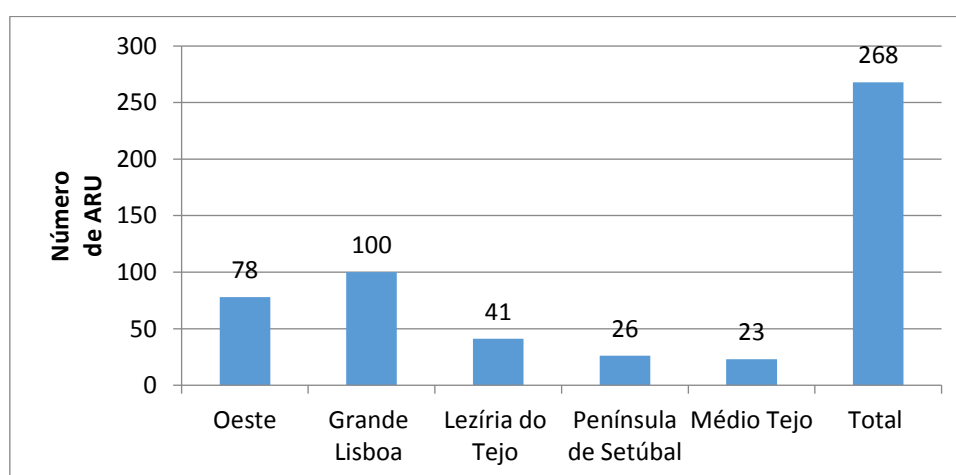


Figura 5 - Áreas de Reabilitação Urbana na RLVT, junho/2017

Fonte: Portal da Habitação, Diário da República e câmaras municipais.

Numa leitura geográfica das ARU existentes na região (figura 5), sobressai a relevância do Oeste (78 ARU) e da Grande Lisboa (100), concentrando-se nestas duas sub-regiões 67% das ARU da RLVT. Na Península de Setúbal e no Médio Tejo o número de áreas de reabilitação urbana é menor (26 e 23 respetivamente).

Das 268 ARU em vigor, verificou-se que 60 possuíam uma das duas tipologias de operação de reabilitação urbana aprovada, o que corresponde a 22% das ARU. A conclusão a retirar desta situação é o facto de a intenção dos municípios ao aprovarem as ARU ter como principal intuito fomentar a reabilitação do edificado por parte dos privados, disponibilizando-lhes as variadas vantagens fiscais associadas ao regime da reabilitação urbana (figura 6).

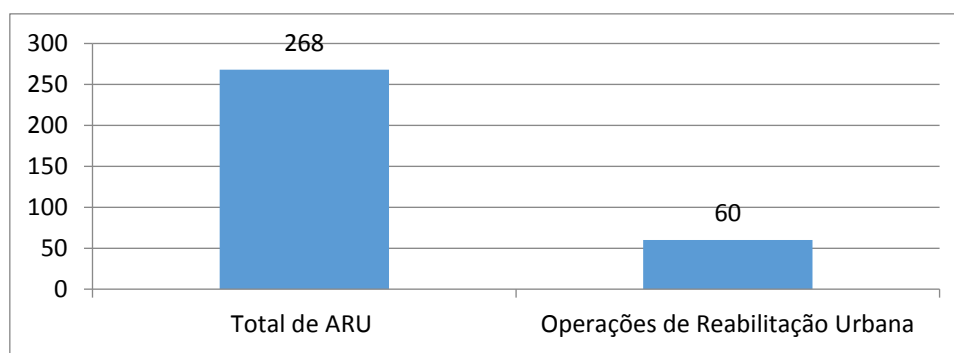
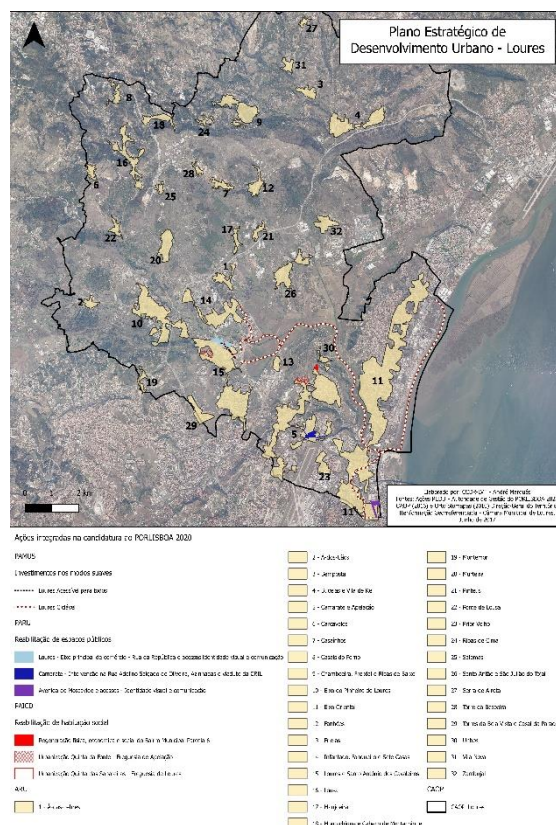
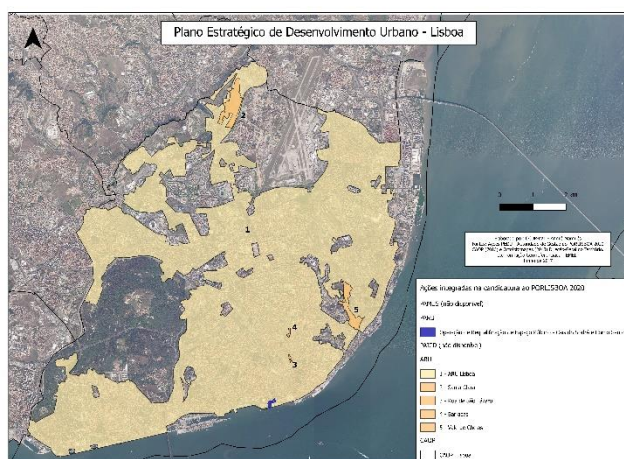


Figura 6 - *Áreas de Reabilitação Urbana e Operações de Reabilitação Urbana na RLVT, junho/2017*

Fonte: Portal da Habitação, Diário da República e câmaras municipais.

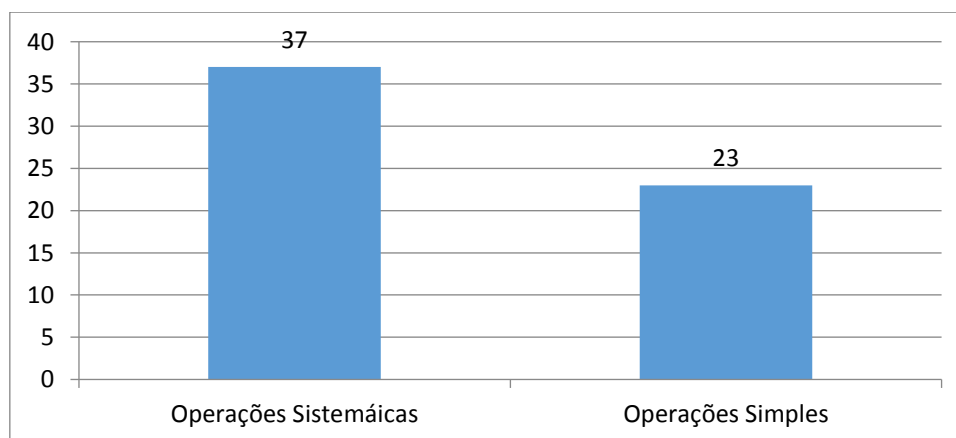
Com a construção da base de dados e tratamento das *shapefiles* das ARU em vigor foi possível verificar a existência de estratégias diferentes no que toca à implementação e aprovação das ARU. Destacam-se, por um lado, concelhos como a Amadora (1 ARU) e Lisboa (5 ARU) em que a sua estratégia recaiu sobre aprovar uma grande ARU com abrangência sobre praticamente todo o território do concelho, sendo esta realidade decorrente do facto de serem concelhos urbanizados em praticamente toda a sua extensão (Figura 6). No outro extremo desta realidade, encontram-se concelhos como Loures (34 ARU), Cascais (35 ARU) em que a estratégia passou por aprovar um elevado número de ARU com áreas de implementação mais restritas aos núcleos em que se pretende fomentar a reabilitação (Figura 5).

Encontram-se em anexo (anexo 3) várias tabelas com a distribuição das ARU por cada um dos concelhos da RLVT, sendo que aqui também é de realçar o facto de, à data deste levantamento (30/06/2017), todos os concelhos (52) terem pelo menos uma ARU em vigor.



5.2. Operações de Reabilitação Urbana (Simples e Sistemáticas)

À data da conclusão da sistematização dos dados (30 de junho 2017) existiam 60 operações de reabilitação urbana em vigor, sendo a maioria operações sistemáticas (61%) e as restantes (39%) operações simples (figura 9).



Fonte: Portal da Habitação, Diário da República e câmaras municipais.

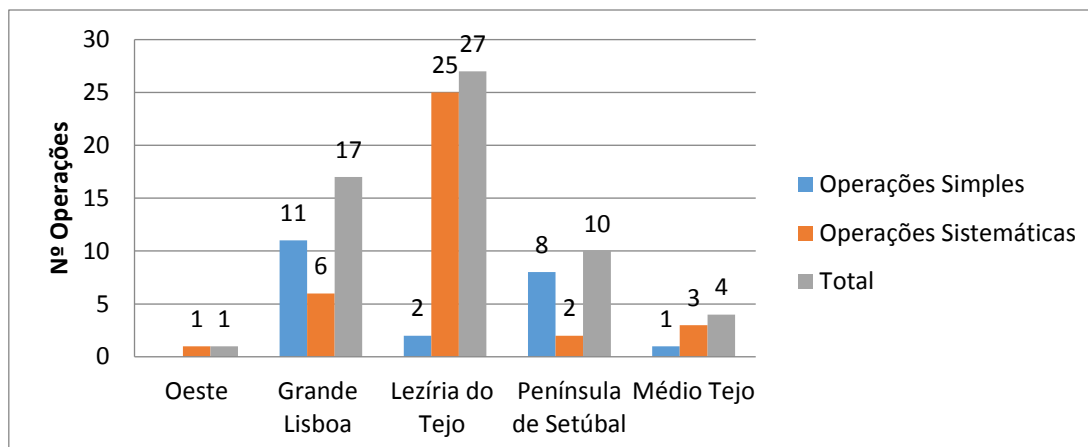


Figura 10 - *Distribuição geográfica das Operações de Reabilitação Urbana na RLVT, junho/2017*

Fonte: Portal da Habitação, Diário da República e câmaras municipais.

Quanto à distribuição das operações de reabilitação urbana por sub-região, destaca-se a fraca relevância desta figura na região do Oeste, que possui apenas uma operação aprovada, face às 78 ARU existentes. Assim, os municípios implementam as ARU mas não criam um documento/operação que permita a implementação de uma estratégia concreta de reabilitação urbana (figura 10)

Na Grande Lisboa e na Península de Setúbal destaca-se a predominância de operações de reabilitação simples, pelo que a estratégia dos concelhos da AML prender-se-á mais com o incentivo à reabilitação do edificado “2 — A operação de reabilitação simples consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área dirigindo-se primordialmente à reabilitação do edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução” (nos termos definidos no n.º 2 do Artigo 8º, da Lei n.º 32/2012).

Numa análise mais individualizada a Península de Setúbal apresenta 10 operações de reabilitação urbana (8 simples e 2 sistemáticas) face às 26 ARU aí existentes (38% das ARU possuem ORU); já na Grande Lisboa verifica-se novamente uma situação de baixo número de ORU aprovadas com apenas 17 operações para 100 ARU em vigor, sendo que destas, 11 são de tipologia simples e 6 sistemática (17% das ARU possuem ORU).

No Médio Tejo verificou-se a existência de 4 ORU para 24 ARU em vigor, resultando numa percentagem de 16%. Das 4 operações de reabilitação em vigor 3 são sistemáticas e 1 simples.

A Lezíria do Tejo destaca-se pela positiva face às restantes sub-regiões. Para 41 ARU em vigor existiam 27 operações de reabilitação urbana, o que resulta numa percentagem de 66%, bastante mais elevada que a das restantes regiões. Esta realidade resulta, em grande medida, da existência da Sociedade de Reabilitação Urbana da Lezíria do Tejo, que suportou o desenvolvimento destas estratégias, produzindo as mesmas para os concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Importante referir ainda que do total das 27 ORU aprovadas 25 eram sistemáticas, o que demonstra uma estratégia diferente das restantes sub-regiões, uma vez que nestes casos para além do fomento das ações privadas, também os concelhos se propõem a realizar operações de reabilitação nas áreas identificadas. *“3 - Neste tipo de operações de reabilitação desenvolve-se uma intervenção integrada de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.”* (Artigo 8º, Lei n.º 32/2012).

Daqui se conclui que o número de operações de reabilitação urbana fica muito aquém do número total de áreas de reabilitação urbana, ou seja, os municípios definem áreas que devem ser reabilitadas, no entanto, não definem uma estratégia para essas mesmas áreas.

5.3. PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

No processo de recolha de informação sobre as áreas de reabilitação urbana foi possível efetuar um levantamento relativo aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana que correspondem a programas de áreas de reabilitação urbana com uma operação sistemática.

Estes programas contêm as ações que os municípios programaram para estes espaços com necessidade de intervenção. Foi recolhida esta informação para os concelhos de Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Mafra, Odivelas, Rio Maior, Santarém, Setúbal e Torres Vedras. Existem mais ORU com PERU, mas esta informação não se encontrava disponível não sendo possível recolher os dados pretendidos.

Destes documentos foram recolhidas as ações programadas, a sua localização, o orçamento (muitas vezes apenas estimativas), a calendarização, a área (m²) e a entidade promotora (quase sempre os respetivos municípios).

Quanto às ARU para as quais nos foi possível recolher estes aspetos foram as de Benavente e Samora Correia (Benavente); ARU1 e ARU2 do Cartaxo; a ARU1 da Chamusca; a ARU1 Golegã Oeste, ARU2 Golegã Este, ARU3 Azinhaga, ARU4 Azinhaga (Golegã) e ARU 5 São Caetano (Golegã); a ARU de Mafra; ARU da Vertente Sul em Odivelas; ARU 1 e ARU 2 de Rio Maior; ARU da Ribeira de Santarém e Alfange e a ARU do Planalto de Santarém (Santarém); ARU da Vila Nogueira de Azeitão em Setúbal e, por fim, a ARU do Centro Histórico de Torres Vedras. Desta forma, a base de dados dos PERU contém informação referente a um total de 19 ARU.

No que toca aos montantes programados verifica-se que não existe nenhum padrão a relatar, sendo que cada município faz a sua programação financeira de acordo com a sua estratégia e com a sua capacidade financeira para aplicar nesta área. De destacar dois concelhos que destoam dos restantes, em primeiro lugar, o concelho da Golegã onde apenas foi possível recolher um montante de 43.000 euros, faltando informação para algumas das suas ARU. Em segundo, o concelho de Santarém, com um montante programado de 24.389.246 de euros muito superior ao dos restantes concelhos, revelando a aposta do município nesta área, porém, uma grande parte das operações têm uma calendarização de implementação até 2030, pelo que será um investimento a longo prazo, diluindo assim este valor.

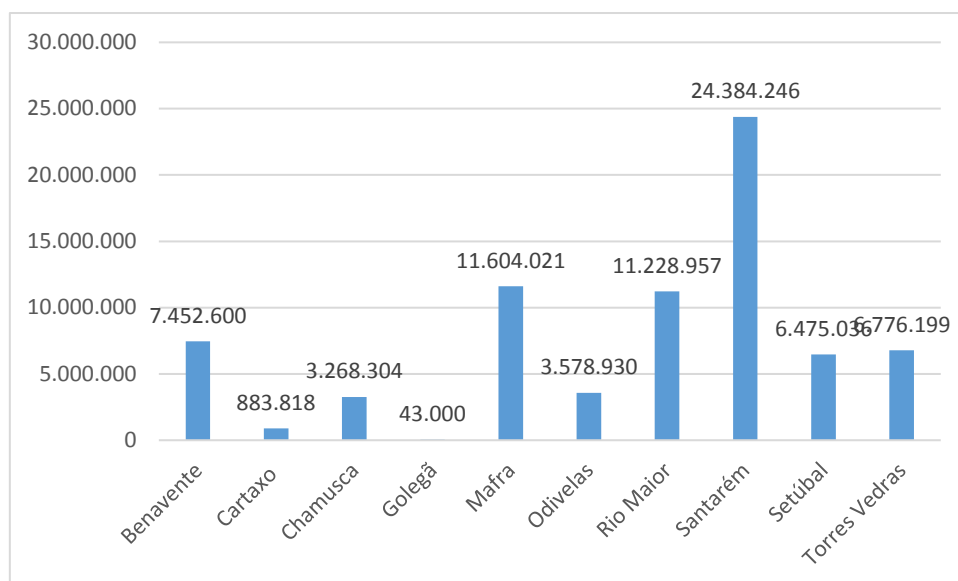


Figura 11 - Montantes programados no PERU por concelho (€), junho/2017

Fonte: Sítios da Internet dos municípios representados.

Quando as operações programadas vão ao encontro dos requisitos presentes nos avisos de candidatura dos POR para os PEDU/PARU, os municípios podem obter financiamento comunitário para a execução destas. Tendo em conta as informações recolhidas na base de dados efetuou-se o cruzamento entre a designação das ações de forma a verificar se os municípios utilizaram esta ferramenta para financiarem as intervenções que programaram nos seus PERU.

Das 154 operações integradas nos PERU dos 10 concelhos para os quais foi possível recolher informação, constatou-se que apenas três operações surgiram nos documentos referentes aos PEDU, sendo que para alguns concelhos existe informação para todas as operações programadas (Mafra, Odivelas e Setúbal) foi possível verificar a existência de duas operações do PERU consagradas na programação do PEDU, ambas no concelho de Mafra. Relativamente aos concelhos do OVT para os quais há informação, constatou-se através deste cruzamento de informação que apenas uma ação surgia nos PEDU, no entanto, esta informação data de 31 de maio (data inicial para o fim do período de candidatura, entretanto prolongado até ao final do ano) e corresponde apenas às operações aprovadas a essa data, existindo até concelhos que ainda não possuíam operações aprovadas nesta data como Benavente, Chamusca e Santarém. A ação a que nos referimos pertence ao concelho de Rio Maior e está inserida no seu PARU, relativo à “Reabilitação da Casa Senhorial e da Cultura”.

5.4. Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano

Para além da informação respeitante às Áreas de Reabilitação Urbana, a base de dados criada integra também informação relativa aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que contêm operações programadas pelos municípios tendo em vista uma comparticipação de fundos europeus. Estas operações têm de se enquadrar em tipologias pré-definidas nos acordos de parceria e respetivos programas operacionais regionais, estando estas por sua vez, divididas em três tipologias de planos: Os Planos de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), os Planos de Ação de Reabilitação Urbana (PARU) e, por fim, os Planos de Ação de Intervenção em Comunidades Desfavorecidas (PAICD), sendo estes os planos constituintes dos PEDU de cada concelho.

No entanto, a informação apresentada é distinta, entre a informação disponível para os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e a informação para os concelhos das restantes sub-regiões. Esta condicionante deve-se ao fato de o estágio ter decorrido na CCDR-LVT, a autoridade de gestão do Programa Operacional Lisboa2020, sendo que, nesta matéria, os concelhos pertencentes à Lezíria do Tejo obtêm o seu financiamento através do Programa Operacional gerido pela CCDR do Alentejo e os concelhos do Oeste e Médio Tejo podem obter financiamento pelo Centro 2020, gerido pela CCDR do Centro.

Esta realidade resulta na existência de informação mais detalhada para os concelhos da AML, para os quais além da informação respeitante às operações aprovadas à data de 31 de maio, também há informação relativa a todas as operações programadas no âmbito dos PEDU, tendo sido, por isso, trabalhada informação mais completa, constante do sistema de informação do POR Lisboa 2020.

No que toca aos restantes concelhos apenas existiu acesso às operações já aprovadas, estando esta informação disponibilizada nos Balcões *online* dos respetivos POR. Recolheu-se informação relativa a: Denominação da ação, despesas elegíveis, fundo aprovado, prioridade de intervenção e o beneficiário (concelho).

Estas análises foram elaboradas com os dados disponibilizados até 31 de maio de 2017. Data inicialmente prevista para o final do processo de candidatura, no entanto, este período foi alargado até ao final do presente ano civil, pelo que ainda serão aprovadas mais operações.

5.4.1 Área Metropolitana de Lisboa – PEDU

Uma vez que a disponibilidade de informação para os concelhos da AML é maior, a análise começa por esta região, permitindo um estudo mais aprofundado e comparativo entre o que os concelhos programaram e o que tem vindo a ser aprovado nos últimos meses.

Primeiramente apresenta-se a informação referente às operações que os concelhos programaram e submeteram, (no âmbito dos PEDU) à autoridade de gestão do programa operacional Lisboa2020 para emissão de parecer de verificação face à necessidade de cumprir determinados requisitos para que numa fase seguinte o financiamento destas possa ser aprovado.

Os resultados apresentados decorrem da leitura individualizada dos pareceres de segunda fase emitidos pela autoridade de gestão para cada um dos concelhos da AML, recolhendo todas as operações submetidas pelas câmaras municipais e que cumprem todos os pré-requisitos necessários, constantes nos AVISO N° LISBOA-06-2016-08, AVISO N° LISBOA-16-2016-09 e AVISO N° LISBOA-43-2016-1.

Nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa verificou-se que estão programadas 318 operações nos PEDU.

Para o PAICD os municípios programaram um total de 141 operações, sendo, por isso, o plano com maior número de operações, correspondendo a 44,3% do total das operações programadas. Em segundo lugar, com um total de 107 operações programadas, surge o PAMUS obtendo um peso percentual de 33,7%. Em último e com um número de operações mais reduzidas surge o PARU, 70 operações programadas, o que corresponde a 22% do total de operações programadas pelos municípios da AML (figura 12).

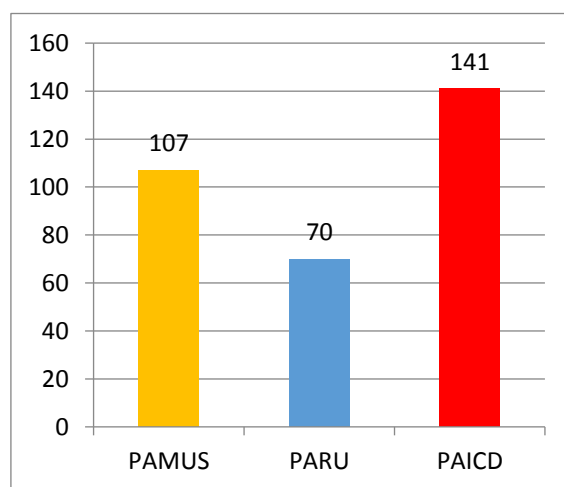


Figura 12 - *Número de operações programadas por tipologia de plano na AML, maio/2017*

Fonte: Sistema de informação do POR LISBOA 2020.

No que toca aos montantes elegíveis temos 59.175.859,38 € atribuídos ao PAMUS, resultando num peso de 45,5% face ao total das despesas programadas, demonstrando a importância atribuída à melhoria da mobilidade urbana na AML. Segue-se o PAICD, com um montante de 44.347.204,87 €, que por sua vez, tem um

peso de 34,1% face ao montante elegível total programado. Por fim, tal como no número de operações, surge o montante alocado ao PARU com 26.294.015,63 € e um peso de 20,3 %. Quanto ao montante programado comparticipado corresponde a 50% dos valores previamente apresentados, sendo eles: PAMUS - 29.587.928,82€; PAICD - 22.163.594,94€; PARU - 13.209.611,82€ (figura 13).

Decorrente dos dados acima apresentados, é possível efetuar uma leitura cruzada, entre o número de operações e os montantes programados para cada plano. Desde logo, destacam-se os montantes associados às intervenções referentes ao PAMUS, sendo o plano com maior alocação financeira, embora não seja o plano com o maior número de operações programadas. Tendo em conta esta realidade efetuou-se o cálculo do montante médio programado para cada uma das três tipologias de plano (figura 13).

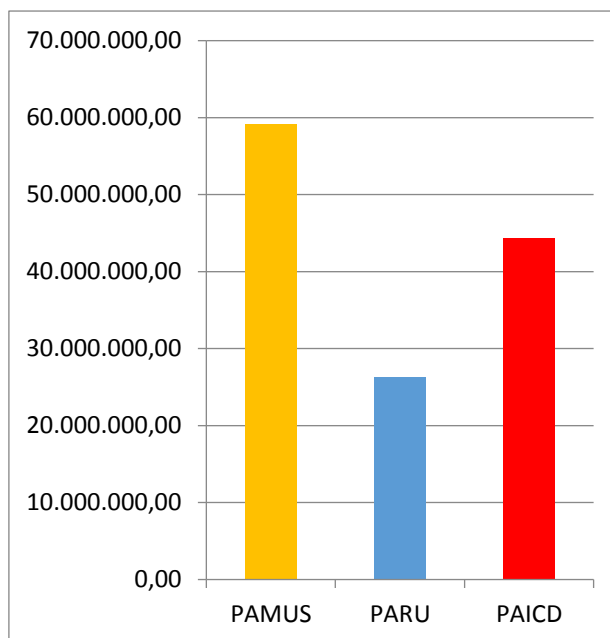


Figura 13 - *Investimento elegível programado por plano na AML (€), maio/2017*

Fonte: Sistema de informação do POR LISBOA 2020.

Assim, e no que toca aos montantes de **investimento comparticipado por ação**, surge em primeiro lugar o PAMUS, com uma média de 276.522 €, seguido do PARU com 188.708€ e, por último, o PAICD que, devido ao elevado número de operações (apesar de ter uma alocação financeira superior ao PARU) tem uma média de 157.188€ por ação (figura 14).

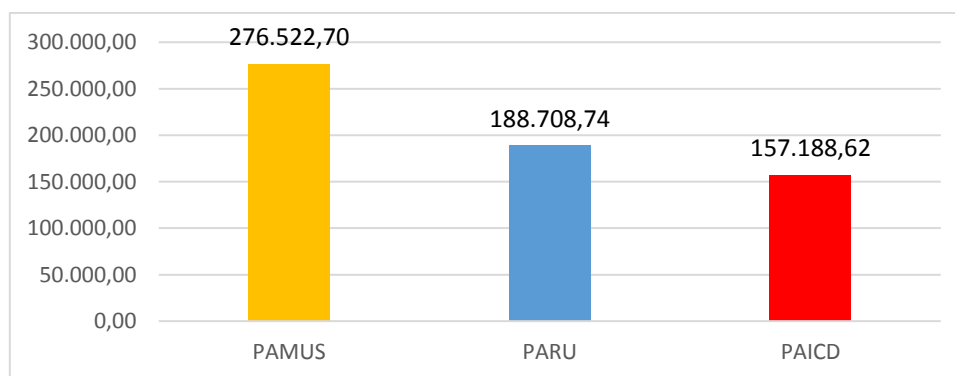


Figura 14 - *Investimento comparticipado médio por operação (€) na AML, maio/2017*

Fonte: Sistema de informação do POR LISBOA 2020.

Apresenta-se agora uma leitura individualizada de cada uma das tipologias de plano acima apresentadas. Como referido previamente neste relatório cada Plano tem várias tipologias de intervenção e é sobre este aspeto que a análise se irá centrar, verificando mais uma vez quais as áreas que os municípios consideraram prioritárias no âmbito do financiamento do quadro comunitário em vigor.

PAMUS

Das seis tipologias de intervenções existentes no PAMUS, o destaque vai para os “Investimentos nos modos suaves, ciclovias ou vias pedonais” para a qual foram programadas nos concelhos da AML um total de 77 operações (72% face ao total de operações programadas), comportando um investimento elegível de aproximadamente 45 milhões de euros (77% relativamente ao investimento elegível total programado). Face a estes dados é também possível constatar que de todas as tipologias disponíveis a prioridade dos municípios recaiu maioritariamente na construção destas infraestruturas.

A tipologia que surge em segundo lugar em termos de investimento é a “Melhoria da rede de interfaces com a rede de transportes públicos coletivos” com um valor de aproximadamente 7 milhões e 200 mil euros e um total de 17 operações. Com praticamente 4 milhões e 4 operações programadas surge a “estruturação de corredores urbanos de procura elevada”, já com um valor mais reduzido de aproximadamente 1 milhão e 900 mil euros e 7 operações programadas consta a tipologia de implementação de “sistemas inteligentes de controlo de tráfego rodoviário”. Por fim, com apenas uma operação programada surgem as tipologias de “integração multimodal” com 150.000 euros e a aplicação de “sistemas de informação aos utilizadores de transportes públicos” com 500.000 euros.

A estratégia que suporta o PAMUS está assente na “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono”, estratégia visível através das tipologias de intervenções para as quais os municípios se podem candidatar. No entanto, a tipologia que obtém praticamente 80% do financiamento disponível poderá não ser a que terá um maior impacto na redução da emissão de carbono, comparativamente a outras tipologias como a integração multimodal ou a melhoria das redes de interfaces (figura 15).

Estas últimas tipologias pressupõem uma maior coordenação para que possam ser implementadas, uma vez que na maioria dos casos as empresas de transportes públicos não estão sobre a coordenação das autarquias, tendo os seus próprios interesses. Para além desta realidade, estas intervenções implicam investimentos mais avultados face às

restantes, nomeadamente, a criação de ciclovias (modos suaves) onde os investimentos são mais baixos e a sua execução depende unicamente da entidade beneficiária (municípios), o que contribuirá para a menor aplicação destas tipologias.

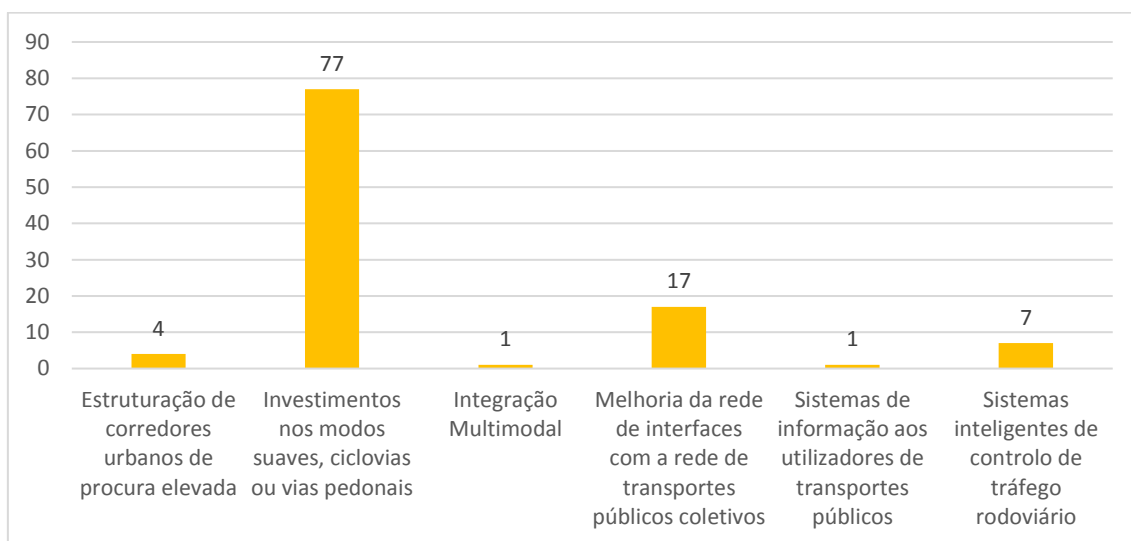


Figura 15 - Número de operações programadas por tipologia de intervenção (PAMUS) na AML, maio/2017. Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

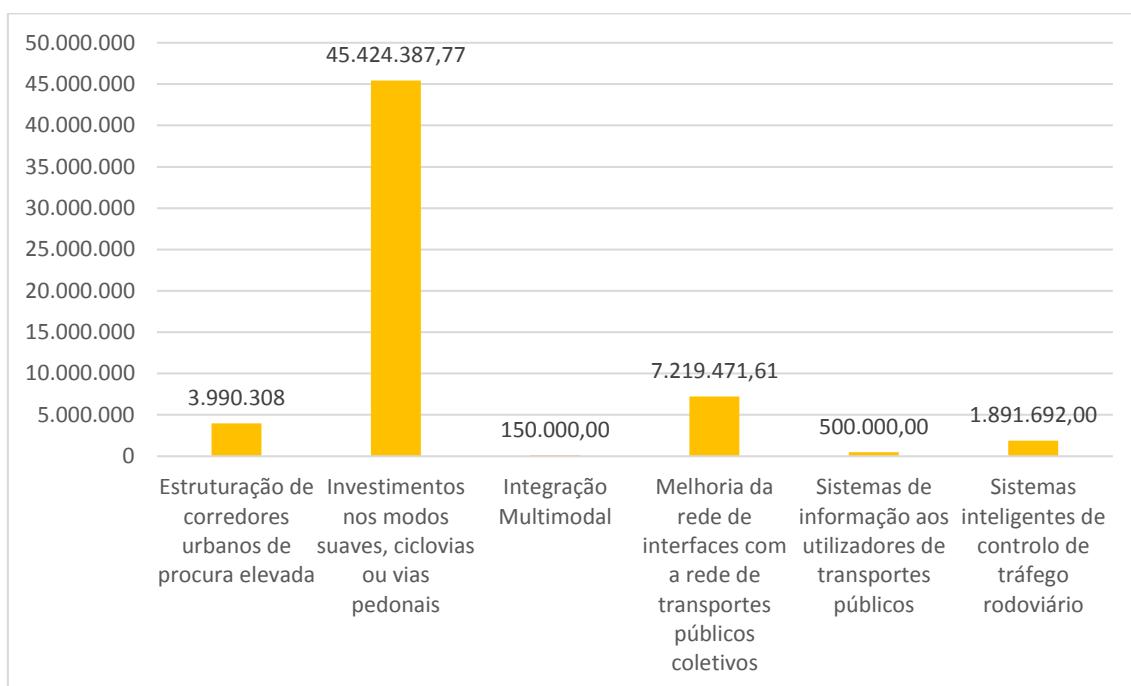


Figura 16 - Investimento elegível programado por tipologia de intervenção (€) (PAMUS) na AML, maio/2017

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

PARU

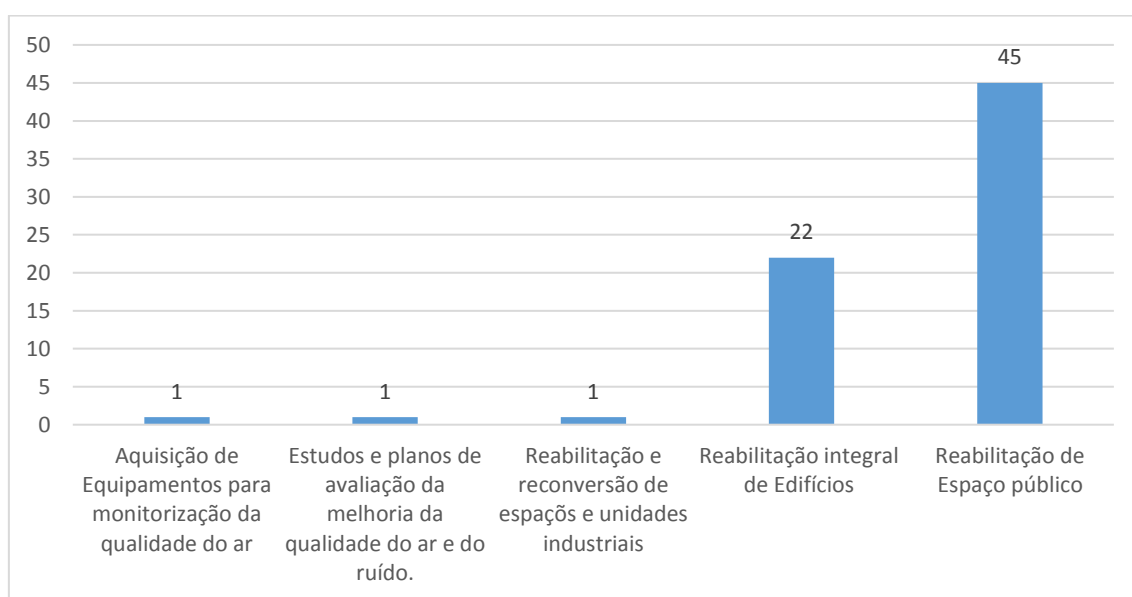


Figura 17 - *Número de operações programadas por tipologia de intervenção na AML (PARU), maio/2017*

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

Nas figuras 17 e 18 apresentam-se todas as tipologias inseridas no PARU para as quais foram programadas operações por parte dos municípios. O gráfico 10 mostra que três das tipologias apenas têm programada uma ação: “Aquisição de equipamentos para monitorização da qualidade do ar”, “Estudos e planos de avaliação da melhoria da qualidade do ar e do ruído” e a “Reabilitação e reconversão de espaços e unidades industriais”. Neste conjunto importa destacar a tipologia referente à reabilitação e reconversão de espaços industriais, que ficou unicamente com uma ação embora devesse ser uma prioridade nos concelhos com áreas industriais abandonadas.

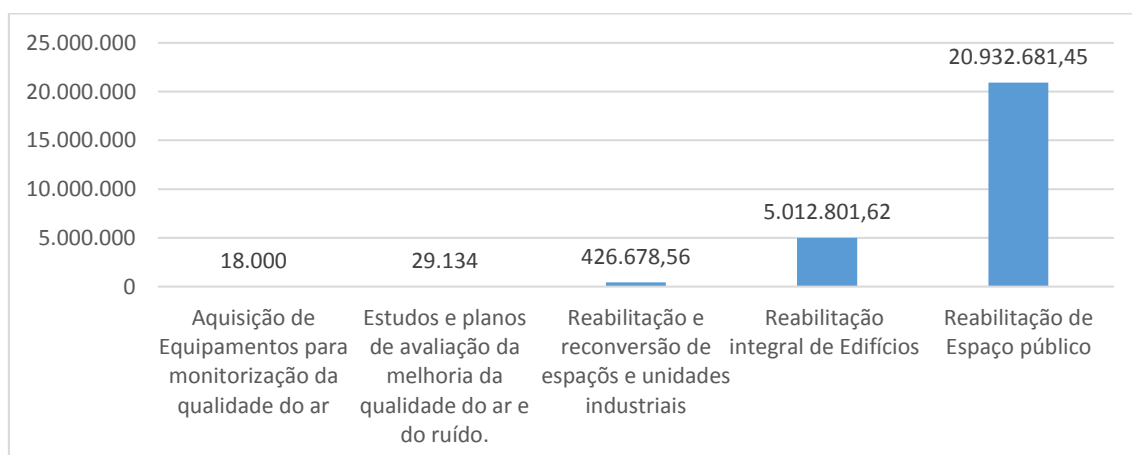


Figura 18 - *Investimento elegível por tipologia de intervenção na AML (€) (PARU), maio/2017*

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

Nesta perspetiva, verificou-se que as opções de intervenção dos municípios recaíram sobre a “reabilitação integral de edifícios” de propriedade municipal, com 22 operações programadas e um investimento superior a 5 milhões de euros, e também na “reabilitação de espaços públicos” que assume um peso muito superior face às restantes tipologias com um total de 45 operações programadas e um investimento elegível na ordem dos 21 milhões de euros, assumindo um peso de 79% face ao investimento elegível programado para o total do PARU.

Assim, a aposta em termos de reabilitação urbana por parte dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa recaiu sobre a reabilitação dos espaços públicos. No entanto, neste processo de opção descorreu-se em muitos casos oportunidades para intervencionar espaços industriais obsoletos, mas sendo muitas vezes propriedade privada, apresentam grandes dificuldades de intervenção por parte de entidades públicas, o que poderá justificar o subaproveitamento desta tipologia de financiamento.

PAICD

Por fim, quanto às operações programadas no PAICD no que respeita às suas tipologias, regista-se um maior equilíbrio na distribuição do número de operações por tipologia e dos respetivos montantes programados. Assim, das quatro tipologias apresentadas verifica-se que para a “criação de espaços de apoio ao desenvolvimento económico” foram programadas 7 operações com um investimento elegível de aproximadamente 3 milhões, sendo desta forma, a tipologia com menor representatividade. Segue-se a “Reabilitação de habitação social” com 29 operações programadas e um investimento programado de 13 milhões e 500 mil euros, correspondendo ao segundo maior investimento em termos das quatro tipologias. Com o segundo maior número de operações programadas surgem as “intervensões em equipamentos públicos de apoio ao desenvolvimento social” com 44 operações programadas e um investimento de 8 milhões e 400 mil euros. Esta situação destaca-se pois apesar de ter um número de operações superior à tipologia anteriormente referida tem um investimento inferior, o que demonstra o interesse face ao investimento em termos de reabilitação de habitação social por parte dos municípios.

A tipologia com maior representatividade diz respeito à “Qualificação e modernização do espaço urbano” com 61 operações programadas e um investimento elegível programado de 19 milhões e 400 mil euros. Esta tipologia tem semelhanças com a tipologia presente no PARU “Reabilitação de espaço público”, uma vez que aqui também se pretende melhorar espaços públicos, com a única condição de se

encontrarem em áreas que se enquadram com os requisitos do PAICD já referidos neste relatório. Pelo que somando as duas tipologias obtém-se um total aproximado de 50 milhões de euros de investimento programado para a reabilitação de espaços públicos.

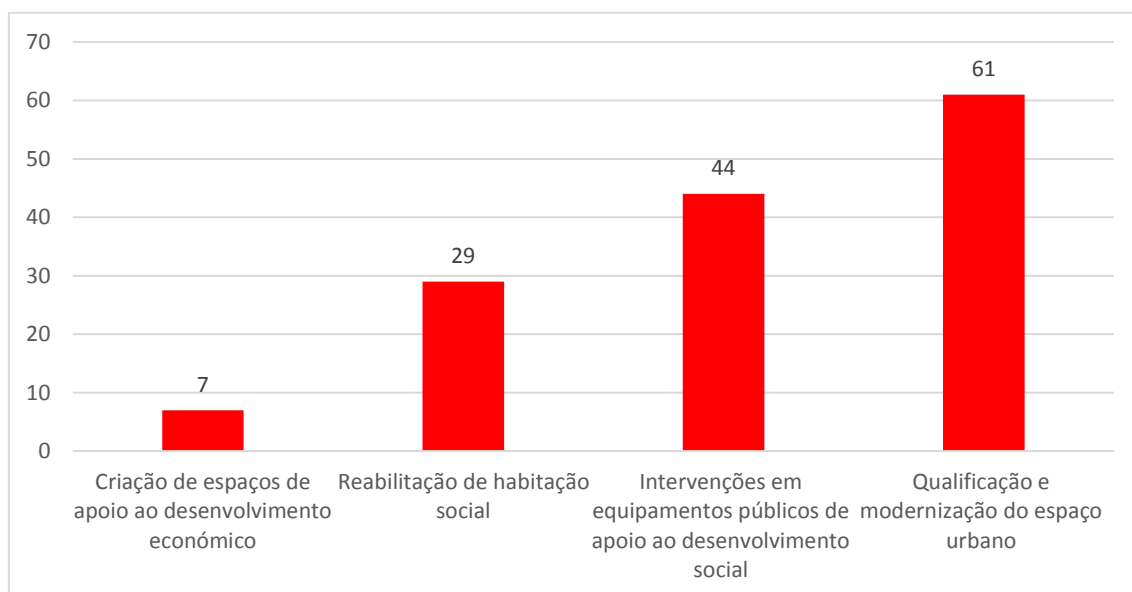


Figura 19 - Número de operações programadas por tipologia de intervenção na AML (PAICD), maio/2017

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

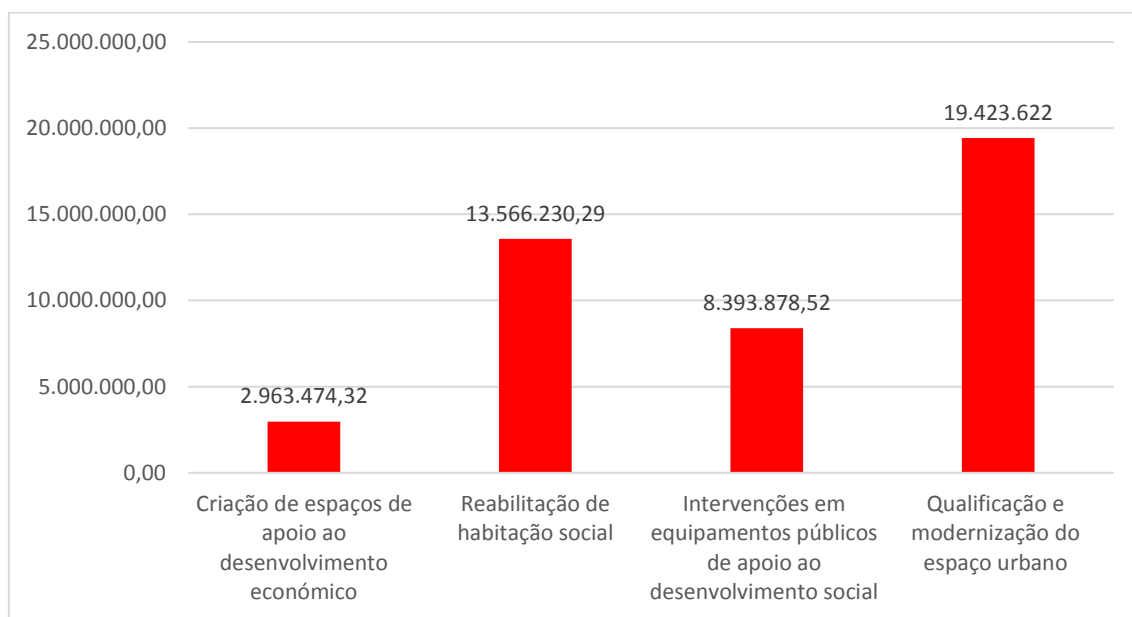


Figura 20 - Investimento elegível por tipologia de intervenção na AML (€) (PAICD), maio/2017

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

5.4.1.1. Investimento programados por concelho na AML

Após a análise individual por tipologia de plano de ação importa agora olhar com atenção para os dados relativos à realidade dos municípios, no que toca ao que

estes programaram e pretendem executar no período de vigência do atual quadro comunitário.

O primeiro aspeto a observar prende-se com o número de operações que cada município programou no seu PEDU, sendo que as estratégias variam entre ter um maior número de operações abrangendo desta forma uma maior área ou ter um menor número de operações, mas promovendo intervenções mais profundas (figura 21). Esta ideia ficará mais vincada com os dados apresentados de seguida.

Relativamente ao número de operações sobressaem os concelhos de Sintra (37), Moita (36), Seixal (30) e Cascais (29). Em posição inversa (com menor número de operações programadas) apresentam-se os concelhos de: Vila Franca de Xira (6), Alcochete (7), Setúbal (8) e Montijo (10).

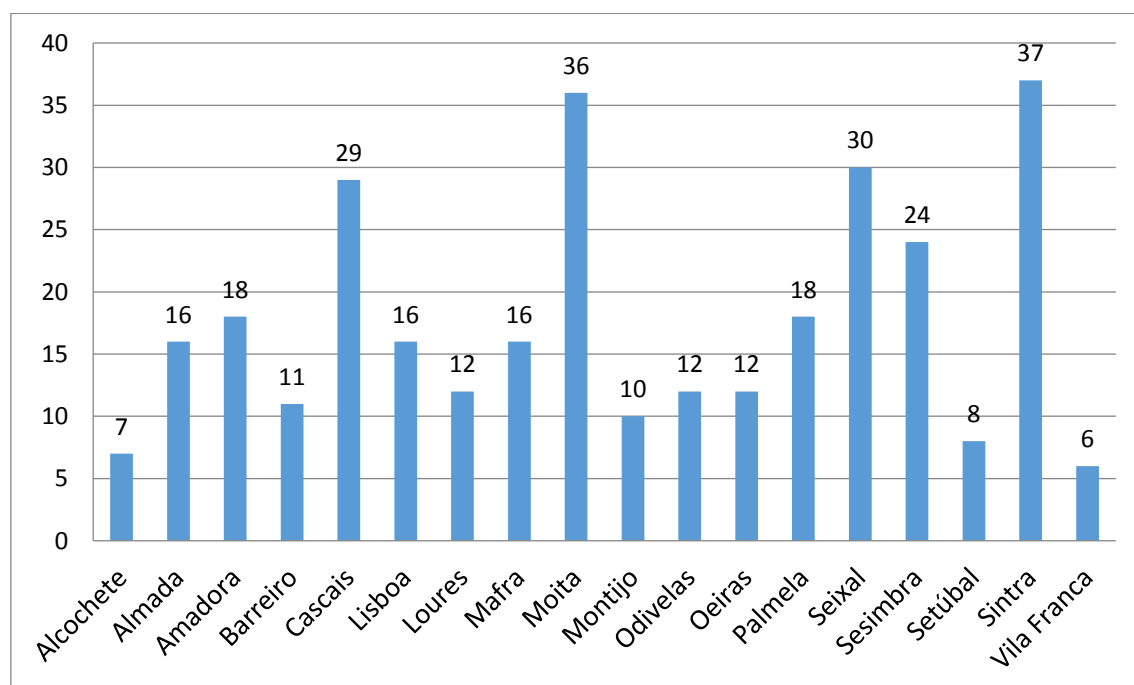


Figura 21 - *Número de operações programadas por concelho na AML (PEDU), maio/2017*

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

Segue-se uma análise referente ao peso do investimento programado de cada concelho face ao total de investimento programado na região em estudo (figura 22). Neste podemos verificar que Lisboa destaca-se dos restantes concelhos com um peso de 12,4% correspondente a aproximadamente um investimento elegível de 16 milhões de euros. Em segundo lugar, o concelho de Sintra, com um peso percentual de 9,9% que se cifra num investimento aproximado de 13 milhões de euros.

Os restantes concelhos apresentam um maior equilíbrio em percentagem, que variam entre os 6,4% e os 4%, e valores de investimento entre os 7 milhões e 500 mil

euros e os 6 milhões de euros. Em sentido inverso, encontramos os concelhos de Sesimbra com 3.8% (aproximadamente 5 milhões de euros), e do Barreiro com 3,7% (4 milhões e 700 mil euros) e, por fim, Alcochete com um peso de apenas 2,9% e um investimento de 3 milhões e 700 mil euros.

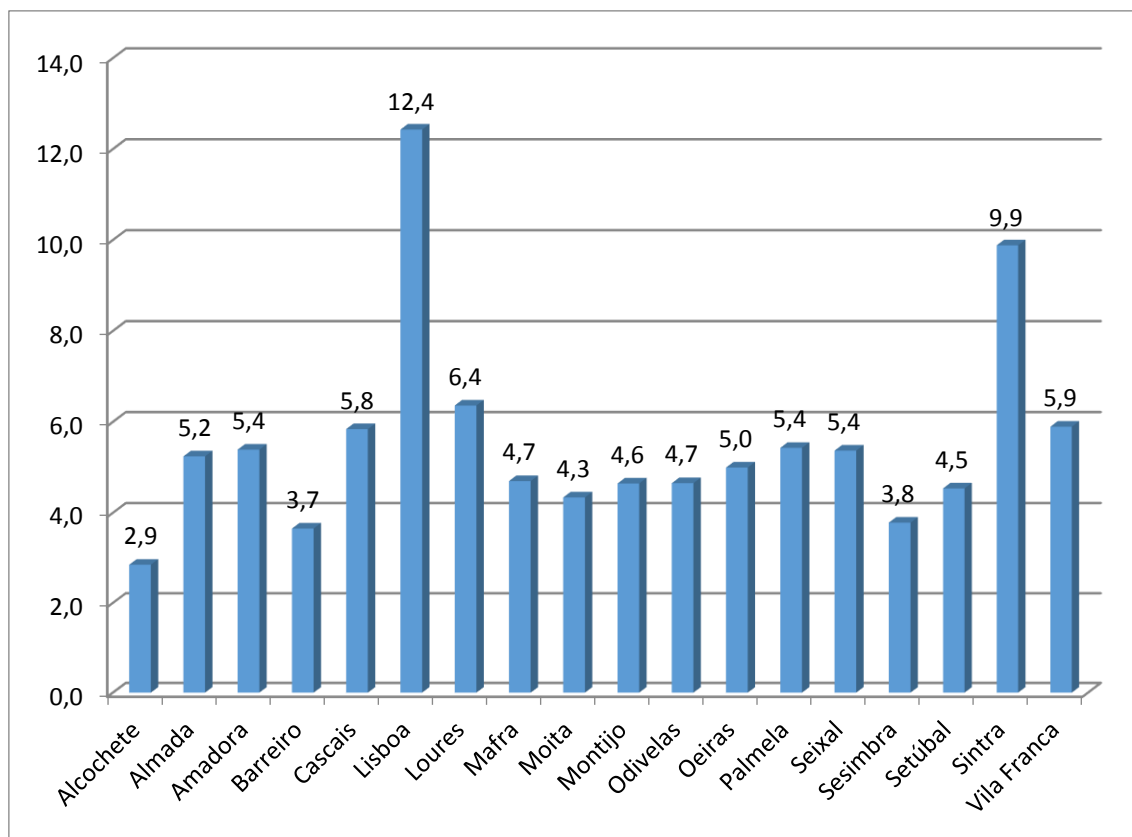


Figura 22 - *Proporção do investimento programado por concelho na AML (%) (PEDU), maio/2017*

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

Para finalizar a análise a este capítulo apresenta-se a figura 23 o qual resulta de uma junção entre o número de operações e o investimento programado por cada concelho cruzando ainda esta informação com o investimento médio do total de operações da AML.

O primeiro aspeto a ressaltar prende-se com o número de concelhos situados acima da média da região (NUTS), sendo 10 do total de 18.

Este gráfico resulta do cruzamento direto do número de operações pelo investimento programado estipulado nos PEDU, pelo que os valores estão muitas das vezes enviesados pelo número de operações que os municípios pretendem implementar, permitindo, constatar qual a estratégia definida pelos mesmos, referidas anteriormente.

Os concelhos mais acima da média são concelhos com um número mais reduzido de operações programadas, sendo eles os concelhos de Vila Franca de Xira em claro

destaque (apenas 6 operações programadas), Lisboa (com 16 operações devido ao largo investimento programado de aproximadamente 16 milhões de euros) e Setúbal (que conta com 8 operações programadas).

Em sentido inverso destacam-se os concelhos da Moita, Sesimbra, Seixal e Cascais que, devido ao elevado número de operações programadas, surgem com valores muito abaixo da média estimada da região, verificando-se desta forma uma estratégia baseada numa maior divisão de intervenções, com montantes mais reduzidos.

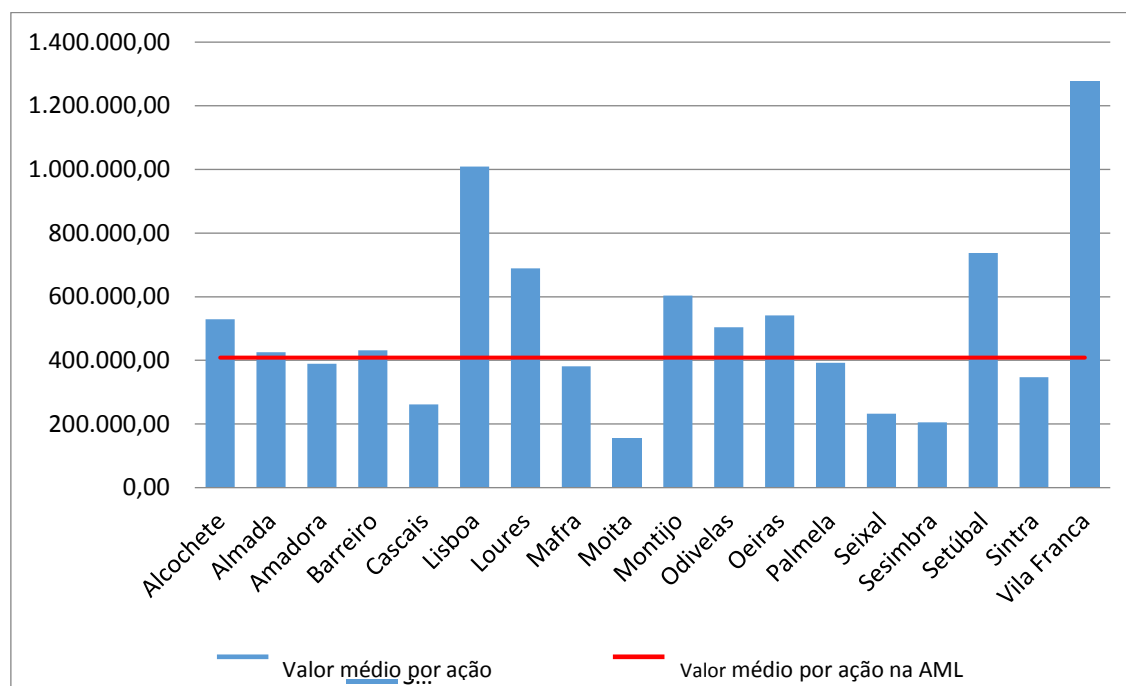


Figura 23 - *Investimento médio por operação por concelho na AML (€) (PEDU), maio/2017*

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020.

5.4.1.2. Investimentos aprovados na AML a 31 de maio de 2017

A última análise referente aos dados disponíveis para a Área Metropolitana de Lisboa prende-se com a verificação do número de operações e dos montantes já aprovados até 31 de maio de 2017.

O aviso inicial para as candidaturas terminava a 31/05/2017. Porém, a muito baixa taxa de execução existente (que os dados que agora se apresentam comprovam), levou à dilatação dos prazos até 31 de dezembro de 2017.

Representativo desta realidade é o gráfico 17 onde se constata que o número de operações aprovadas é muito baixo. Assim sendo, para o PAMUS existem 107 operações programadas e apenas 10 aprovadas (9,3% de operações aprovadas), relativamente ao PARU de 70 operações programadas apenas 7 estavam aprovadas (10% de operações aprovadas) e, por fim, para o PAICD com 141 operações

programadas só se contabilizavam 13 como aprovadas a 31 de maio de 2017 (9,2% de operações aprovadas). Os dados demonstram uma taxa de execução financeira reduzida face ao que os municípios programaram no momento de submissão dos seus Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano.

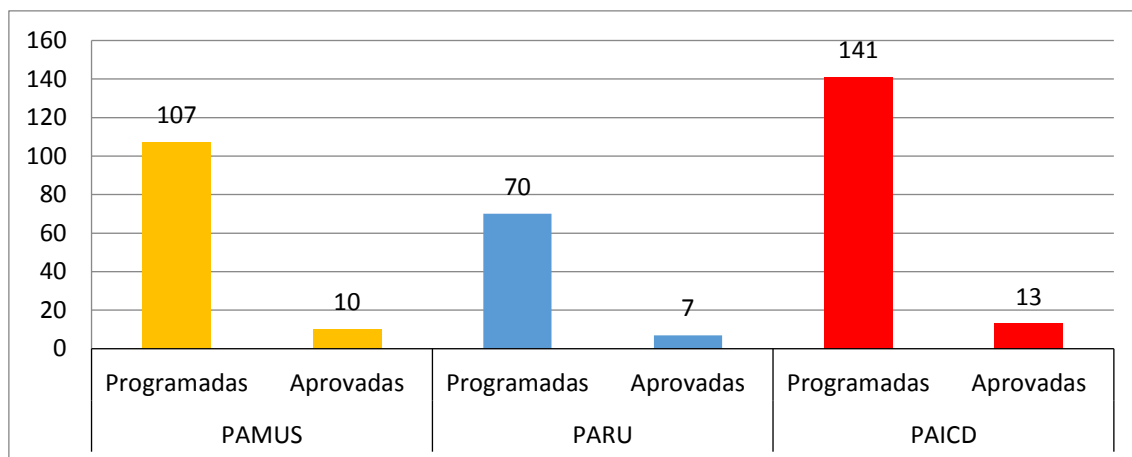


Figura 24 - *Número de operações programadas e aprovadas na AML (PEDU), a 31 de maio de 2017*

Fonte: Sistema de Informação do POR LISBOA 2020 e Balcão do POR LISBOA 2020.

Quanto aos montantes já aprovados cifravam-se em 3.446.049,79 euros para o PAMUS correspondente a 5,8% do total de 59.175.859 de euros do investimento programado elegível. Relativamente ao PARU, apresenta o montante mais elevado cifrado em 5.061.177 de euros, o qual corresponde a 19,2% em termos de execução face aos 26.294.015 milhões programados. Quanto ao PAICD o montante era de 3.881.488 de euros o que constitui 8,8% do total de investimento elegível programado no valor de 44.347.204,87 de euros (figura 25).

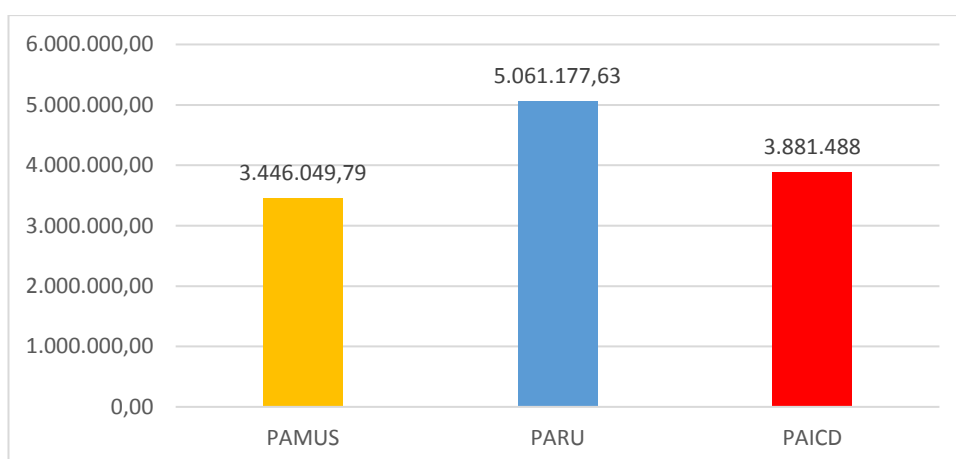


Figura 25 - *Investimento elegível aprovado por tipologia de plano na AML (€) (PEDU), 31 de maio de 2017*

Fonte: Balcão do POR LISBOA 2020.

Face a estes montantes verifica-se que a 31/05/2017 o PARU era o plano com uma maior representatividade em termos de investimento já aprovado (com 41%), seguido do PAICD (com 31%) e o PAMUS (com 28%). Este último, com maior alocação financeira, é dos três o que apresenta uma menor percentagem de montantes aprovados (figura 26).

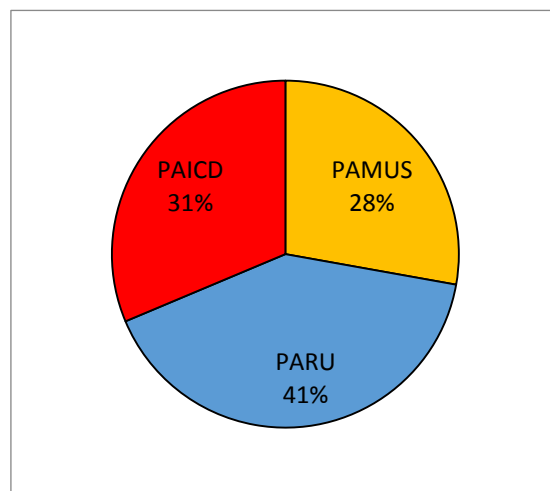


Figura 26 - *Percentagem dos montantes aprovados por tipologia de plano na AML (PEDU), 31 de maio de 2017*

Fonte: Balcão do POR LISBOA 2020.

No que toca ao número de operações aprovadas nos concelhos da AML verifica-se que 13 concelhos tinham pelo menos uma operação aprovada à data do levantamento, embora, sempre com números relativamente baixos, destacando-se o concelho de Mafra com 5, seguido de Oeiras, Sintra e Setúbal todos com 4 operações aprovadas. Os restantes 5 concelhos não tinham nenhuma operação aprovada à data (Barreiro, Cascais, Montijo, Odivelas e Vila Franca de Xira). Como já referido após a contabilização destes dados verificou-se que existiam à data 30 operações aprovadas nos concelhos da AML (figura 27).

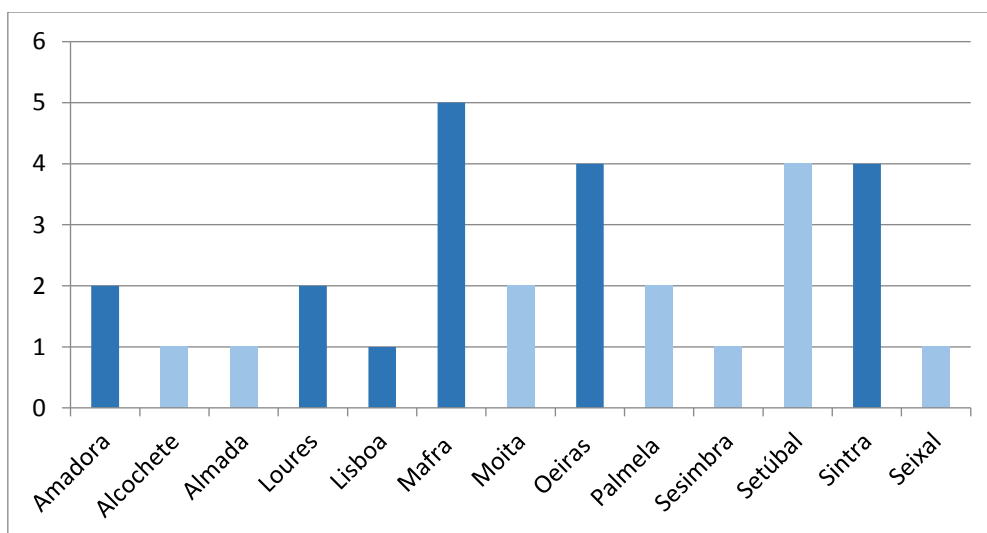


Figura 27 - *Operações aprovadas por concelho na AML (PEDU), 31 de maio de 2017*

Fonte: Balcão do POR LISBOA 2020.

Relativamente ao investimento aprovado os montantes estão diretamente relacionados com o número de operações, com a evidente exceção de Lisboa, que com apenas uma operação aprovada possui o maior investimento já efetuado, com mais de 3 milhões de euros. Nos restantes municípios destaca-se Mafra que, apesar de possuir o maior número de operações aprovadas, surge apenas em terceiro lugar como apresentado, demonstrando que aplica montantes inferiores por ação face a outros concelhos. Os restantes municípios seguem uma ordem semelhante à apresentada anteriormente, verificando-se uma tendência de quanto maior o número de operações aprovado maior o investimento já aprovado, sendo Sintra e Setúbal os exemplos desta realidade (figura 28).

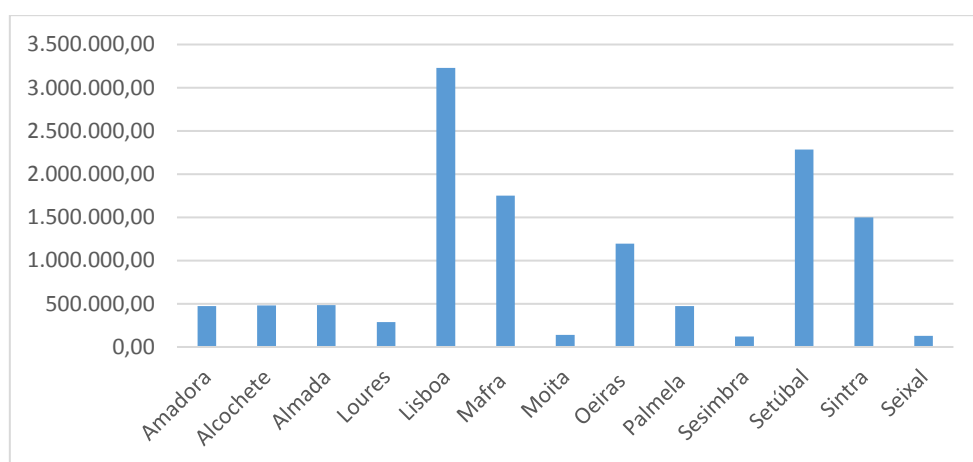


Figura 28 - *Investimento elegível aprovado por concelho na AML (€) (PEDU), 31 de maio de 2017*

Fonte: Balcão do POR LISBOA 2020.

5.4.2. Oeste - Operações aprovadas a 31 de maio

Após a análise apresentada referente à AML as próximas análises são referentes às restantes regiões pertencentes à área de administração da CCDR-LVT, no entanto, como abordado previamente, para estas apenas foi possível ter acesso a informação das operações já aprovadas e disponibilizada através dos Balcões dos respetivos programas operacionais mensalmente.

No Oeste a 31 de maio existiam 20 operações aprovadas, distribuídas por onze concelhos, e apenas Bombarral e Nazaré não tinham qualquer ação aprovada.

Na distribuição do número de operações, verifica-se um certo equilíbrio ainda que se constate que o número de operações aprovadas por concelho é relativamente reduzido, com nove concelhos a terem entre uma e duas operações aprovadas. As exceções são o concelho de Torres Vedras (quatro operações) e o concelho de Óbidos (com três), sendo que estes números resultam também de alguns concelhos apenas poderem promover operações referentes ao

PARU devido a serem centros complementares e não centros estruturantes para os quais se destinam os PEDU (gráfico 22).

Quanto aos montantes envolvidos no que toca ao investimento elegível aprovado contavam-se 14.396.516,10 euros, valor superior ao aprovado para a AML apesar do número de ações ser inferior, algo que está diretamente relacionado com a taxa de financiamento situada nos 85% aos invés dos 50% da AML, subindo desta forma o montante comparticipado para os 12.237.038,69 de euros.

Relativamente aos montantes afetos a cada concelho destaca-se, como seria de prever o Torres Vedras com um montante superior a cinco milhões de euros, seguido de Alcobaça, que com apenas duas operações, investe três milhões de euros e Óbidos com um montante a rondar os dois milhões e trezentos mil euros. De referir ainda que, nesta fase existem alguns concelhos com um investimento ainda muito reduzido, abaixo dos cem mil euros (Alenquer, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço).

No que toca à tipologia dos planos das operações aprovadas verifica-se que as operações do PARU têm uma relevância muito superior face aos restantes, quer em número de operações quer de montante, devido ao fato de nem todos os concelhos poderem ter PEDU, ou seja, apenas se financiam para as operações da P.I. 6.5.

Como se apresenta nas figuras 32 e 31 é possível verificar esta realidade, tendo o PARU um montante elegível aprovado já em valores próximos aos treze milhões de euros, correspondendo a 88% do montante aprovado à data de 31 de maio. Quanto ao PAICD apresenta um total de quatro operações *versus* as 2 operações do PAMUS, no entanto, o montante alocado a estas é substancialmente mais elevado no PAICD, sendo de destacar ainda o município de Peniche com duas operações s aprovadas nesta tipologia e um montante de aproximadamente um milhão e cem mil euros. Por fim, Torres Vedras é, até ao momento, o único concelho com operações aprovadas nas três tipologias de plano constantes dos PEDU.

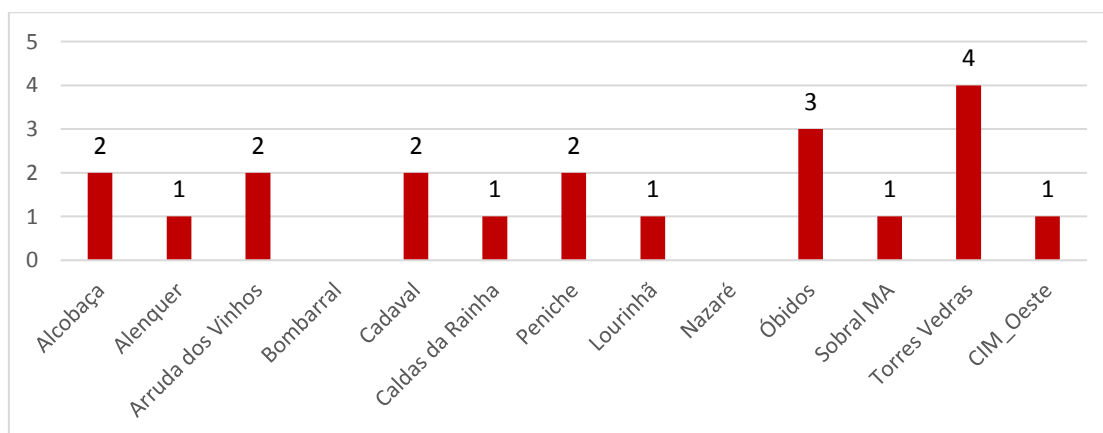


Figura 29 - *Número de operações aprovadas por concelho no Oeste, 31 de maio de 2017*

Fonte: Balcão do POR Centro 2020.

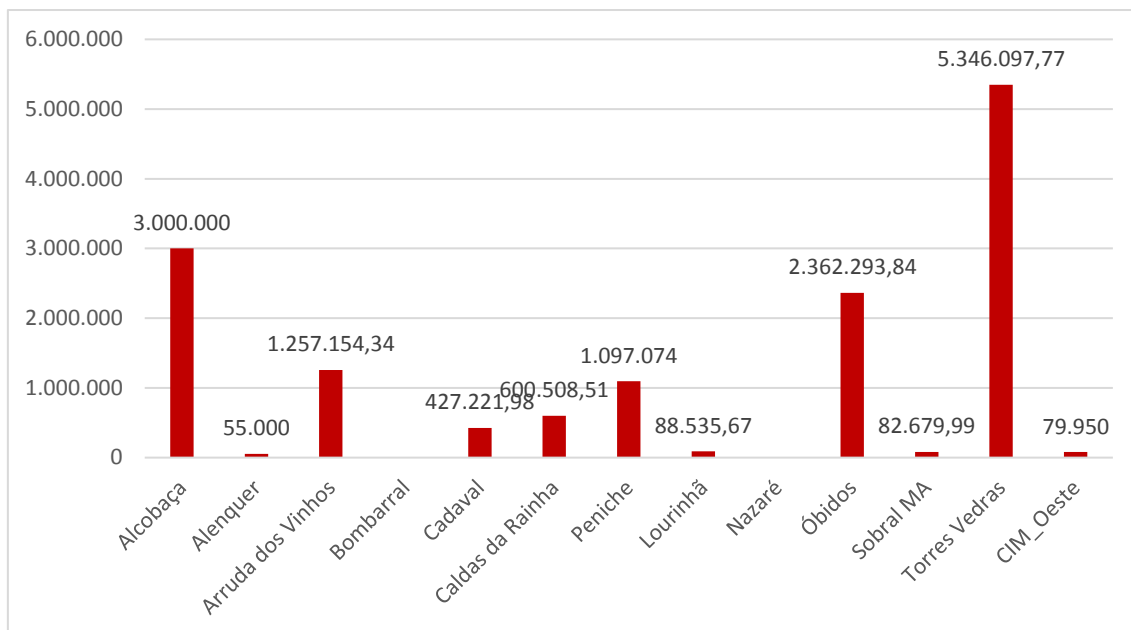


Figura 30 - Montante elegível aprovado por concelho no Oeste (€), 31 de maio de 2017

Fonte: Balcão do POR Centro 2020.

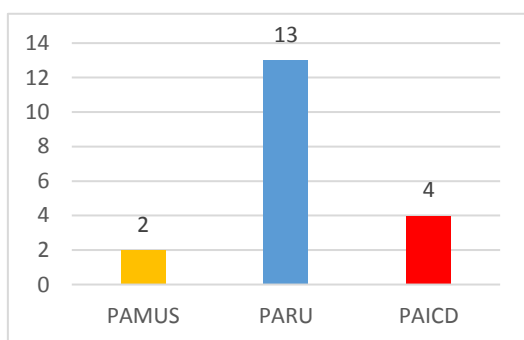


Figura 32 - Número de operações aprovadas por tipologia de plano no Oeste, 31 de maio de 2017

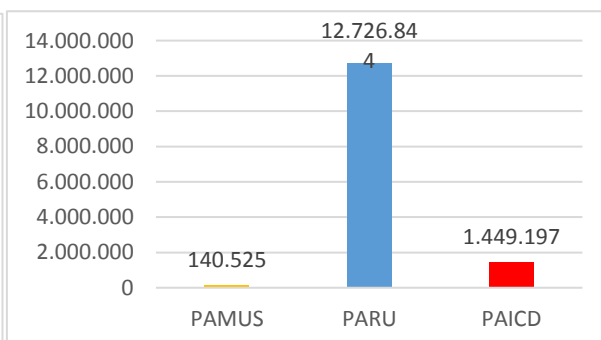


Figura 31 - Montante elegível aprovado por tipologia de plano no Oeste (€), 31 de maio de 2017

5.4.3. Médio Tejo - Operações aprovadas a 31 de maio

O Médio Tejo também obtém financiamento através do Programa Operacional Centro 2020, com uma taxa de financiamento de 85%.

Das quatro NUTS III, esta tinha o menor número de operações aprovadas (apenas 12). No entanto, o valor total de investimento elegível já aprovado situava-se perto dos onze milhões de euros, Fonte: Balcão POR CENTRO 2020. Contrados na AML, pelo que o investimento médio por ação é bastante mais elevado.

Já no que toca ao número de operações aprovadas por concelho verifica-se uma grande disparidade: do total de doze concelhos há cinco sem qualquer ação aprovada (Alcanena, Ferreira do Zêzere, Mação, Peniche e Sardoal), seis com uma ação e o

concelho do Entroncamento com cinco operações aprovadas tendo praticamente metade do total das operações desta NUTS com um peso de 42% (figura 33).

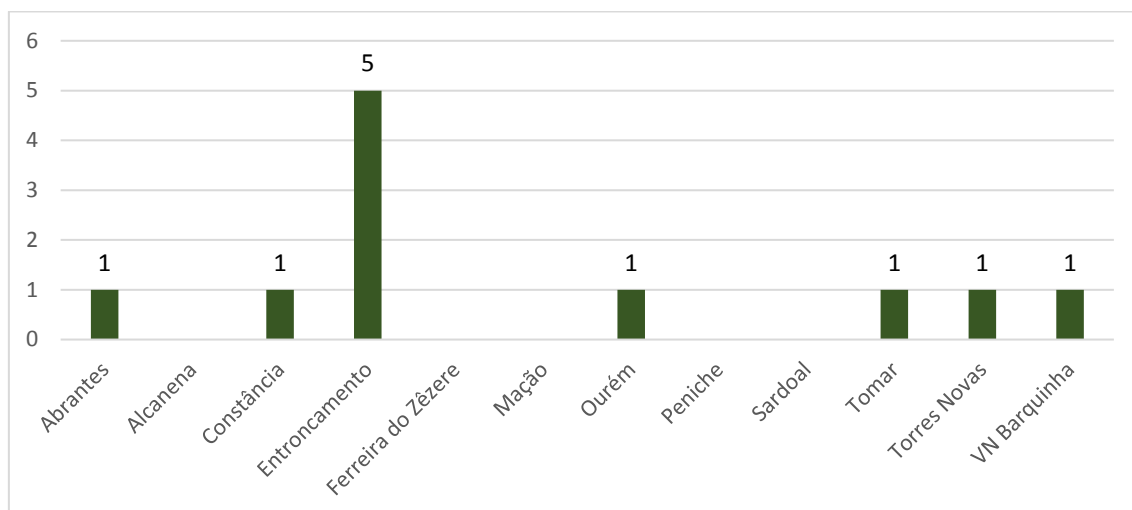


Figura 33 - *Número de operações aprovadas por concelho no Médio Tejo, 31 de maio de 2017*

Fonte: Balcão do POR Centro 2020.

Quanto aos montantes já aprovados a situação é também muito específica. Começando por analisar o concelho do Entroncamento, apesar de ter um número de operações aprovadas muito superior aos restantes concelhos e um montante também superior aos restantes, não apresenta um montante aprovado muito superior aos restantes. Assim para o Entroncamento o valor já aprovado ronda os 3 milhões e 900 mil euros, seguido de Abrantes com quase 3 milhões de euros, Ourém 2 milhões e 600 mil euros e, com um valor mais reduzido, Torres Novas com 1 milhão e 200 mil euros.

Esta realidade reflete mais uma vez estratégias de investimento diferentes optando alguns concelhos por fazer menos intervenções com investimentos mais elevados ao contrário do concelho do Entroncamento que, com mais intervenções, tem um investimento médio mais reduzido por cada uma delas face a outros concelhos. Destacar ainda uma dicotomia entre os concelhos com investimento já muito avultados e outros com montantes ainda inferiores a cem mil euros, tais como Constância, Tomar e Vila Nova da Barquinha (figura 34).

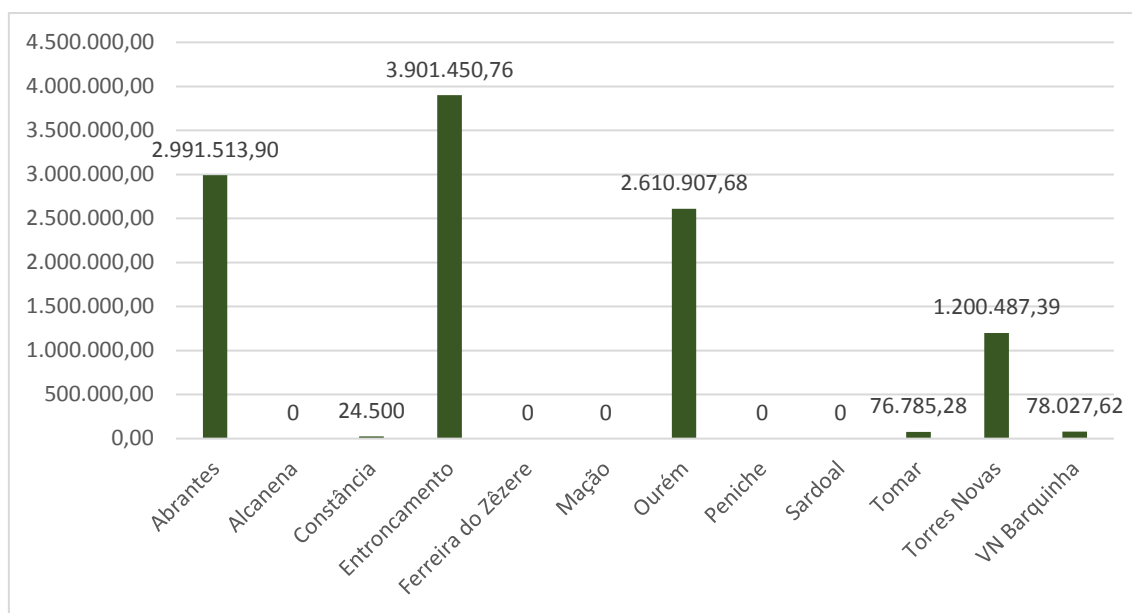


Figura 34 - *Investimento elegível aprovado por concelho no Médio Tejo (€), 31 de maio de 2017.*

Fonte: Balcão do POR Centro 2020.

Relativamente às tipologias de planos destas operações aprovadas verifica-se também no Médio Tejo a predominância das operações integradas no PARU. Para o PAMUS existia apenas uma ação aprovada e para o PAICD duas, sendo o Entroncamento o único concelho com operações aprovadas nas três tipologias de plano à data do levantamento da informação (figura 36).

Quanto aos montantes já aprovados, o PARU destaca-se ainda mais com um total de aproximadamente dez milhões de euros e um peso de 90% face ao total dos montantes já aprovados. Já o PAMUS apesar de ter uma única ação tem um montante um pouco mais elevado com 573.400 euros face aos 437.547 do PAICD (figura 35)

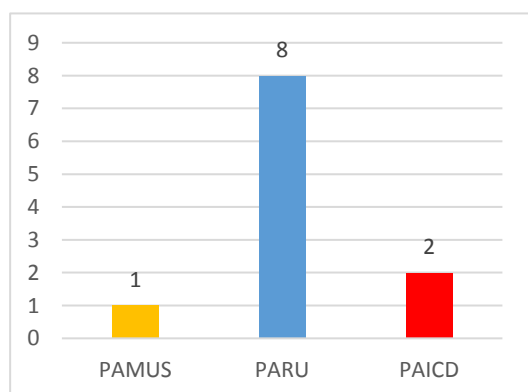


Figura 35 - *Número de operações aprovadas por tipologia de plano no Médio Tejo - maio/2017*

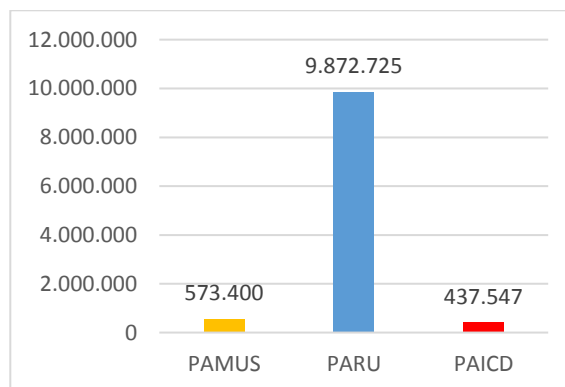


Figura 36 - *Montante elegível aprovado por tipologia de plano no Médio Tejo (€) - maio/2017*

Fonte: Balcão POR CENTRO 2020

5.4.4. Lezíria do Tejo - Operações aprovadas a 31 de maio

A Lezíria do Tejo, apesar de não ser a que tinha o menor número de operações aprovadas (20 operações era a que tinha o menor investimento elegível e participado já aprovado. Os municípios desta região obtêm o seu financiamento através do Programa Operacional Alentejo 2020, tendo também ao seu dispor uma taxa de financiamento de 85%. O montante aprovado cifrava-se nos seis milhões e duzentos mil euros à data do levantamento da informação que agora se apresenta.

Tal como previamente, a análise começa pelo número de operações aprovadas. Dos onze concelhos, só Benavente e Chamusca não possuíam operações aprovadas, tendo os restantes pelo menos uma ação. O concelho com maior número de operações aprovadas era Almeirim com quatro, seguido de Azambuja, Golegã e Rio Maior todos com três operações, Santarém e Salvaterra de Magos com duas e Alpiarça, Cartaxo e Coruche com uma (figura 37).

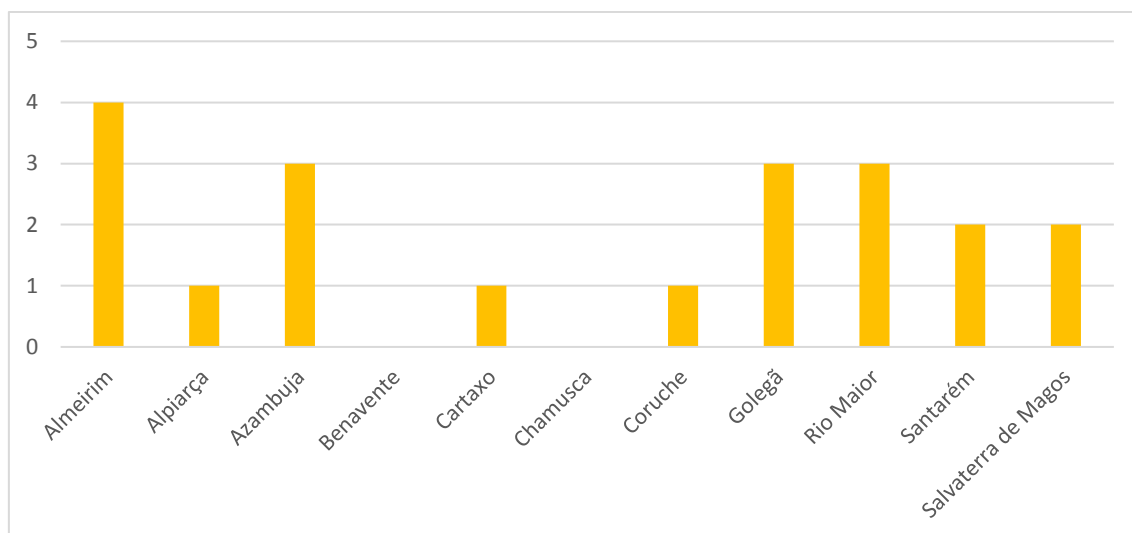


Figura 37 - *Número de operações aprovadas por concelho na Lezíria do Tejo, 31 de maio de 2017*

Fonte: Balcão do POR Alentejo 2020.

No que toca aos montantes respeitantes ao investimento elegível já aprovado o primeiro aspeto a relevar é que apenas dois concelhos têm investimentos acima de um milhão de euros: Golegã, com um milhão e oitocentos mil euros, e Salvaterra de Magos com um milhão e cem mil euros. Para além deste aspeto, ressalva-se ainda o facto de o concelho com o maior número de operações aprovadas (quatro) ter um montante a rondar os quinhentos mil euros, apresentando, por isso, um investimento médio por ação reduzido face a outros concelhos.

Por fim, referir que ao contrário das outras NUTS III, não existe nenhum concelho com um investimento aprovado inferior a cem mil euros, estando todos eles acima deste montante, com exceção dos concelhos que ainda não submeteram nenhuma intervenção para obtenção do respetivo financiamento (Figura 38).

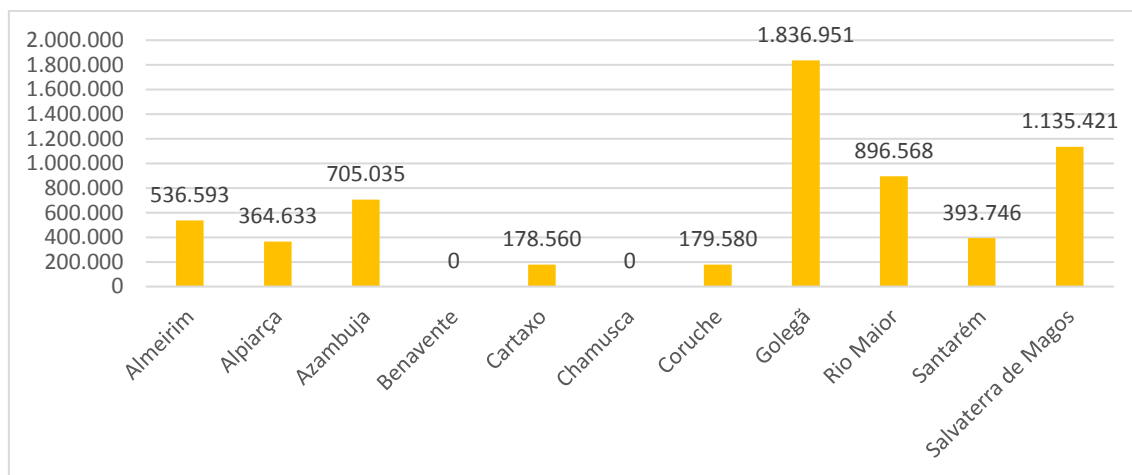


Figura 38 - *Montante elegível aprovado por concelho na Lezíria do Tejo (€), 31 de maio de 2017*

Fonte: Balcão do POR Alentejo 2020.

A distribuição das operações e dos montantes pelas três tipologias de planos na Lezíria do Tejo vai de encontro à realidade das NUTS III apresentando-se, assim, o PARU como o plano com maior número de operações e montante aprovado, seguido do PAMUS e do PAICD em último.

De todas as NUTS III, esta é a que apresenta o maior número de operações já aprovadas no PARU, no entanto, é a que tem o segundo menor investimento aprovado, quer seja pela menor capacidade financeira destes municípios ou por ainda não terem sido submetidas a aprovação todas as operações programadas.

Referir ainda que tal como no Oeste e no Médio Tejo, apenas um concelho já possuía operações aprovadas para os três planos, neste caso, o município de Almeirim, embora não seja o que tinha um maior investimento já aprovado.

Nos montantes de cada um dos planos o PARU surge destacado como referido e um montante de 5.319.222 de euros e um peso de 85% face ao montante total aprovado à data, o PAMUS apresenta um montante a rondar os 800 mil euros, enquanto o PAICD com uma única ação apresenta um valor muito reduzido de 100 mil euros.

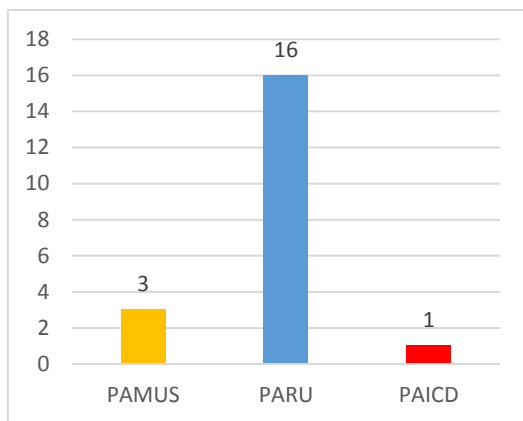


Figura 40 - *Número de operações aprovadas por tipologia de plano na Lezíria do Tejo - maio/2017*

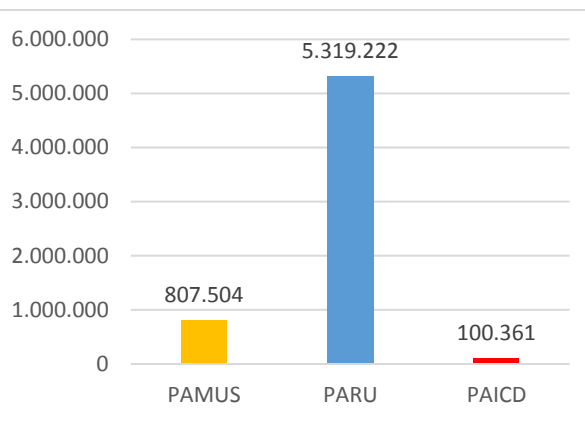


Figura 39 - *Montante elegível aprovado por tipologia de plano na Lezíria do Tejo (€) - maio/2017*

Fonte: Balcão POR ALENTEJO 2020.

5.4.5. Análise comparativa entre as NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Em jeito de síntese final, construiu-se um gráfico com os valores dos montantes elegíveis e comparticipados de cada uma das quatro NUTS III, de forma a obter uma visão global que nos permita comparar os investimentos já aprovados para a região em termos de montantes. Sendo esta análise efetuada para o momento intermédio do período de candidatura que os municípios dispõem para efetuar as suas propostas, os dados recolhidos relatam a realidade no mês de maio.

No caso da AML, sabemos que o investimento efetuado está ainda muito aquém do programado porque foi possível aceder a estes dados, o que não ocorreu para as restantes NUTS III, pelo que não é possível a situação das restantes regiões, visto não sabermos nem a alocação financeira para cada um dos concelhos nem que intervenções estes programaram nos seus planos de ação que não se encontram disponíveis ao público.

Começando a análise pelos investimentos elegíveis já aprovados verifica-se que apesar de a AML ser a região com o maior número de operações aprovadas não é a que tem o maior investimento, ficando atrás do Oeste por uma diferença de dois milhões de euros, numa diferença dos catorze milhões do Oeste para os doze milhões e meio da AML, segue-se o Médio Tejo com praticamente onze milhões de euros e, muito atrás, a Lezíria do Tejo com apenas seis milhões de investimento elegível.

Mas o aspeto mais interessante prende-se com os montantes comparticipados. Como já referido as taxas de financiamento são distintas para os concelhos da AML e os

das restantes NUTS III, isto leva a que exista uma grande diferenciação em termos de apoio dado aos concelhos da AML no âmbito da reabilitação urbana.

Este facto fica explícito através da análise dos dados presentes na figura 41, onde podemos verificar que o montante comparticipado para os concelhos do Oeste se situa apenas trezentos mil euros aquém do montante elegível dos concelhos da AML, ficando ainda os concelhos do Médio Tejo acima deste valor. Esta realidade leva a que o esforço financeiro por parte dos concelhos da AML seja bastante mais elevado, tendo de suportar 50% do investimento efetuado, enquanto os restantes apenas 15% do investimento. Como já referido anteriormente, este aspeto é justificado porque os concelhos da AML se encontram numa região de competitividade que muda os regimes do financiamento europeu e por terem, na realidade, maior capacidade financeira que os restantes decorrente do maior peso demográfico e económico dos seus territórios.

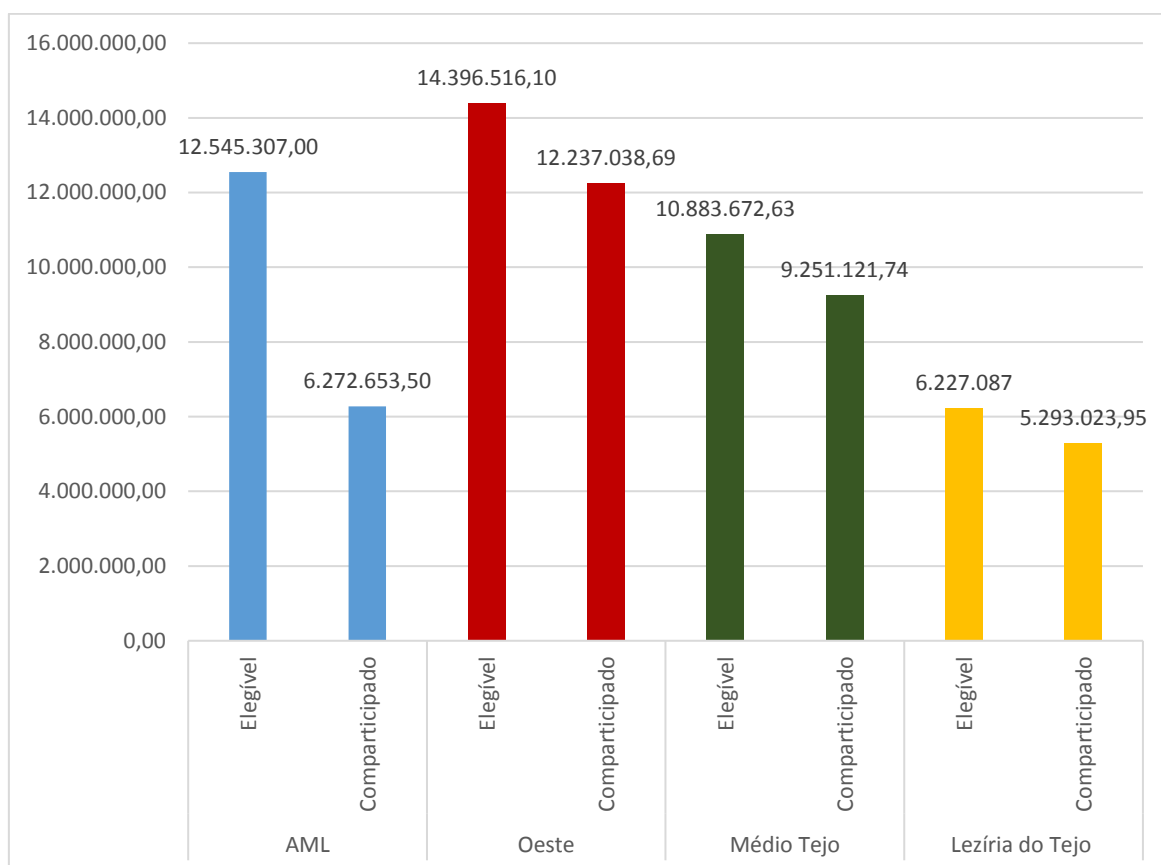


Figura 41 - Comparação entre os investimentos elegíveis e comparticipados no âmbito das PI 4.5, 6.5 e 9.8 nas NUTS da RLVT, 31 de maio de 2017

Fonte: Balcão do POR LISBOA 2020, Balcão do POR CENTRO 2020 e Balcão do POR Alentejo 2020.

6. Manual de Utilização da Base de Dados

No seguimento da construção da base de dados que contém todos os elementos apresentados no ponto 4 e 5 deste relatório considera-se agora importante realizar uma breve apresentação ao Manual produzido para esta base de dados.

O manual encontra-se em anexo (anexo nº 4) e tem como finalidade reunir num único documento uma apresentação dos elementos incluídos nesta base de dados, a organização subjacente a esta, como adicionar e alterar informações e indicar onde consultar determinadas informações.

Este documento foi elaborado com a finalidade de disponibilizar a futuros utilizadores desta ferramenta as informações necessárias para que consigam trabalhar na mesma, de forma rápida e eficaz, compreendendo a sua organização e estrutura, permitindo a adição de novos elementos, integrando-os de acordo com a lógica seguida aquando da sua criação.

Em cada um dos cinco pontos deste documento estão apresentados e explicados cada um dos elementos que constituem este instrumento, desde logo, no que toca à forma como se encontra organizado e em que locais se encontram determinados elementos, cada um respeitante a uma das tipologias de informação recolhida e trabalha, desde as ARU às informações recolhidas para os PEDU.

No entanto, o aspeto mais relevante deste manual prende-se com a explicação de como adicionar novos elementos a esta base de dados, uma vez que esta é uma ferramenta dinâmica, em que muitos dos seus elementos estão em constante alteração, no caso da ARU podem ser aprovadas novas ARU, podem ser alteradas delimitações de ARU e algumas chegam ao fim do seu período de vigência. Já nos PEDU, as informações aqui em inseridas muitas são ainda provisórias pelo que é essencial ir atualizando-as à medida de que novas operações são aprovadas e publicadas nos balcões do Programas Operacionais Regionais afetos à área de estudo.

Estamos assim na presença de uma ferramenta que deve permanecer atualizada para que as leituras que desta se podem retirar sejam também elas atuais e relevantes para o trabalho efetuado pela CCDR-LVT.

III – Metodologia para avaliação do indicador de resultado – Aumento do grau de satisfação dos residentes em áreas intervencionadas

A avaliação é um processo essencial para as entidades com influência no planeamento do território e, conseqüentemente, com poder de decisão no que toca a que operações devem ser ou não implementadas. Neste sentido, é essencial analisar os resultados obtidos. Com a avaliação o que se pretende é verificar até que ponto os objetivos pré-definidos foram alcançados (na maioria dos casos através de indicadores previamente criados), permitindo que no futuro se tomem melhores decisões nestes processos de escolha (Oliveira, 2013).

Neste sentido, segundo Leandro (2016: 6) os autores “Breda-Vásquez e Conceição (2010) identificam 5 propósitos para se avaliar, tentando assim dar resposta a estas questões:

1. *Contribuição para a tomada de decisão sobre o melhor uso dos recursos, contribuindo assim para a eficiência do plano;*
2. *Verificação os resultados obtidos;*
3. *Contribuição para uma gestão melhor e desenvolvimento dos programas, no que toca à sua implementação;*
4. *Obtenção de conhecimentos importante para os próximos programas e para percepção das relações de causa-efeito;*
5. *Contribuição para o fortalecimento institucional no que toca à construção dos programas, bem como a participação dos diferentes autores.”* (Leandro, 2016)

Este processo de avaliação das operações nos programas operacionais assume uma grande importância. Esta realidade verifica-se em documentos como o Plano Global de Avaliação (2014-2020) ou o Plano de Avaliação do POR LISBOA (2017), onde se encontram descritos quais os objetivos inerentes ao processo de avaliação, os quais se transcrevem de seguida:

- “• Planeamento/eficiência: justificar a existência de uma política/programa e a utilização eficiente dos recursos.
- Responsabilidade: demonstrar em que medida determinado programa alcançou os seus objetivos, e de que forma utilizou os seus recursos.
- Implementação: aumentar a eficiência dos programas e a eficácia da sua implementação e gestão.

- Produção de conhecimento: aumentar a compreensão sobre como os instrumentos atuam no contexto em que são aplicados e como diferentes medidas e intervenções podem ser mais efetivas.

- Capacitação institucional: melhorar e desenvolver as capacidades dos participantes nos programas e as suas redes e instituições.” (Plano Avaliação POR LISBOA, p.8).

Para além dos objetivos acima mencionados, a avaliação/monitorização das operações financiadas através de indicadores é fundamental para aferir qual o grau de execução destas e qual o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas Operacionais Regionais.

Todos os Programas Operacionais que mobilizem as Prioridades de Investimento FEDER 6.5 (Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades) e 9.8 (Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas, em zonas urbanas e rurais) têm de promover uma monitorização obrigatória das operações financiadas, sendo que para estas, um dos indicadores de resultado prende-se com a avaliação do grau de satisfação dos residentes em áreas intervencionadas. O POR Lisboa 2020 tem uma meta para este indicador situada no aumento igual ou superior a dois pontos entre a classificação prévia à intervenção e a classificação atribuída após a conclusão da operação em avaliação.

Assim, e tendo em conta a necessidade da CCDR efetuar esta monitorização, desenvolveu-se um modelo de questionário tendo em consideração a proposta metodológica partilhada pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) no primeiro trimestre de 2017, com objetivo de inquirir a população visada, quantificando, numa escala de notação de 1 a 10, o grau de satisfação face a determinada intervenção. Para validar esta metodologia selecionou-se uma área já intervencionada com financiamento europeu, através do POR Lisboa 2020. A intervenção localiza-se no Largo do Cais do Sodré e no Largo do Corpo Santo, em Lisboa.

Assim, neste capítulo apresenta-se os resultados obtidos com a aplicação do questionário elaborado e refletir sobre a efetividade do mesmo enquanto possível ferramenta de monitorização deste indicador.

A aplicação do questionário efetuou-se entre os dias 10 e 14 do mês de julho de 2017. Foram recolhidas 50 respostas, o que permite efetuar uma avaliação à efetividade da metodologia adotada, verificando se esta possibilita a realização das análises

necessárias face ao seu objetivo final: avaliar o grau de satisfação dos utilizadores/residentes de áreas intervencionadas.

7. O Estudo de Caso – Intervenção de Requalificação nos largos do Cais do Sodré e do Corpo Santo, Lisboa

Para validar o questionário produzido é essencial aplicar esta metodologia numa área que se enquadre com os objetivos aos quais se pretende dar resposta. Uma vez que era pretendido avaliar o grau de satisfação dos utilizadores de espaços intervencionados com recurso a financiamento dos Programas Operacionais que mobilizem as Prioridades de Investimento 6.5 e 9.8, com a intenção de aferir o alcance das metas definidas para 2023, de aumento de dois pontos numa escala de notação de um a dez, procurou-se uma área que fosse ao encontro destas características.

Com o decorrer dos trabalhos verificou-se que existia no concelho de Lisboa uma intervenção financiada cujas obras já estavam terminadas. Assim surgiu a oportunidade de aplicar o questionário numa área diretamente enquadrada com os objetivos iniciais de elaboração desta metodologia: intervenção de reabilitação do Largo do Cais do Sodré e do Largo do Corpo Santo.

7.1. Caracterização da área e da intervenção em estudo.

A área intervencionada, localizada numa zona nobre da frente ribeirinha de Lisboa, fica situada entre duas importantes avenidas da cidade de Lisboa: a Avenida 24 de Julho e a Avenida da Ribeira das Naus. Esta área necessitava de reabilitação e requalificação, nomeadamente, o Largo do Cais do Sodré, tendo até então apenas a função de terminal rodoviário para a Carris e espaço de estacionamento, não permitindo o pleno usufruto desta área por parte da população.

Esta intervenção insere-se na política alargada da Câmara Municipal de Lisboa de requalificação da frente ribeirinha do município, nomeadamente, das intervenções de requalificação da ribeira das Naus, do Campo das Cebolas e também das obras de beneficiação da Avenida 24 de Julho. Os objetivos desta intervenção passam por: “(...) melhorar a mobilidade pedonal, com a ampliação dos atuais passeios, a construção de novas zonas de estar e de encontro multigeracional, bem como a introdução de novas zonas de estadia e lazer. Será essencialmente um espaço de usufruto das pessoas com ligação ao rio. As áreas ajardinadas e de arborização serão ampliadas e o mobiliário urbano renovado.” (Câmara Municipal de Lisboa, 2017)

Este projeto está focado na devolução do espaço público à população, nomeadamente, de zonas degradadas da cidade, recuperando tipologias como as de Praça-Jardim (Roque Gameiro). É com base nos aspetos acima referidos e nas metas definidas no Programa Operacional Lisboa 2020 que foi elaborado o questionário.

Apresentam-se alguns aspetos relativos à intervenção constantes nos formulários de candidatura ao Programa Operacional Lisboa 2020 e sistematizados na base de dados criada no decurso do estágio, bem como a localização geográfica da intervenção.

Quadro 1 - Características da intervenção no Largo do Cais do Sodré e Largo do Corpo Santo

Área Intervencionada	25.963m ²
Tipologia de Área Intervencionada	Centros Históricos e Frentes Ribeirinhas
Tipologia de Intervenção	Reabilitação de Espaços públicos
Investimento Total	3.230.164 €
Investimento Comparticipado	1.615.082 €
Taxa de cofinanciamento	50%
Promotor	EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa.

Fonte: Sistema de informação do POR LISBOA, 31 de maio de 2017



Figura 42 - Localização Geográfica da intervenção no Largo do Cais do Sodré e Corpo Santo.

Fonte: Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa, 31 de maio de 2017.

7.2. Resultados

A amostra desta validação da metodologia tem 50 respostas, considerada suficiente para testar o modelo de questionário criado. Todos os inquiridos foram abordados de forma espontânea nas imediações e na área intervencionada, sendo o único fator de exclusão o desconhecimento da área previamente à sua intervenção de forma a poderem atribuir uma avaliação relativamente ao seu grau de satisfação *à priori* da intervenção e outra avaliação após a realização da obra. Tendo em conta este requisito, evitou-se recolher respostas de turistas, nomeadamente estrangeiros.

De seguida apresentam-se os resultados obtidos com a aplicação deste questionário na área em estudo.

7.2.1. Perfil dos Inquiridos

No que respeita ao **género dos inquiridos** 34 eram homens (68%) e 16 eram mulheres (32%). Apesar deste desequilíbrio considera-se que em termos de avaliação do grau de satisfação os resultados não são afetados pelo género do inquirido. Este desequilíbrio decorre ainda do facto de a amostra não ter sido controlada com a finalidade de filtrar o número de respostas face a um determinado perfil de inquirido.

Quanto ao **escalão etário dos inquiridos**, a classe etária com maior representatividade corresponde às idades entre os 25 e 34 anos com 15 inquiridos (30%), e a classe etária com menor representatividade dos inquiridos com idade superior a 65 anos, com 4 respostas (8%) (figura 43).

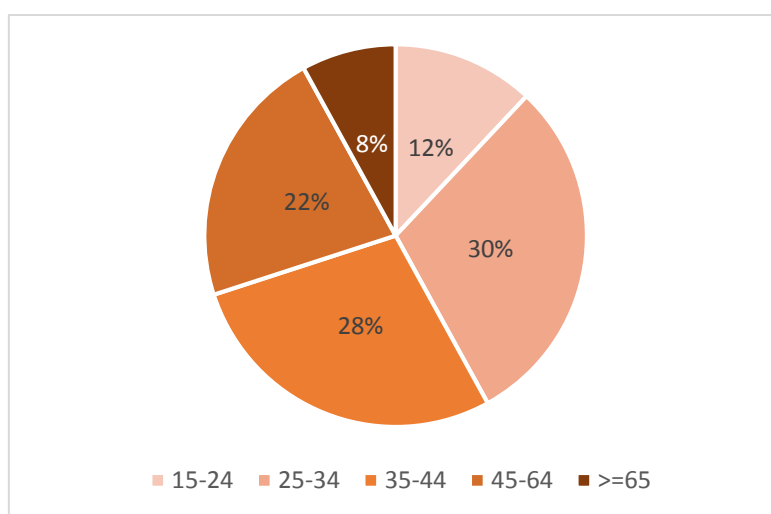


Figura 43 - Escalão Etário dos Inquiridos, julho/2017

No que toca ao **concelho de residência dos inquiridos**, registou-se uma ligeira predominância de inquiridos com residência no concelho de Lisboa, com um total de 27 respostas correspondente a 54% dos inquiridos. Os restantes 46% correspondem a inquiridos residentes noutros concelhos (23 respostas), destacando-se Oeiras (5 inquiridos), Vila Franca de Xira (5), Loures (3) e ainda Amadora e Cascais (2 inquiridos cada um) (figura 44).

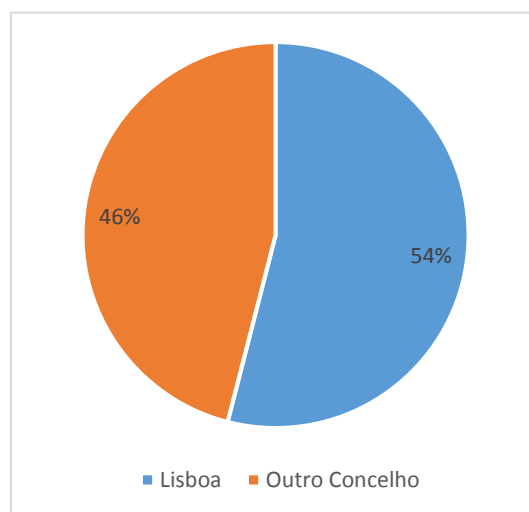
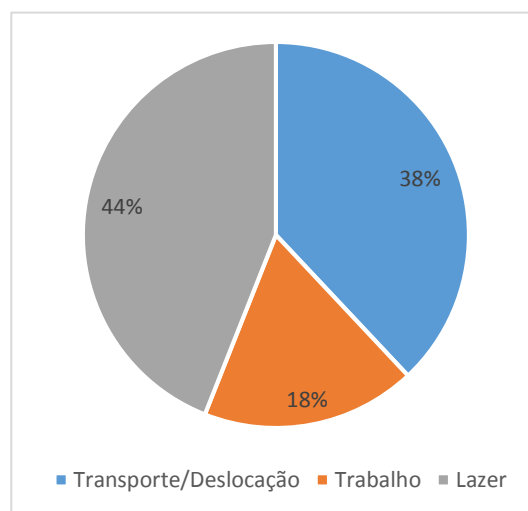


Figura 44 - *Concelho de residência dos inquiridos, julho/2017*

7.2.2. Utilização da área intervencionada

Como já referido optou-se por não inquirir turistas uma vez que seria elevada a probabilidade de desconhecerem a área em estudo previamente à sua intervenção. Assim restam como **motivos de frequência** de utilização da área o transporte/deslocação, trabalho e lazer.

A maior parte dos inquiridos encontrava-se no local por motivos de lazer (44% - 22 inquiridos), mas a existência do interface modal do Cais do Sodré justifica a relevância do número de inquiridos que se encontravam no local por motivos de



transporte ou deslocação (38%). Os restantes inquiridos trabalham nas imediações da área intervencionada (figura 45).

Figura 45 - *Motivos de frequência dos inquiridos, julho/2017*

No que respeita à **frequência de utilização** deste espaço por parte dos inquiridos, verifica-se que 50% dos utilizadores frequentam esta área pelo menos uma vez por semana, seguindo-se os que frequentam diariamente (28%). Estes resultados demonstram que a maioria dos utilizadores utilizam este espaço frequentemente (78% entre semanalmente e diariamente), seja por motivos de trabalho, deslocação ou lazer, sendo que a existência de utilizadores que

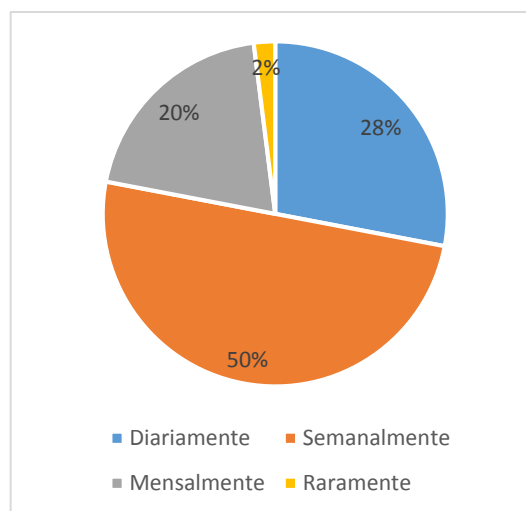


Figura 46 - *Frequência de utilização dos inquiridos, julho/2017*

se deslocam com frequência a este espaço por motivos de lazer revela a eficácia e o cumprimento dos objetivos desta intervenção (figura 46).

7.2.3. Apreciação da operação de requalificação

Como já referido, a única condicionante colocada à amostra selecionada relaciona-se com a necessidade de **conhecimento prévio da área intervencionada**. Neste caso, os resultados são fáceis de apurar, pois todos os 50 inquiridos conheciam a área antes da intervenção de requalificação.

Caso se pretenda dar sequência a este modelo de questionário, e tendo em conta a experiência realizada, deve ser considerada a colocação desta pergunta em primeiro lugar para que a seleção seja realizada logo no princípio do questionário e não apenas a meio, tornando-o mais eficaz.

O resultado mais importante que se pretende aferir com a realização do questionário é avaliar qual **o grau de satisfação dos utilizadores da área intervencionada**. A meta estabelecida no POR Lisboa 2020 é alcançar um aumento igual ou superior a dois numa escala de um a dez.

A avaliação média dos inquiridos⁹ relativamente ao grau de satisfação com as intervenções efetuadas no Cais do Sodré e Largo do Carpo Santo aumentou 5 pontos, passando de uma notação de três pontos, prévia à intervenção, para uma classificação de oito pontos, superando as metas estabelecidas de acréscimo de dois pontos.

⁹ Os resultados foram arredondados à unidade.

Para além da denominada avaliação global, considerou-se pertinente avaliar algumas das características da área, de forma a verificar se existem aspetos com os quais os utilizadores estão mais satisfeitos, identificando assim em conjunto com a pergunta número 10 que aspetos poderão ser melhorados no futuro.

O primeiro aspeto a ser avaliado foi o **estacionamento**, encontrando-se o grau de satisfação prévio em linha com o da avaliação global, com uma classificação de três. No entanto, quanto ao grau de satisfação posterior à intervenção a classificação é de apenas seis, ficando abaixo da classificação da avaliação global, continuando por isso a ser um fator que na visão dos utilizadores poderá ser melhorado. Apesar disso, também cumpre o objetivo de registar um aumento superior ou igual a dois.

A **circulação rodoviária** é um dos maiores problemas das cidades e Lisboa não é exceção, tendo várias zonas críticas, sendo esta uma delas. As classificações obtidas estão em linha com as atribuídas ao estacionamento, com um valor de três antes da intervenção e uma melhoria para seis após a mesma. Assim, conclui-se que os utilizadores consideram que, apesar das melhorias, nesta vertente a situação ainda pode ser melhorada.

A área intervencionada comporta um dos **interfaces intermodais** mais importantes da cidade de Lisboa, estando aqui estabelecidas várias paragens terminais da Carris, a estação ferroviária do Cais do Sodré (estação terminal da Linha de Cascais), a estação do metropolitano de Lisboa (estação terminal da Linha Verde do Cais do Sodré) e ainda a estação fluvial com ligações para a Margem Sul do Rio Tejo. Por isso, esta é uma zona de interface, atravessada diariamente por milhares de passageiros, que chegam maioritariamente através do transporte fluvial e ferroviário (comboio), fazendo transbordo para outros transportes para se deslocarem para outras áreas da cidade (metro, autocarro ou táxi).

Assim a existência de uma boa articulação entre todos estes modos de transporte é fundamental. No geral, a ideia transmitida pelos inquiridos é que houve melhorias nesta articulação, nomeadamente no que toca aos autocarros, com a redistribuição e beneficiação das paragens de autocarros da Carris, oferecendo melhores condições aos passageiros.

Este facto reflete-se nas classificações atribuídas com uma nota de quatro previamente à intervenção (superior à classificação atribuída ao grau de satisfação global), subindo após a obra a nota para um valor de sete (inferior à classificação do grau de satisfação global). Tendo em conta estas classificações podemos verificar que

embora tenham existido melhorias nesta vertente, não terão sido tão impactantes quanto outros aspetos intervencionados, mais direccionados ao usufruto desta área enquanto espaço de lazer.

No que toca à melhoria das condições para a **mobilidade pedonal**, a avaliação feita pelos utilizadores vai ao encontro da avaliação global, com um aumento significativo destas condições passando de uma nota de três para uma nota de oito, o que demonstra que este foi um dos aspetos que os utilizadores consideram ter sido melhorado de forma significativa.

Relativamente à **ligação à envolvente**, nomeadamente à Avenida 24 de Julho e à Avenida da Ribeira das Naus, também se registaram melhorias na perspectiva dos utilizadores deste espaço, passando de uma classificação de quatro para uma classificação de oito, indo ao encontro à classificação final da avaliação global.

Em relação à **aproximação ao Rio** a classificação atribuída é igual à do parâmetro analisado previamente, passando de uma classificação de quatro para oito, registando assim uma melhoria significativa na perspectiva dos utilizadores da área intervencionada.

Foram também avaliados aspetos, mais virados para a vertente do usufruto deste espaço publico por parte da população, tais como a **inserção de novo e melhor mobiliário urbano, a plantação de novas árvores nas praças e a integração de esplanadas e espaços de estadia**. Aos três aspetos foi atribuída a mesma nota, três antes da intervenção e sete após a mesma, registando assim uma melhoria de quatro pontos. No entanto, esta classificação encontra-se abaixo da média da avaliação global, o que permite constatar que, apesar dos inquiridos reconhecerem melhorias significativas nestes aspetos, na sua perspectiva a intervenção poderia ainda oferecer melhores condições no que a estes aspetos diz respeito.

O último aspeto que se pretendeu averiguar, são as **condições de segurança**. A classificação passou de quatro para oito, o que leva a crer que os utilizadores se encontram agora satisfeitos com as novas condições de segurança no local, o que poderá estar diretamente associada à colocação de mais e melhor iluminação e a uma maior limpeza e abertura deste local, que no período noturno era um espaço bastante escuro e desprotegido.

Quadro 2 - *Classificações atribuídas aos parâmetros avaliados no questionário, julho/2017*

Parâmetros avaliados	Resultados	
	Antes	Depois
Classificação Global	3	8
<i>Média Real</i>	3,46	7,82
Estacionamento	3	6
<i>Média Real</i>	3,22	5,8
Circulação rodoviária	3	6
<i>Média Real</i>	3,2	6
Articulação com interface do Cais do Sodré	4	7
<i>Média Real</i>	3,94	7,4
Mobilidade pedonal	3	8
<i>Média Real</i>	3,4	8,2
Ligação à envolvente	4	8
<i>Média Real</i>	3,54	7,94
Aproximação ao rio	4	8
<i>Média Real</i>	3,66	7,94
Mobiliário Urbano	3	7
<i>Média Real</i>	3	6,9
Espaços verdes/arborizados	3	7
<i>Média Real</i>	3,3	7,07
Esplanadas/Zonas de estadia	3	7
<i>Média Real</i>	3,36	7,44
Condições de segurança	4	8
<i>Média Real</i>	3,82	7,76

Análise global – A principal conclusão a retirar dos resultados apresentados é que a opinião dos inquiridos é globalmente positiva sobre a intervenção executada nesta

área, existindo um aumento de 5 pontos na classificação referente à avaliação deste espaço.

No entanto, apesar do grau de satisfação ter registado um aumento considerável, persistem aspetos que na perspetiva dos inquiridos ainda poderiam ser melhorados, nomeadamente, a circulação rodoviária e o estacionamento, bem como a qualidade e quantidade do mobiliário urbano instalado e dos espaços arborizados/verdes. Esta perspetiva pode estar associada à elevada procura deste espaço para atividades de lazer, não tendo capacidade para satisfazer as necessidades diversificadas de todos os utilizadores.

Uma das regras quando se recorre a financiamento europeu é a obrigatoriedade que a indicação desta participação esteja explícita e visível no local das áreas intervencionadas. Assim considerou-se relevante aferir o número de utilizadores que tinham conhecimento da origem do financiamento para esta intervenção no Largo do Cais do Sodré e Largo do Corpo Santo.

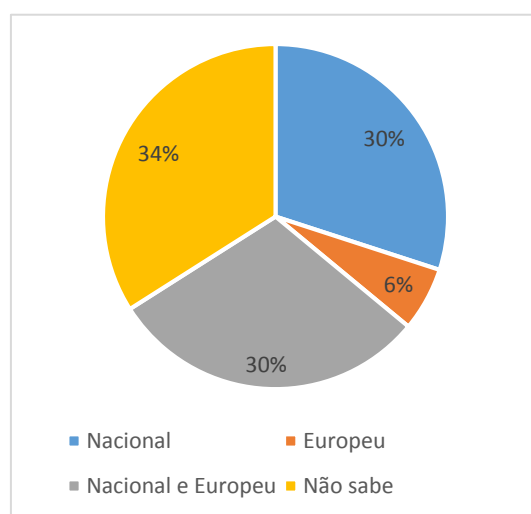


Figura 47 - *Conhecimento da origem do financiamento, julho/2017*

Apesar dessa informação estar exposta no local, apenas 36% dos inquiridos sabiam que o financiamento desta obra recorreu a fundos europeus e, destes, 30% sabiam que o financiamento teve origem Nacional e Europeia, correspondendo a 15 inquiridos de um total de 50.

Foi solicitado aos inquiridos que ordenassem de um (menos importante e com menos qualidade) a dez (mais importante e maior qualidade) um conjunto de aspetos (Figura 47).

Assim, com base na média das classificações atribuídas, verifica-se que os inquiridos identificaram o estacionamento e as condições de segurança como os aspetos com pior desempenho na relação qualidade/importância; no sentido inverso, destacam-se a mobilidade pedonal e a articulação entre a interface do Cais do Sodré como os aspetos com melhor classificação nesta correlação.

Quadro 3 - *Qualidade e importância de aspetos intervencionados, julho/2017*

Estacionamento	5,0
Circulação rodoviária	5,2
Articulação com a interface do Caís do Sodré	6,0
Mobilidade pedonal	6,2
Ligação à envolvente	5,5
Aproximação ao rio	5,6
Mobiliário urbano	5,7
Espaços verdes/arborizados	5,4
Esplanadas/zonas de estadia	5,4
Condições de segurança	5,1

7.2.4. Domínios a melhorar

Por fim, foi pedido aos inquiridos a indicação dos aspetos que na sua opinião deveriam ser melhorados no futuro por não corresponderem ainda às suas expetativas.

Dos dez aspetos mais referidos pelos inquiridos, sobressaem a necessidade de instalar mais mobiliário urbano e de efetuar limpeza e manutenção com maior frequência para evitar a degradação do espaço.

Para além destes aspetos destacam-se ainda outros, tais como: criação de parqueamento para velocípedes, instalação de bebedouros, aumento do número de caixotes do lixo para evitar a acumulação de resíduos nos espaços ajardinados e nas caldeiras das árvores.

Quadro 4 - *Aspetos a melhorar na ótica dos inquiridos, julho/2017*

Aspetos	Número de vezes mencionado
Mais mobiliário urbano (bancos)	8
Mais mobiliário urbano junto ao Rio	3
Mais árvores e bancos no largo do Corpo Santo	3
Mais sombras	5
Mais espaços ajardinados	3
Mais limpeza e manutenção	7

Melhoria da ligação entre o Corpo Santo e a Ribeira das Naus	3
Conetividade entre as ciclovias existentes	3
Melhoria na circulação rodoviária	5

7.3. Síntese Final

A elaboração e aplicação deste questionário permitiu verificar que o objetivo para o qual foi criado (aferir o grau de satisfação de utilizadores/residentes de áreas intervencionadas) foi alcançado, permitindo ainda recolher dados para o caso de estudo selecionado. Desta forma, esta metodologia poderá ser aplicada a outras áreas intervencionadas, efetuando pequenas adaptações consoante os aspetos específicos da intervenção em causa.

Quanto aos resultados obtidos para o estudo de caso, é inequívoco o grau de satisfação dos utilizadores inquiridos após a intervenção, expresso no acréscimo de cinco pontos, passando de uma classificação de três para oito, cumprindo desta forma o objetivo estipulado no Programa Operacional Lisboa de um aumento igual ou superior a dois pontos para este indicador.

Para além desta análise global, efetuou-se a discriminação de vários aspetos que caracterizam a área intervencionada, para os quais também foi aferido o grau de satisfação dos inquiridos. Esta informação permitiu diferenciar os aspetos mais apreciados pelos utilizadores e aqueles que ainda poderão ser melhorados no futuro.

Respeitante a esta matéria pode-se constatar através dos dados recolhidos que seis dos aspetos avaliados ficam aquém da nota da avaliação global situada em oito, sendo eles: estacionamento, circulação rodoviária, articulação com a interface do Cais do Sodré, mobiliário urbano, espaços arborizados/verdes e as zonas de estadia/esplanadas. Embora todos tenham registado um aumento após a intervenção superior ao fixado nas metas do PO, na ótica dos inquiridos estes aspetos podem ainda ser melhorados.

8. Considerações Finais

Neste relatório apresentou-se um quadro das dinâmicas de reabilitação urbana na região de Lisboa e Vale do Tejo, tanto no que respeita à delimitação e aprovação de áreas de reabilitação urbana, como dos instrumentos financeiros que permitem aos municípios obter financiamento, no âmbito dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano. Alguns concelhos obtêm financiamento para três áreas de intervenção (Mobilidade Sustentável, Reabilitação Urbana e intervenções em Comunidades Desfavorecidas), enquanto outros apenas para os Planos de Ação para a Reabilitação Urbana.

Para a obtenção destas informações foi criada uma base de dados onde se encontram recolhidas de forma organizada todos os detalhes respeitantes às Áreas de Reabilitação Urbana em vigor na região, e ainda a informação recolhida respeitante aos PEDU dos concelhos da AML e as operações aprovadas à data de 31 de maio de 2017 para os concelhos do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

Revendo os principais resultados respeitante às áreas de reabilitação, são vários os aspetos a ressaltar. Desde logo, o número total de ARU em vigor na região à data de 30 de Junho de 2017 situado em 268, sobressaindo a sub-região do Oeste (78) e a sub-região da Grande Lisboa (100). Além do levantamento das ARU e suas características recolheu-se ainda informação respeitante às ORU das mesmas, verificando-se que do total de 268 existiam 60 ORU aprovadas, correspondendo a 22%.

Estes são dados muito relevantes uma vez que permitem efetuar uma leitura relativamente à estratégia de grande parte dos municípios da região, optando apenas pela aprovação da ARU de forma a fomentar o investimento na reabilitação do parque habitacional das áreas abrangidas.

Em termos de implementação geográfica foi também possível efetuar algumas leituras no que toca às estratégias seguidas pelos municípios da região face à delimitação de ARU no seu território. Tendo sido recolhidos os perímetros para todas as ARU da região em *shapefiles*, verificou-se que existem concelhos, como Lisboa ou Amadora, que aprovam uma grande ARU abrangendo praticamente toda a área concelhia (o que é justificável dado serem concelhos urbanos). Por outro lado, há concelhos como Cascais (35 ARU), Loures (34 ARU), nos quais praticamente todos os núcleos urbanos, mesmo os de pequena dimensão, têm uma ARU associada, tornando a implementação das ORU mais complexa.

Quanto aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano pretendia-se efetuar uma leitura global no que toca às operações aprovadas no âmbito destes pelos concelhos da região. No entanto, esta leitura ficou condicionada pelo alargamento do período de candidaturas, que passou de 31 de maio de 2017 para 31 de dezembro de 2017, devido à residual taxa de execução nesta data.

Os estudos foram efetuados com base na informação disponibilizada pelos Balcões do Programas Operacionais Regionais à data de 31 de maio, relativamente às operações aprovadas para os concelhos das NUTS III da região, sendo analisadas as tipologias de plano, de intervenção e os montantes a estas correspondentes.

Relativamente aos concelhos da AML foi possível efetuar um estudo mais exaustivo, uma vez que a entidade gestora do Programa Operacional Regional, financiadora destes concelhos, é a CCDR-LVT. Assim, foi possível a consulta dos PEDU destes concelhos, nos quais se recolheu dados das operações aprovadas, mas também das operações programadas nestes planos, possibilitando uma leitura mais aprofundada das tipologias de intervenção prioritárias para os municípios e das previsões de montantes a investir nas mesmas. Estes resultados advêm da análise de toda a informação constante da base de dados criada para a CCDR-LVT, que passa a constituir uma ferramenta de consulta de informação alfanumérica e georreferenciada referente à temática da reabilitação urbana. Todavia, é indispensável que esta seja atualizada sempre que surjam novos elementos relativos a esta temática, para que a base de dados não perca o seu caráter instrumental, continuando a centralizar num único local informações referentes a áreas de reabilitação urbana, operações de reabilitação e informação referente aos PEDU e PARU dos concelhos da região sobre a qual a CCDR-LVT trabalha.

A última tarefa no estágio foi a criação de uma metodologia (que mereceu o contributo da metodologia desenvolvida pela ADC e gabinete do POR LISBOA) que permitisse efetuar a monitorização de um dos indicadores de resultado inseridos nos PEDU, denominado “*Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção*”. Neste sentido foi construído um questionário tendo em conta as orientações da ADC e do gabinete de apoio ao POR LISBOA 2020. A aplicação deste numa área intervencionada em Lisboa (Largo do Cais do Sodré e no Largo do Corpo Santo) demonstrou a sua eficácia, superando a meta estabelecida no Programa Operacional Regional de aumento em dois pontos do grau de satisfação dos inquiridos.

Referências Bibliográficas

Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2017). *Plano Global de Avaliação 2014-2020*. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/avaliacao>.

Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2015), *As regiões no Portugal 2020. O Acordo de Parceria. O Modelo de Governação*. Disponível em: https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/COMUNICACAO/SessoesPT2020_ADC.pdf.

Almeida, A. M. (2010). *Financiamento da reabilitação urbana, In CEDOUA, O Novo Regime da Reabilitação Urbana*. Coimbra: Almedina

Alves, Cláudia. (2016). *Reabilitação Urbana: uma política (de) corrente. O regime jurídico da reabilitação urbana e a sua aplicação – da instrumentalização à intervenção*. Tese de Doutoramento. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Câmara Municipal de Cascais (2015). *Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Câmara Municipal de Lisboa (2006). *Reabilitação Urbana*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 242 p. ISBN 972-8877-04-8.

Comité de Acompanhamento do POR LISBOA 2020 (2017). *Plano de Avaliação do Programa Operacional Regional de Lisboa – atualizado em março 2017*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2017). *Infodata LVT nº11, Portugal 2020 e as políticas públicas na RLVT*. Lisboa: CCDR-LVT.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2016). *Infodata LVT nº9, A reabilitação urbana na RLVT*. Lisboa: CCDR-LVT.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (2011). *Ficha Informativa nº3 – POR Lisboa – Parcerias para a regeneração urbana*. Lisboa: CCDR-LVT.

Council of Europe (2004). *Guidance on Urban Rehabilitation*. Strasbourg: Council of Europe Printing.

Diamond, J. et al. (2010). *Urban regeneration management: international perspectives*. Londres: Routledge.

Direção Geral do Território (2014). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Avaliação do Programa de Ação 2007-2013 – Relatório*. Lisboa: Direcção-Geral do Território.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. (2008). *Portugal Política de Cidades POLIS XXI 2007-2013*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa.

Gaspar, João André Basílio Varela (2014). *Opções para a Reabilitação Urbana: Instrumentos de Governo e Modelos de Financiamento*. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Instituto Superior Técnico de Lisboa, Lisboa.

Governo de Portugal (2014). *Programas Operacionais Portugal 2020*. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/programas-operacionais-portugal-2020-2>.

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>, consultado entre dezembro 2016 e junho 2017.

Leandro, Duarte (2016). *Contributos para a elaboração de um REOT à escala regional: Aplicação à região de Lisboa e Vale do Tejo*. Relatório de Estágio (Mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

De Magalhães, Cláudio (2015). *Urban Regeneration. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. London: University College London.

Metello, Francisco Cabral (2008). *Manual de Reabilitação Urbana*, Coimbra, Portugal: Almedina.

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). *Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013*, Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Oliveira, R. (2013). *Aula 1- Identificação, Caracterização e Avaliação do Território*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Portugal 2020, <https://www.portugal2020.pt/Portal2020>, consultado entre janeiro e julho de 2017.

Programa Operacional Regional Alentejo 2020, <http://www.alentejo.portugal2020.pt/>, consultado entre janeiro e julho de 2017.

Programa Operacional Regional Centro 2020, <http://www.centro.portugal2020.pt/>, consultado entre janeiro e julho de 2017.

Programa Operacional Regional de Lisboa 2020, <http://lisboa.portugal2020.pt/>, consultado entre janeiro e julho de 2017.

Ribeiro, P. C. S (2012). *A avaliação das políticas de regeneração urbana em contextos intraurbanos*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dos Santos, Sílvia Freire (2014). *Entidades gestoras de reabilitação urbana: modelos de gestão urbana e sua aplicação num contexto insular*. Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Legislação

Lei 7-b/2016, de 31 de março, Grandes opções do plano 2016-2019.

Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela lei 32/2012, de 14 de Agosto. Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de setembro.

Resolução do Conselho de Ministros 48/2015, de 15 de julho, Estratégia Nacional para a Habitação 2015-2031.

Resolução do Conselho de Ministros 61/2015, de 11 de agosto, Estratégia Cidades Sustentáveis 2020.

Anexos

1. Modelo do Questionário aplicado

Questionário de Satisfação dos Utilizadores da área intervencionada do Largo do Cais do Sodré e do Largo do Corpo Santo.

Bloco I – Caracterização do Inquirido

1 – Género: ☐ Feminino ☐ Masculino

2 – Idade: ☐ 15-24 ☐ 25-34 ☐ 35-44 ☐ 45-64 ☐ >=65

3 – Concelho de Residência? ☐ Lisboa ☐ Outro, qual? _____ ☐ Estrangeiro

4 – Qual o motivo de presença no local?

☐ Transporte/Deslocação ☐ Trabalho ☐ Lazer ☐ Turismo ☐ Outro, qual? _____

5 – Qual a frequência de Utilização do espaço público intervencionado?

☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente ☐ Raramente

6 – Frequentava/Conhecia a área previamente à execução da intervenção?

☐ Sim ☐ Não

Nota: Em caso de resposta negativa responder apenas ao bloco III.

Bloco II – Grau de satisfação face à intervenção

7 – Indique o seu grau de satisfação em relação à área intervencionada (Largo do Cais do Sodré e Largo do Corpo Santo), considerando a situação antes e depois da intervenção. (1 – nada satisfeito a 10 – muito satisfeito)

	Antes	Depois
Estacionamento		
Circulação rodoviária		
Articulação com a interface do Cais do Sodré		
Mobilidade pedonal		
Ligação à envolvente		
Aproximação ao rio		
Mobiliário urbano		
Espaços verdes/arborizados		
Esplanadas/Zonas de estadia		
Condições de segurança		
Avaliação Global		

10 – Sabe qual a origem do financiamento desta intervenção?

☐ Nacional ☐ Europeu ☐ Nacional e Europeu ☐ Não sabe

Dia da Semana: _____

Período do dia: Manhã ☐ Almoço ☐

Tarde ☐ Fim de Dia ☐

Nº Inquérito: _____

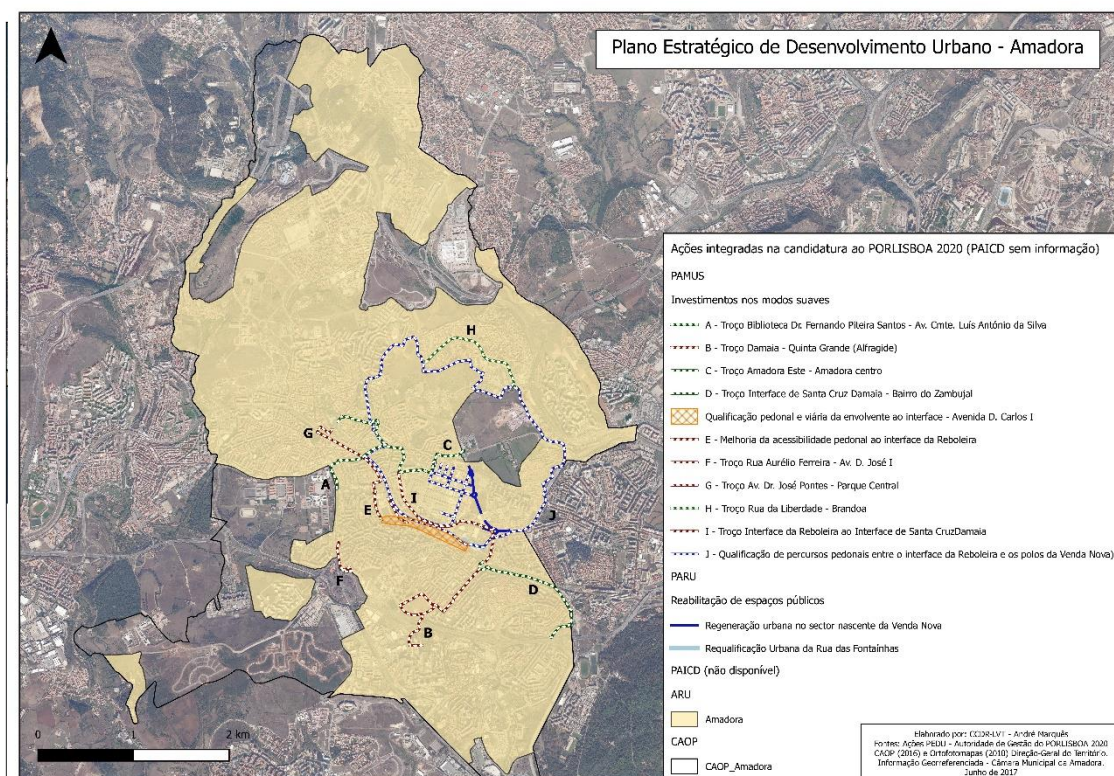
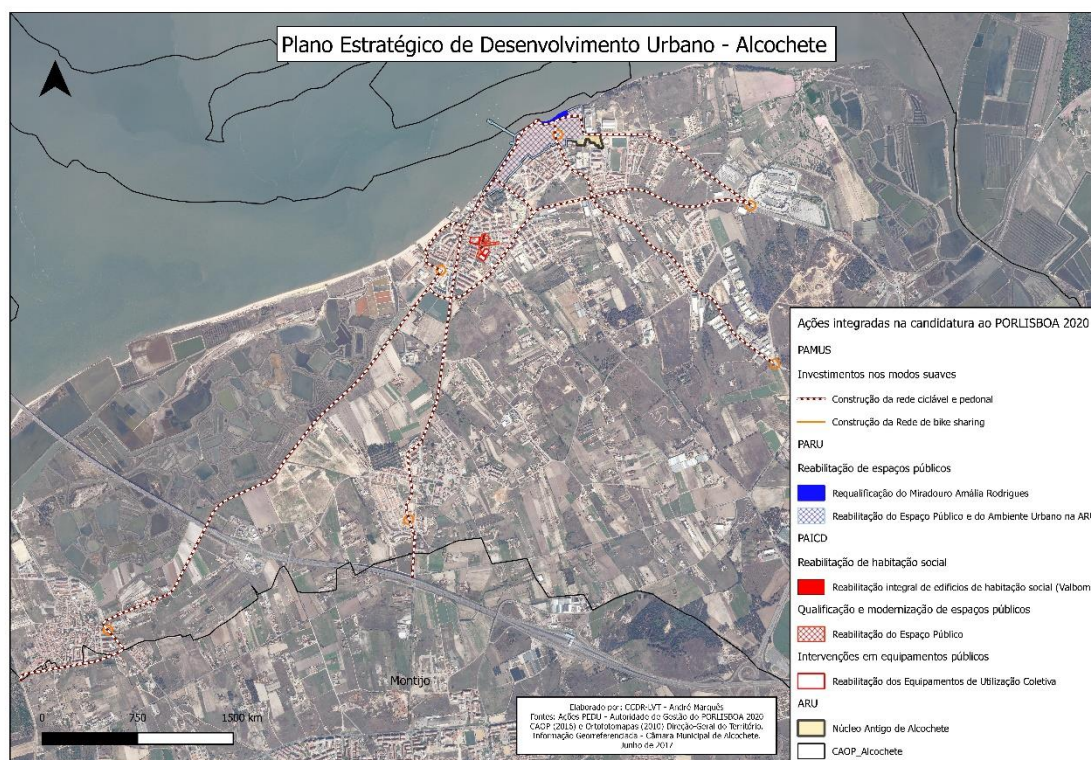
Bloco III – Grau de satisfação dos turistas e visitantes ocasionais face à área intervencionada.

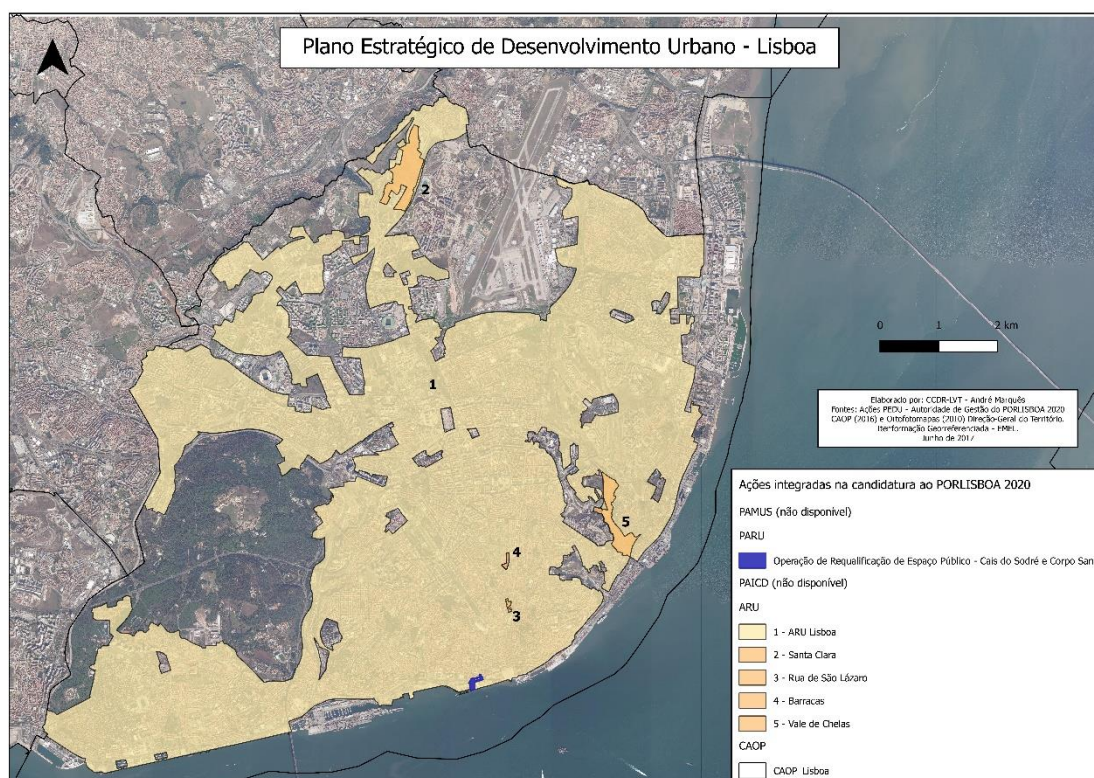
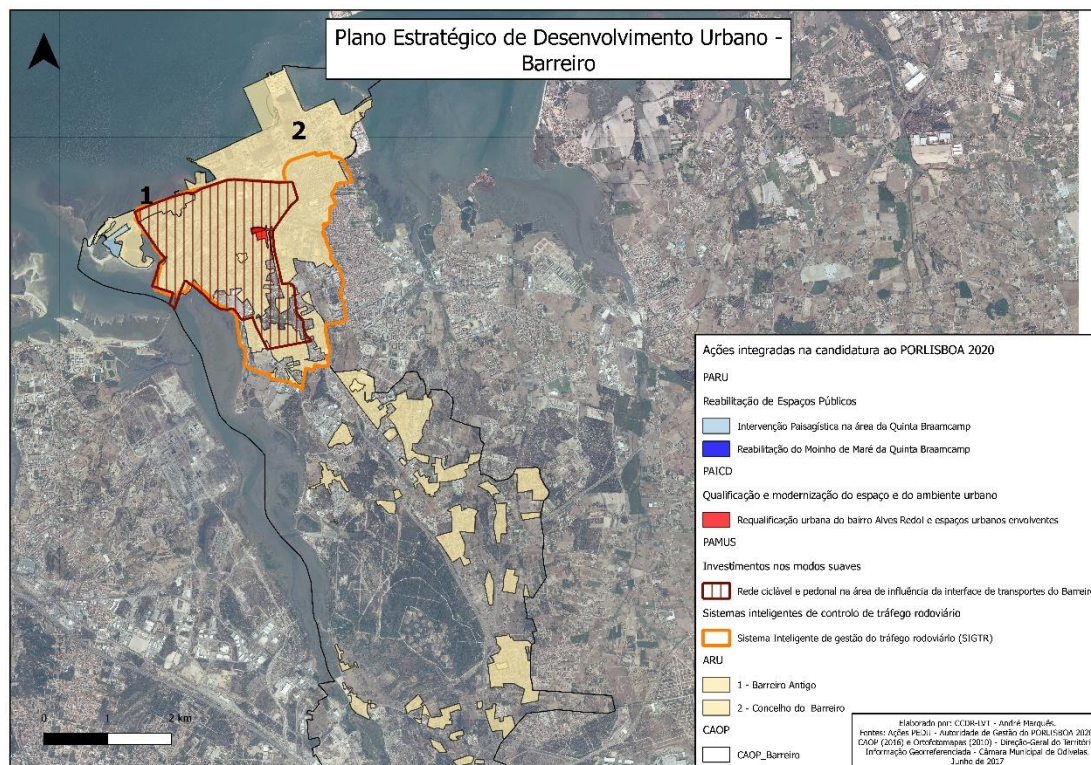
11 – Quanto à sua qualidade e importância ordene os seguintes aspetos. (1 menos positivo a 10 mais positivo).

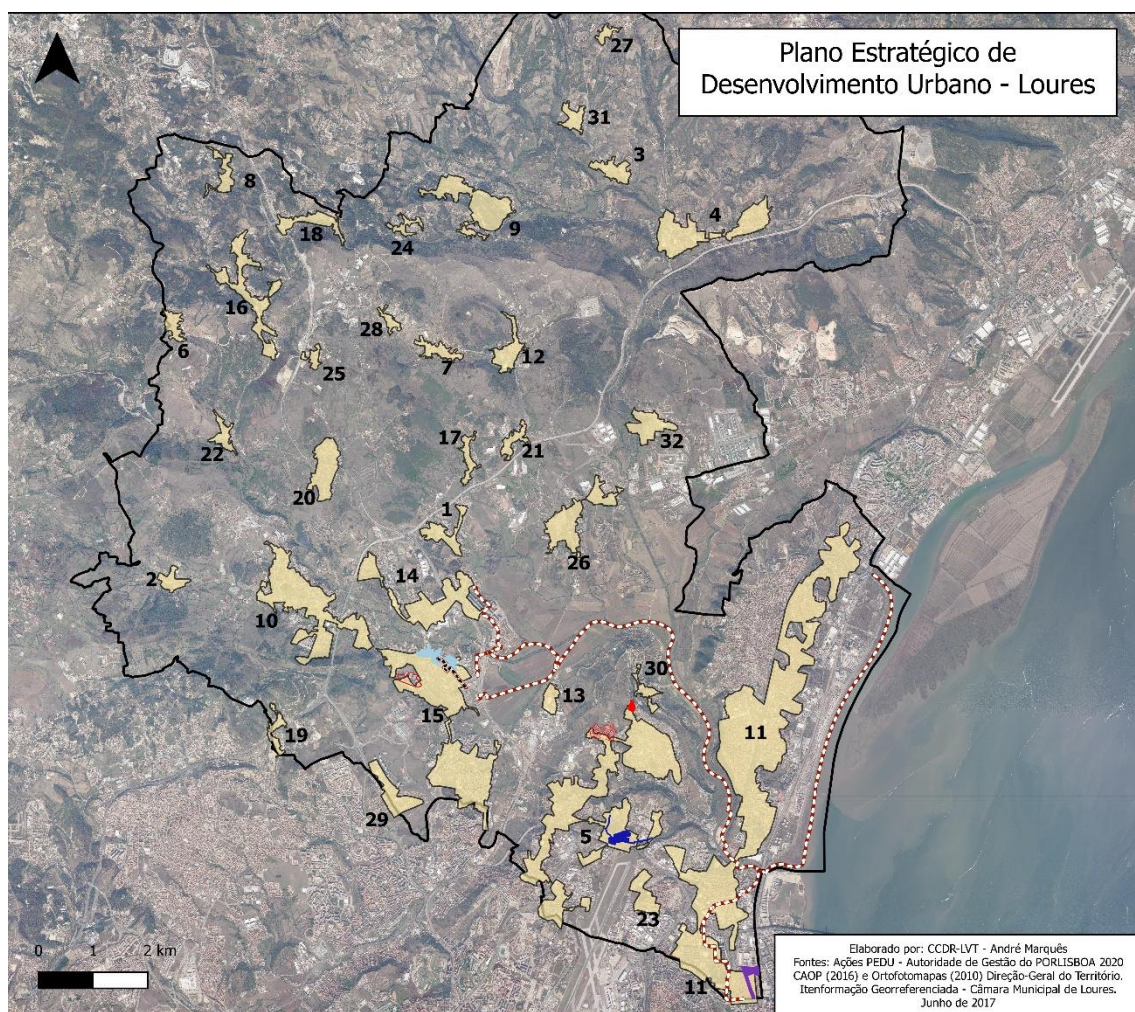
Estacionamento	
Circulação rodoviária	
Articulação com a interface do Cais do Sodré	
Mobilidade pedonal	
Ligação à envolvente	
Aproximação ao rio	
Mobiliário urbano	
Espaços verdes/arborizados	
Esplanadas/Zonas de estadia	
Condições de segurança	

13 – Que aspetos poderiam ser melhorados?

2. Layouts produzidos respeitantes aos PEDU dos concelhos da AML







Ações integradas na candidatura ao PORLISBOA 2020

PAMUS

Investimentos nos modos suaves

----- Loures Acessível para todos

..... Loures Ciclável

PARU

Reabilitação de espaços públicos

Loures - Eixo principal de comércio - Rua da República e acessos identidade visual e comunicação

Camarate - Intervenção na Rua Adelino Salgado de Oliveira, Azinhagas e viaduto da CRIL

Avenida de Moscavide e acessos - Identidade visual e comunicação

PAICD

Reabilitação de habitação social

Regeneração física, económica e social do Bairro Municipal Parcela 6

Urbanização Quinta da Fonte - Freguesia de Apelação

Urbanização Quinta das Sapateiras - Freguesia de Loures

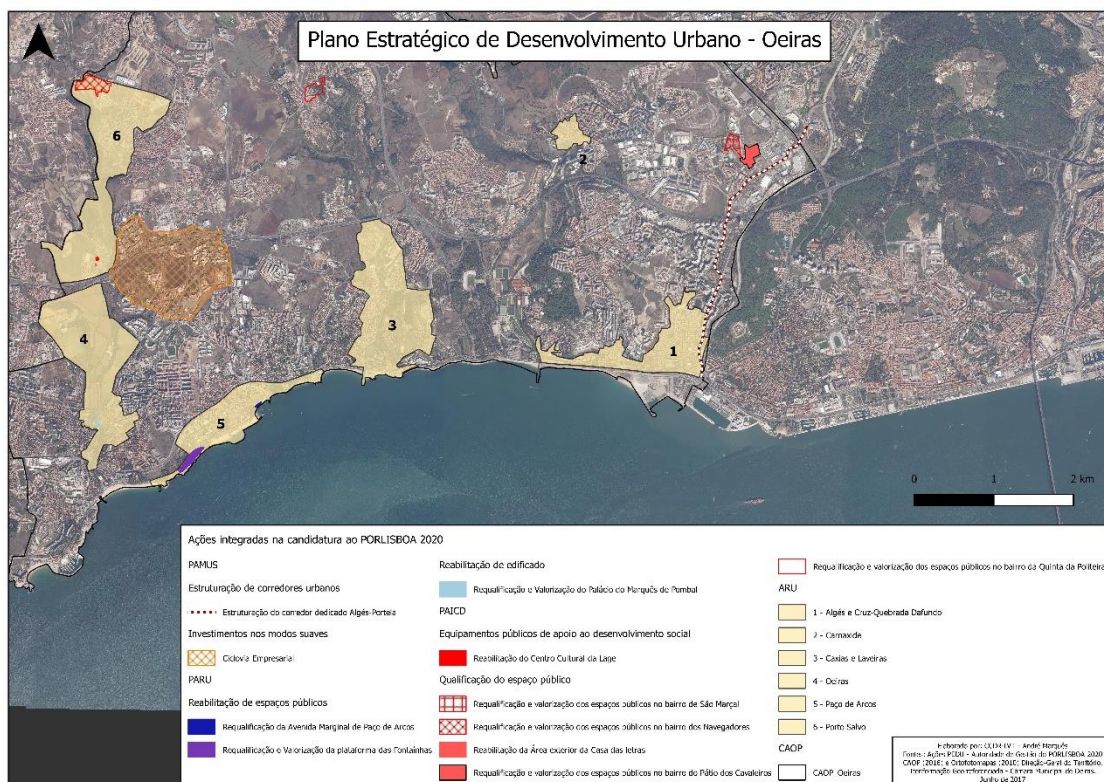
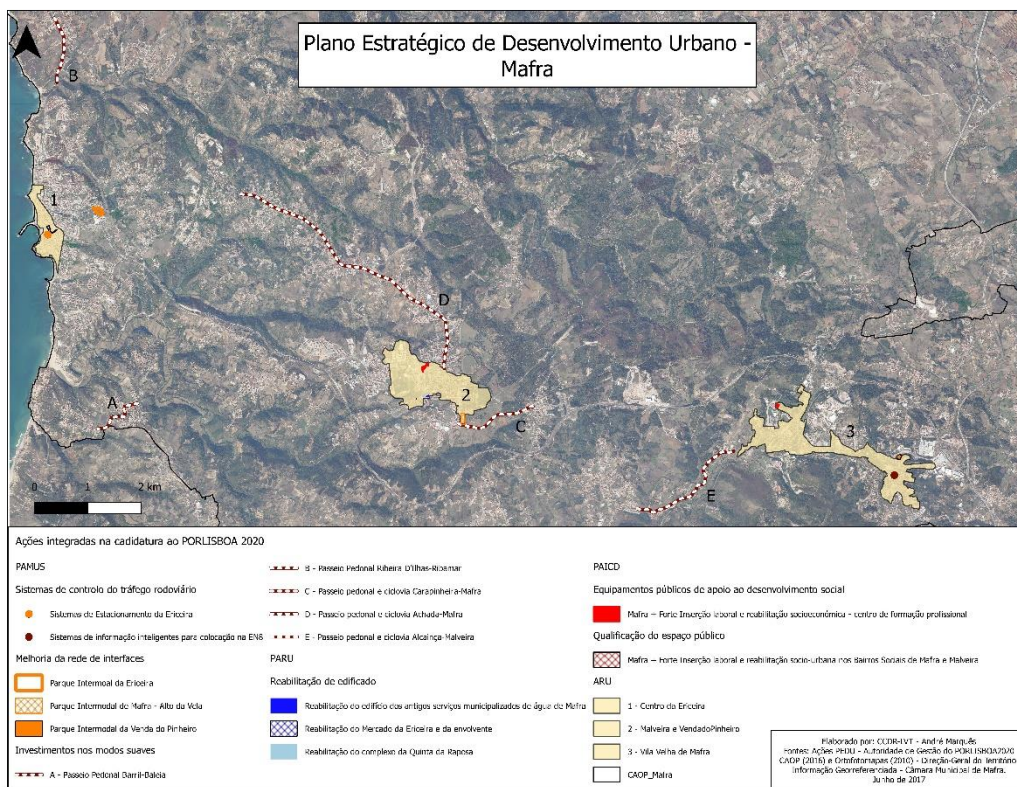
ARU

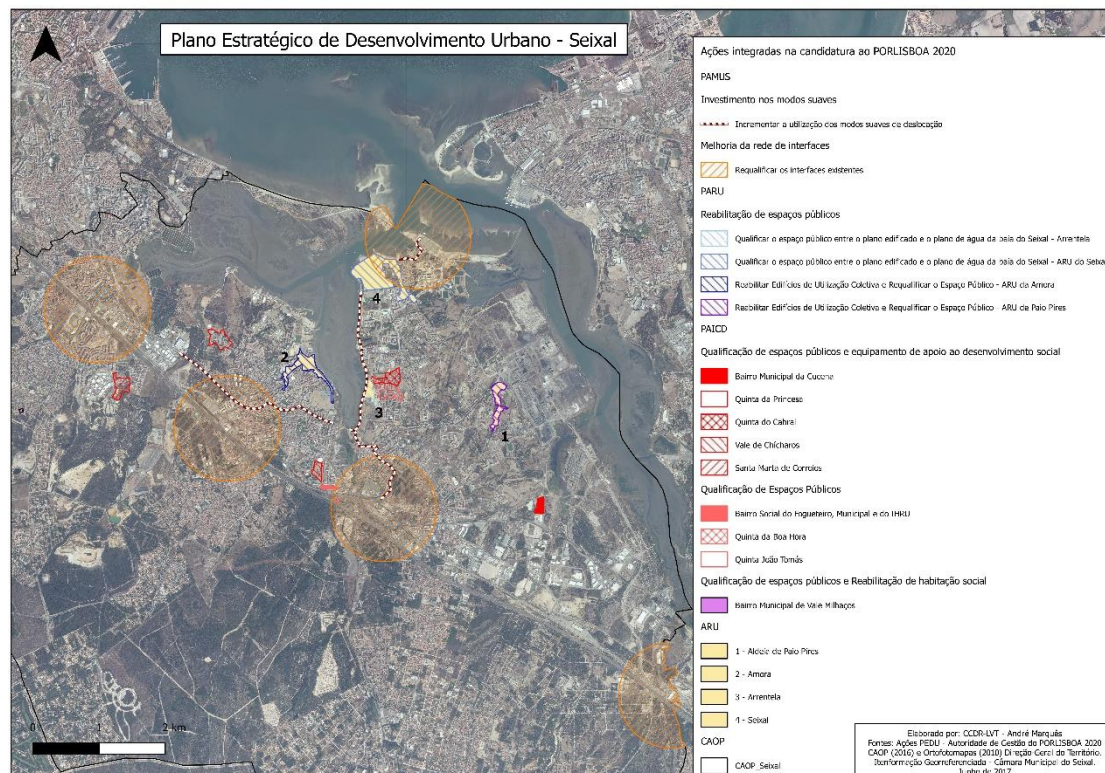
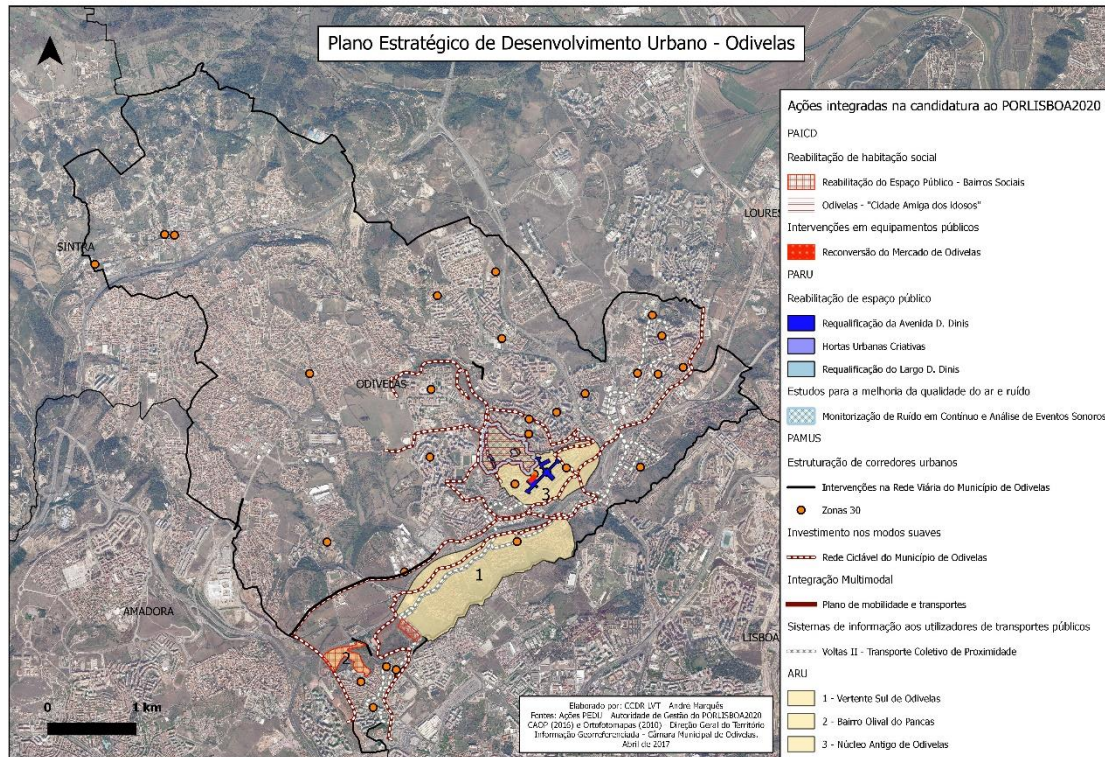
1 - Á-das-Lebres

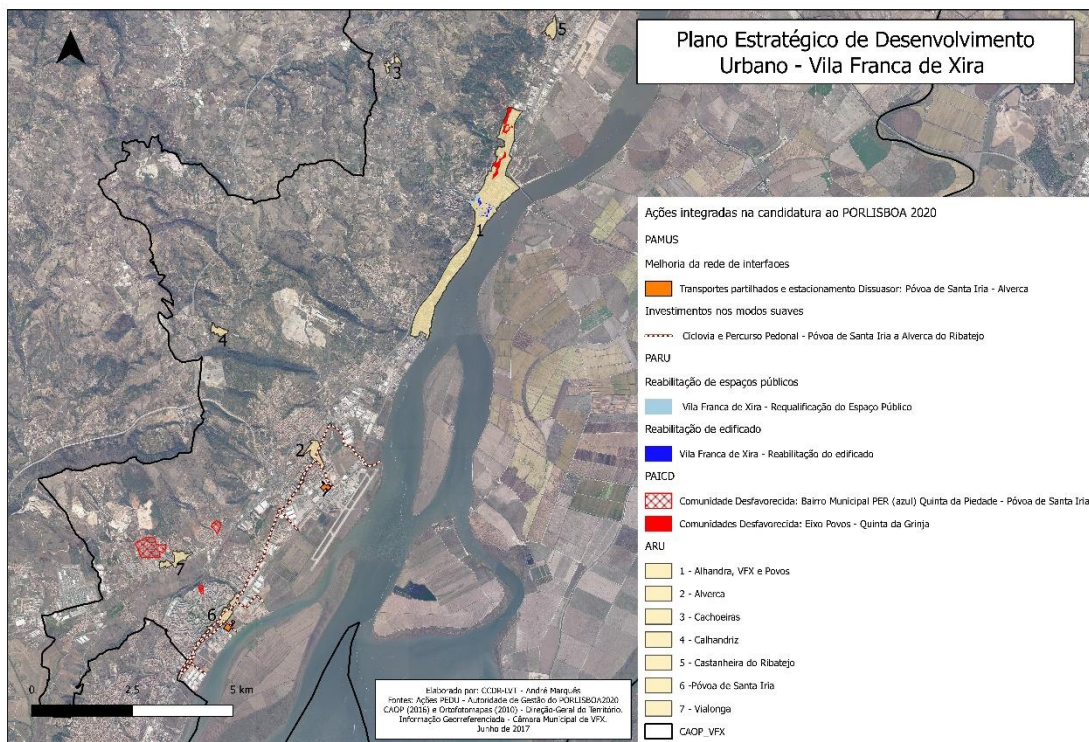
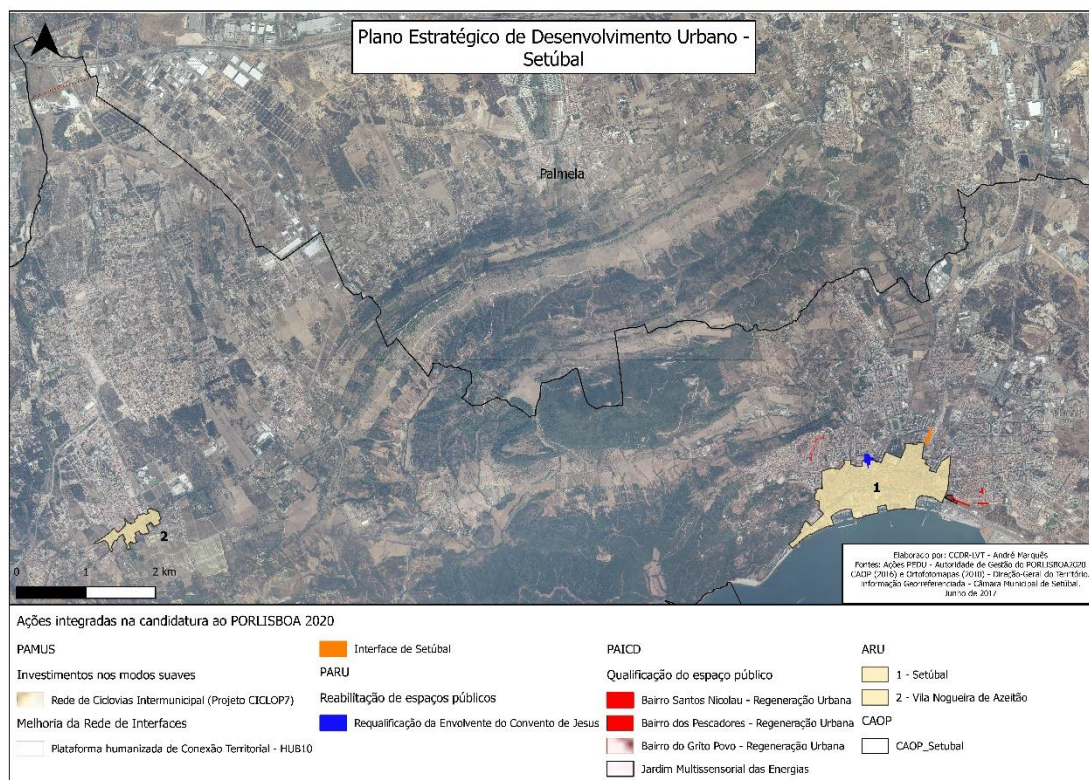
2 - Á-dos-Cãos	19 - Montemor
3 - Bemposta	20 - Murteira
4 - Bucelas e Vila de Rei	21 - Pintêus
5 - Camarate e Apelação	22 - Ponte de Lousa
6 - Carcavelos	23 - Prior Velho
7 - Casalinhos	24 - Ribas de Cima
8 - Casais do Forno	25 - Salemas
9 - Chamboeira, Freixal e Ribas de Baixo	26 - Santo Antão e São Julião do Tojal
10 - Eixo do Pinheiro de Loures	27 - Serra de Alrota
11 - Eixo Oriental	28 - Torre da Besoira
12 - Fanhões	29 - Torres da Bela Vista e Casal da Paradela
13 - Frielas	30 - Unhos
14 - Infantado, Fanqueiro e Sete Casas	31 - Vila Nova
15 - Loures e Santo António dos Cavaleiros	32 - Zambujal
16 - Lousa	
17 - Manjoeira	
18 - Montachique e Cabeço de Montachique	

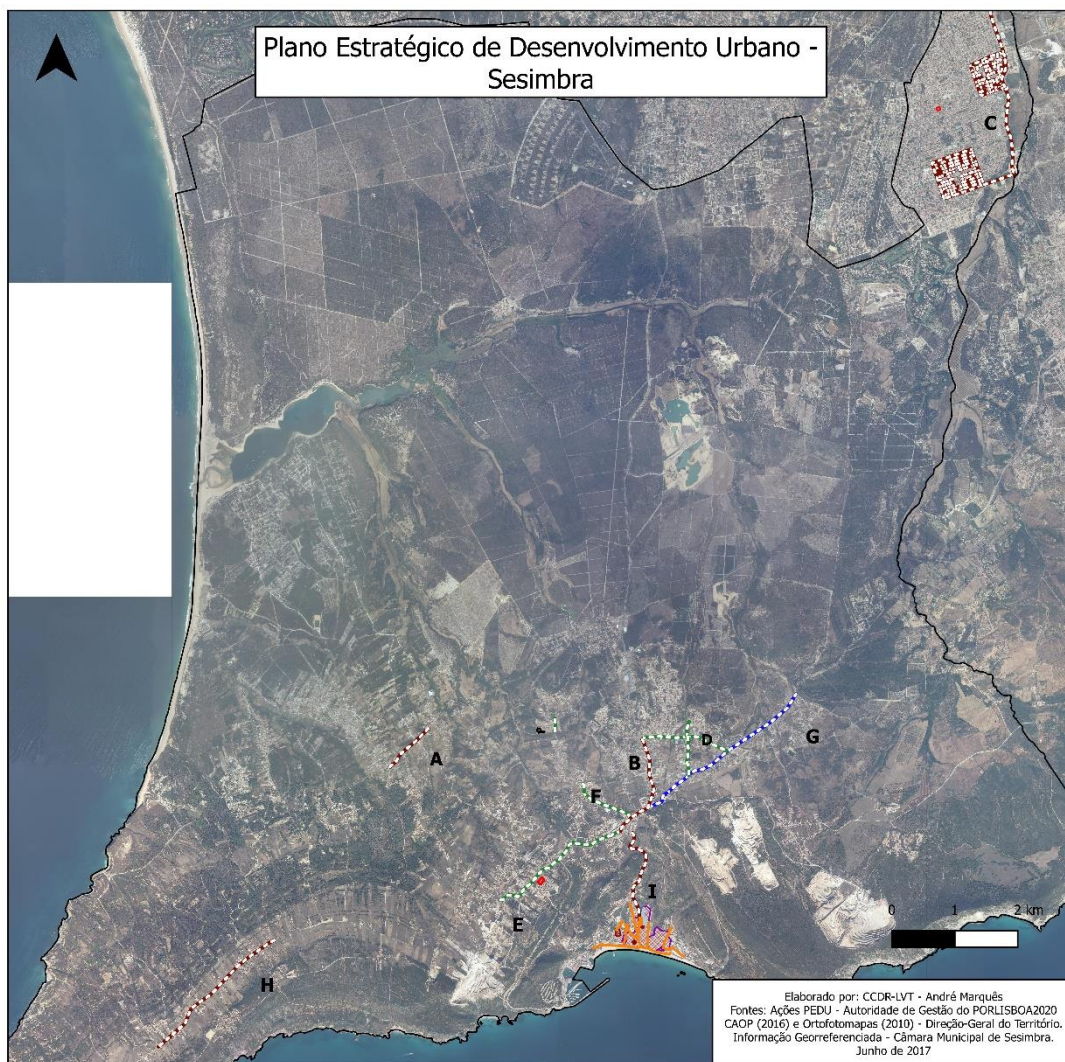
CAOP

CAOP_Loures









Ações integradas na candidatura ao PORLISBOA 2020

PAMUS

— Criação de acessos pedonais nas relações de proximidade - Vila de Sesimbra

- A - Criação de redes pedonais e cicláveis (EN 377 - Alfarim-Caxias)
- B - Criação de redes pedonais e cicláveis (EN 378 - Santana-Cotovia)
- C - Criação de redes pedonais e cicláveis (Quinta do Conde)
- D - Criação de redes pedonais e cicláveis (Sampaio)
- E - Criação de redes pedonais e cicláveis (EM 569 - Zambujal-Corredoura)
- F - Criação de redes pedonais e cicláveis (EM 522 Almoinha-Santana)
- G - Criação de redes pedonais e cicláveis (EN 379 - Maça-Santana)
- H - Criação de redes pedonais e cicláveis (EM 569 - Azoia-Aldeia Nova Azoia)
- I - Criação de redes pedonais e cicláveis (EN 378 - Santana-Sesimbra)

PARU

- Reabilitação da capela de São Sebastião
- Requalificação da Mata da Vila Amália

Requalificação de equipamentos públicos e áreas funcionais urbanas

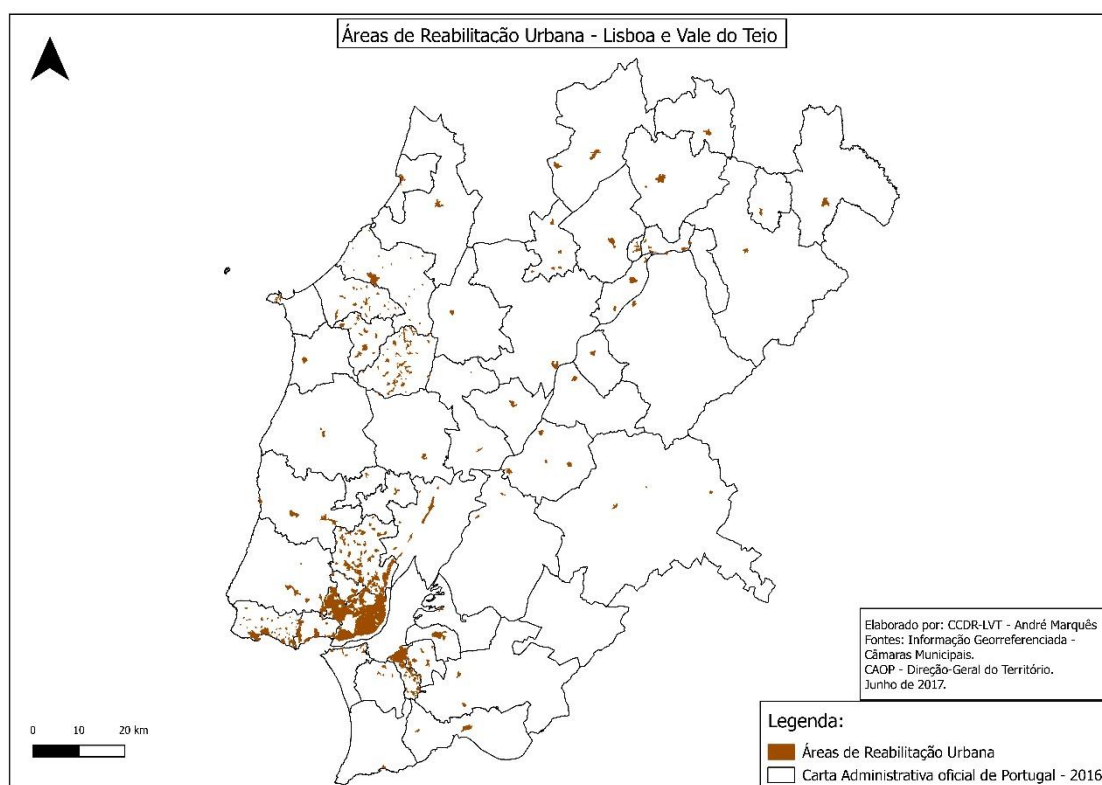
PAICD

- Reabilitação do espaço público envolvente ao bairro da Boa Água
- Requalificação de instalações devolutas para Espaço Social-Cidadania
- Revitalização do espaço público no bairro do Zambujal
- Requalificação de espaços públicos no bairro da Almoinha
- Reabilitação de habitação social no bloco da Mata
- Reabilitação de áreas desfuncionais para habitação social no bairro Infante D. Henrique
- Reabilitação das instalações do antigo Balneário Municipal para fins de habitação social
- Requalificação exterior de blocos de habitação social no bairro da Almoinha - Blocos A, B, C, D e E
- Requalificação exterior de blocos de habitação social no bairro da Almoinha - Blocos A, B e C - 3ª Fase

ARU

- Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra
- CAOP_Sesimbra

3. Mapa das Áreas de Reabilitação Urbana em vigor na RLVT, 31 de Maio de 2017.



4. Áreas de Reabilitação Urbana por concelho, 30 de junho de 2017

Grande Lisboa	Nº ARU
Amadora	1
Cascais	35
Lisboa	5
Loures	34
Mafra	3
Odivelas	2
Oeiras	6
Sintra	7
Vila Franca Xira	7
Total	100

Península de Setúbal	Nº ARU
Alcochete	1
Almada	7
Barreiro	2
Moita	6
Montijo	1
Palmela	2
Seixal	4
Sesimbra	1
Setúbal	2
Total	26

Oeste	Nº ARU
Alcobaça	1
Alenquer	1
Arruda dos Vinhos	2
Bombarral	10
Cadaval	18
Caldas da Rainha	16
Lourinhã	1
Nazaré	3
Óbidos	21
Peniche	1
Sobral Monte Agraço	1
Torres Vedras	3
Total	78

Médio Tejo	Nº ARU
Abrantes	1
Alcanena	5
Constância	1
Entroncamento	3
Ferreira do Zêzere	1
Mação	1
Ourém	2
Sardoal	1
Tomar	2
Torres Novas	2
Vila Nova da Barquinha	5
Total	23

Lezíria do Tejo	Nº ARU
Almeirim	2
Alpiarça	3
Azambuja	3
Benavente	2
Cartaxo	4
Chamusca	5
Coruche	6
Golegã	6
Rio Maior	2
Salvaterra de Magos	6
Santarém	2
Total	41

Anexo nº 4



Base de Dados da Reabilitação Urbana: Organização, desenvolvimento e utilização

Elaboração: André Gouveia Marquês

Orientação: Linda Irene Pereira

Junho de 2017

Índice

1. Introdução.....	3
2. Elementos/Informação existente na base de dados.....	4
2.1. Informação Estatística / Alfanumérica - Ficheiros Excel	4
2.1.1 - Áreas de Reabilitação Urbana	4
2.1.2. Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana	5
2.1.3. Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	7
2.2. Informação Geográfica – ficheiros Shapefile	8
2.2.1 Shapefile Originais.....	9
2.2.2 Shapefile trabalhadas/individualizadas.....	10
2.2.3 Shapefiles Finais	12
2.3 Projetos SIG (QGIS).....	13
2.4 Mapas -Layouts	13
2.5 Metadados.	15
3. Organização da base de dados	16
3.1. Pasta “1.Trabalho Final”	16
3.2. Pasta “2. Shapefiles Individuais”	18
3.3. Pasta “3. ARU_Projeto”	18
3.4. Pasta “4. ARU_Excel”	19
3.5. Pasta “ 5. ARU_Inf_recebida_SHP”	19
3.6. Pasta “6. PEDU_Excel”	19
3.7. Pasta “7. PEDU_INF_PORLX”	20
3.8. Pasta “8. PEDU_Inf_Recebida_CM_SHP”	20
3.9. Pasta “9. ORU_PERU”	20
3.10. Pasta “10. Base de dados PRU 2007-2013”	20
3.11. Pastas “11. MédioTejo_INF_CIM” e “12. LezíriadoTejo_INF_CIM”	21
4. Como alterar/adicionar informação à base de dados.	21
4.1. Inserção de novos dados na base.	22
4.2. Alterar informações já existentes na base de dados.	23
4.2.1. Processo Manual.	23
4.2.2. Criar nova <i>shapefile</i>	24
4.3. Digitalizar uma <i>shapefile</i>	24
4.4. Criar um novo compositor de impressão (layout)	26
5. Consultar informação na base de dados - exemplos.....	26

5.1. ARU em vigor.....	26
5.2. Ações dos PEDU.....	27

1. Introdução

O presente manual resulta do trabalho efetuado através de um estágio curricular realizado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, na Direção de serviços de Ordenamento do Território, em articulação com a Estrutura de Apoio Técnico do Programa Operacional Regional de Lisboa, entre os meses de Dezembro de 2016 e Junho de 2017.

A informação trabalhada e, consequentemente, a temática deste estágio vem no seguimento da Infodata nº9, sobre a temática da Reabilitação Urbana na RLVT, publicada em Junho de 2016. Assim pretendeu-se dar sequência à informação aí contida, atualizando-a e recolhendo nova informação que permita aprofundar o estudo desta matéria. Daqui decorreu a criação de uma base de dados, que permitirá verificar informações respeitantes às Áreas de Reabilitação Urbana e seus instrumentos, não só através de tabelas alfanuméricas ou documentos complementares (PDF e Word), mas também através de um projeto SIG que permite associar a informação geográfica à informação alfanumérica.

Esta base de dados contém várias informações relacionadas com a reabilitação urbana na área de intervenção da CCDR-LVT, desde logo informação respeitante às Áreas de Reabilitação Urbana que se encontram em vigor nos municípios da região, às suas Operações de Reabilitação Urbana, caso existam, culminando com informação referente às ações/intervenções que os municípios da região submeteram em candidatura aos Programas Operacionais Regionais através dos seus Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano que promovem o financiamento no âmbito da reabilitação urbana, da mobilidade sustentável e ainda da intervenção em Comunidades Desfavorecidas.

Toda a informação está guardada no servidor Z:, pasta Reabilitação Urbana: <\\Z:\Reabilitacao Urbana\>

A elaboração deste documento decorre da necessidade de dispor de um manual que permita a utilizadores futuros atualizar, modificar e consultar os elementos constantes nesta ferramenta. Uma vez que o prazo para apresentação de candidaturas de ações integradas nos PEDU foi prolongado (POR Lisboa - [AVISO LISBOA-16-2016-09](#); POR Centro - CENTRO-16-2016-03 e POR Alentejo) - de 31/05/2017 até ao final do ano, os dados inseridos na base de dados poderão ser ainda complementados e ajustados, sendo por isso necessária uma validação final, após o término do prazo de submissão de candidaturas.

2. Elementos/Informação existente na base de dados

A base de dados é composta por um conjunto de elementos que se descrevem nos pontos seguintes:

- v) Informação estatística / alfanumérica organizada em Ficheiros Excel;
- vi) Informação geográfica contida em ficheiros *shapefile*;
- vii) Projeto SIG, utilizando o *software QGIS*, que permite visualizar e editar a informação alfanumérica e geográfica;
- viii) Mapas/*layouts* que permitem a representação cartográfica de determinada informação constante na base de dados.

2.1. Informação Estatística / Alfanumérica - Ficheiros Excel

Os diversos ficheiros Excel são o elemento fulcral desta base de dados, uma vez que é nestes que se encontra toda a informação recolhida, respeitante a: áreas de reabilitação em vigor na área de intervenção da CCDR-LVT; operações de reabilitação urbana das ARU quando existentes e, ações/intervenções previstas nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de cada município. Descreve-se de seguida a composição dos referidos ficheiros.

2.1.1 - Áreas de Reabilitação Urbana

Os ficheiros Excel das Áreas de Reabilitação Urbana estão organizados por concelho, tendo estes sempre a seguinte denominação “*ARU_Concelho*”. Na figura 1 expõe-se um exemplo referente ao ficheiro Excel das ARU do concelho de Mafra, sendo que todos os concelhos *apresentam* a mesma estrutura composta pelos seguintes campos / elementos:

- iv) “**Código**” (a vermelho) - através deste é feita a associação entre a informação alfanumérica presente no ficheiro Excel e a tabela de atributos das *Shapefiles* correspondentes.
- v) “**Designação**” (a azul) - contém o nome de cada uma das ARU existentes nos concelhos em questão.
- vi) Por fim, os **restantes campos** (a verde) que integram toda a informação recolhida associada a cada uma das ARU, contendo os seguintes campos: “*Concelho, Lugar, Número da Publicação, Número do Diário da República (DR), Data de publicação, Ano, Período de Vigência da ARU, Entidade Gestora, se possui uma ORU ou PERU e a Área em hectares*”.

ARU_Mafra - Microsoft Excel

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	Código	Designação	Concelho	Lugar	Publicação	DR	Data	Ano	Vigência	Entidade Gestor	ORU/PERU	Área (ha)
2	1_Mafra	Vila Velha de Mafra	Mafra	Mafra	Aviso nº 5554/2015	Nº 98, 2ª Série	21-05-2015	2015	10 anos	Câmara Municipal de Mafra	PERU (Deliberação nº 1606/2016)	140,6
3	2_Mafra	Centro da Ericeira	Mafra	Ericeira	Aviso nº 5553/2015	Nº 98, 2ª Série	21-05-2015	2015	3 anos	Câmara Municipal de Mafra	Por aprovar	42,9
4	3_Mafra	Malveira/Venda do Pinheiro	Mafra	Malveira e Venda do Pinheiro	Aviso 11677/2015	Nº 200, 2ª Série	13-10-2015	2015	3anos	Câmara Municipal de Mafra	Por aprovar	155

Figura 1- Estrutura base do ficheiro Excel respeitante às Áreas de Reabilitação Urbana.

2.1.2. Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana

Este ficheiro Excel reúne as informações referentes às ações que os municípios integraram nos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) das operações de reabilitação urbana sistemáticas aprovadas para as suas áreas de reabilitação urbana.

Na estrutura deste documento existem duas tipologias de folhas, uma primeira denominada “global”, assinalada a verde, onde estão disponíveis todas as ações que foram inventariadas em relação às operações de reabilitação urbana. A outra tipologia refere-se às restantes folhas, onde também está disponível a informação recolhida, para o concelho correspondente.

Os campos para os quais se procurou recolher informação e que formam este ficheiro são os seguintes: “*Designação da ação, Concelho, ARU, Localização, Orçamento, Calendarização, Área da intervenção e o Beneficiário/Promotor*”.

Medidas_Ações PERU - Microsoft Excel

	A	B	C	D	E	F	G	H
	Designação da Ação	Concelho	ARU	Localização	Orçamento (estimativa) €	Calendarização	Área (m2)	Beneficiário/Promotor
1	Espaço público da envolvente à Quinta da Raposa	Mafra	ARU MAFRA	N/D	235.021	N/D	4.325	Município de Mafra
2	Lar Residencial - Centro de Formação Social	Mafra	ARU MAFRA	N/D	2.000.000	N/D	980	Município de Mafra; Santa Casa da Misericórdia
3	Business Factory/Enfrente/Junta de Freguesia de Mafra	Mafra	ARU MAFRA	N/D	650.000	N/D	1.680	Município de Mafra; JF Mafra
4	Unidade de Saúde de Mafra	Mafra	ARU MAFRA	N/D	2.500.000	N/D	3.000	Município de Mafra; ARS-LVT
5	Museu Raúl de Almeida	Mafra	ARU MAFRA	N/D	1.100.000	N/D	1.800	Município de Mafra; DGPC
6	Parque Intermodal - Alto da Vela	Mafra	ARU MAFRA	N/D	460.000	N/D	15.245	Município de Mafra
7	Espaço público do Bairro Azul	Mafra	ARU MAFRA	N/D	150.000	N/D	4.525	Município de Mafra
8	Espaço público envolvente à Vila Velha	Mafra	ARU MAFRA	N/D	937.000	N/D	15.618	Município de Mafra
9	Espaço envolvente à Vila Velha	Mafra	ARU MAFRA	N/D	482.000	N/D	24.120	Município de Mafra
10	Parque de estacionamento o da Rua Serpa Pinto	Mafra	ARU MAFRA	N/D	300.000	N/D	1.900	Município de Mafra
11	Parque de estacionamento o da escola	Mafra	ARU MAFRA	N/D	60.000	N/D	600	Município de Mafra

Global Benavente Cartaxo Chamusca Golegã Mafra Odiveelas Rio Maior Santarém Setúbal Torres Vedras

Figura 2- Estrutura do ficheiro Excel contendo a informação das ações programadas nas Operações de Reabilitação Urbana sistemática / PERU

2.1.3. Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano

A base integra também ficheiros *Excel* denominados: “*PEDU_Concelho*” onde está inserida toda a informação disponível referente às ações/intervenções programadas pelos municípios no âmbito do PAMUS (PI 4.5), PARU (PI 6.5) e do PAICD (PI 9.8), que integram o PEDU. Quando disponível contém também informação dos indicadores de realização e resultado inerentes às ações que permitirão no futuro efetuar a monitorização destes projetos.

Na figura 3, apresenta-se a estrutura do ficheiro Excel referente às ações do PEDU, composta por várias folhas, a saber:

- A castanho - a primeira folha onde está inserida a informação global dos três planos que constituem o PEDU;
- A amarelo - folha com as ações do PAMUS;
- A azul as ações do PARU;
- A vermelho as ações do PAICD;
- A verde a folha denominada “*indicadores*” onde se encontra a informação respeitante aos indicadores associados a cada uma das ações, quando disponível. Estes indicadores foram pré-estabelecidos aquando da publicação dos avisos de candidatura e têm como finalidade serem a ferramenta que irá permitir efetuar a monitorização dos objetivos propostos inicialmente. Assim para cada tipologia de plano foram selecionados um conjunto de indicadores, de resultado e de realização, que aquando da submissão por parte da entidade beneficiária devem estar preenchidos, de forma a que no futuro se possa verificar se os mesmos foram alcançados. Esta avaliação será feita em dois períodos temporais 2018 e 2023.

Código	Medida/Ação	Concelho	Área (m2)	Prioridade de Investimento	Tipologia da Área de Intervenção	Tipologia de Intervenção	I. Total (€)	I. Elegível (€)	I. Participado (€)	
1_PARU_MAFRA	Projeto de reabilitação do complexo da Quinta da Raposa	Mafra	Mafra	N/D	06.05	Centro Histórico	Reabilitação integral de edifícios	350.000,00 €	350.000,00 €	
2_PARU_MAFRA	Reabilitação do edifício dos antigos serviços municipalizados de águas de Mafra	Mafra	Mafra	N/D	06.05	Centro Histórico	Reabilitação integral de edifícios	414.000,00 €	414.000,00 €	
3_PARU_MAFRA	Projeto de reabilitação do edifício do mercado municipal da Ericeira e arranjo do espaço público envolvente	Ericeira	Mafra	N/D	06.05	Centro Histórico	Reabilitação integral de edifícios	456.948,00 €	456.948,00 €	
1_PAICD_MAFRA	Mafra + Forte Inserção laboral e reabilitação socio-urbana nos Bairros Sociais de Mafra e Malveira	Mafra	11.122	09.08	Bairro Social	Qualificação e Modernização do espaço e do ambiente urbano	1.080.000,00 €	1.080.000,00 €	540.000,00	Mui (Freg. União de Mig)
2_PAICD_MAFRA	Mafra + Forte Inserção laboral e reabilitação socioeconómica - "centro de formação profissional especializado em Geriatria e Doenças Degenerativas"	Mafra	35	09.08	Bairro Social	Intervenções em equipamentos públicos de apoio ao desenvolvimento social	986.220,00 €	986.220,00 €	493.110,00	Mui (Freg. S. Misi)
	PAMU I. Total	PARU I. Total	PAICD I. Total		I. Total	Complicação Total	FEDER			
	2.817.574,00 €	1.220.948,00 €	2.066.220,00 €		6.104.742,00 €	3.052.371,00 €	3.052.371,00 €			
	Complicação	Complicação	Complicação							
	1.408.787,00 €	610.474,00 €	1.033.110,00							
	Complicação (%)	50	50	50						

Nota: Informação recolhida através de consulta dos pareceres de candidatura ao POR LISBOA 2020, emitidos pela autoridade de gestão do programa operacional.

Figura 3- Estrutura do ficheiro Excel contendo a informação das ações programadas nos PEDU.

2.2. Informação Geográfica – ficheiros Shapefile

Apresentados os elementos relativos aos ficheiros Excel importa agora explicar quais as *Shapefiles* produzidas e enviadas pelos municípios que constam da base de dados, em três categorias distintas:

i) as **shapefiles originais**, tal como enviadas pelos municípios;

ii) as **shapefiles trabalhadas**, individualizadas (quando as ações ou ARU vinham agrupadas num único ficheiro), e reprojetadas (conversão para que todos os ficheiros em formato *shapefile* se encontrem com o mesmo sistema de coordenadas: *ETRS89 / Portugal TM06*). Foi também eliminada da tabela de atributos das *shapefiles* toda a informação que não fosse relevante e criado um campo “Código” que permite a ligação / união aos ficheiros *Excel*;

iii) as **shapefiles finais**, às quais, foi associada a informação constante dos ficheiros *Excel*, permitindo deste modo, visualizar diretamente nos projetos *SIG*, toda a informação associada a determinada ARU ou intervenção.

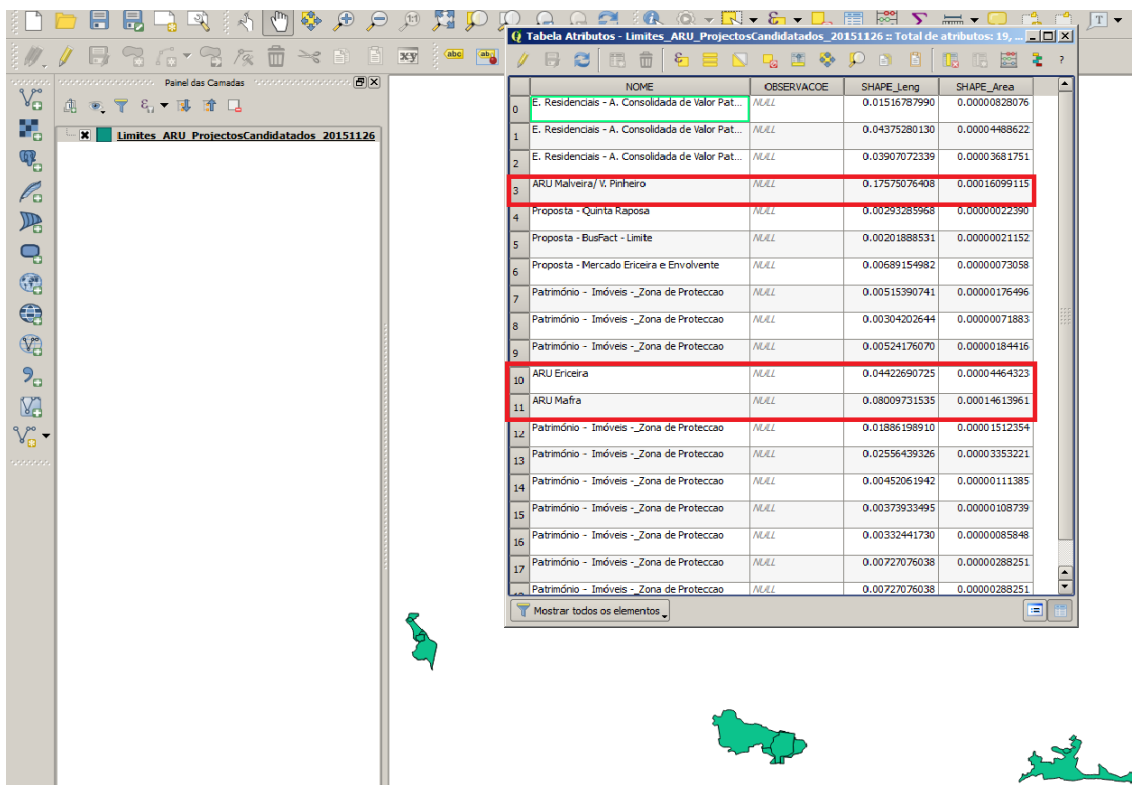
Importa agora demonstrar a localização destas *shapefiles* e qual a sua estrutura.

2.2.1 Shapefile Originais

Como já referido, as *shapefiles* originais são aquelas que não têm nenhum tratamento, que se encontram estruturadas como recebidas pela CCDR-LVT. Estas estão dispersas por várias pastas, uma vez que correspondem a temáticas distintas e foram fornecidas à CCDR-LVT de formas também diferenciadas. Estas encontram-se nas seguintes pastas da base de dados:

- “5. ARU_Inf_recebida_SHP” – ([\\Z:\Reabilitacao Urbana\5. ARU_Inf_recebida_SHP\](#)) - *Shapefiles* originais respeitantes à delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana;
- “7. PEDU_INF_PORLX” ([\\Z:\Reabilitacao Urbana\7. PEDU_INF_PORLX\](#)) – *shapefiles* correspondentes à delimitação das ações do PEDU dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa existentes previamente na base de dados da autoridade de gestão do PORLISBOA 2020;
- “8. PEDU_Inf_Recebida_CM_SHP” ([\\Z:\Reabilitacao Urbana\8. PEDU_Inf_Recebida_CM_SHP\](#)) - *shapefiles* também correspondentes às ações do PEDU dos concelhos da AML, mas que se encontravam em falta na base de dados da autoridade de gestão do PORLISBOA 2020 e que, por isso, foram solicitadas aos municípios que as enviaram *à posteriori*;
- Por fim, existem *shapefiles* respeitantes às ações do PEDU dos concelhos pertencentes ao Médio Tejo e à Lezíria do Tejo que, por obterem financiamento através de Programas Operacionais Regionais geridos por outras CCDR, foi solicitada informação às Comunidades Intermunicipais do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, encontrando-se a informação recebida nas seguintes pastas: “11. MédioTejo_INF_CIM” ([\\Z:\Reabilitacao Urbana\11. MédioTejo_INF_CIM\](#)) e “12. LezíriadoTejo_INF_CIM” ([\\Z:\Reabilitacao Urbana\12. LezíriadoTejo_INF_CIM\](#)). Até à data não foi recebida qualquer informação dos concelhos do Oeste.

Na figura 4, apresenta-se um exemplo da estrutura inicial de muitas das *shapefiles* recebidas e depois tratadas. No caso do município de Mafra, que disponibilizou à CCDR-LVT uma *shapefile* com vários elementos contendo variadas informações, apenas interessa para o estudo concreto a delimitação das ARU, identificadas na imagem pela cor vermelha.



	NOME	OBSERVACAO	SHAPE_Leng	SHAPE_Area
0	E. Residenciais - A. Consolidada de Valor Pat...	NULL	0.01516787990	0.00000828076
1	E. Residenciais - A. Consolidada de Valor Pat...	NULL	0.04375280130	0.00004488622
2	E. Residenciais - A. Consolidada de Valor Pat...	NULL	0.03907072339	0.00003681751
3	ARU Malveira/ V. Pinheiro	NULL	0.17575076408	0.00016099115
4	Proposta - Quinta Raposa	NULL	0.00293285958	0.00000022390
5	Proposta - BusFact - Limite	NULL	0.00201888531	0.00000021152
6	Proposta - Mercado Ericeira e Envolvente	NULL	0.00689154982	0.00000073058
7	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.00515390741	0.00000176496
8	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.00304202644	0.00000071883
9	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.00524176070	0.00000184416
10	ARU Ericeira	NULL	0.04422690725	0.00004464323
11	ARU Mafra	NULL	0.08009731535	0.00014613961
12	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.01886198910	0.00001512354
13	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.02556439326	0.00003353221
14	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.00452061942	0.00000111385
15	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.00373933495	0.00000108739
16	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.00332441730	0.00000085848
17	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.00727076038	0.00000288251
18	Património - Imóveis - Zona de Protecção	NULL	0.00727076038	0.00000288251

Figura 4- Exemplificação da estrutura de uma *shapefile* no seu momento inicial, tal como recebida, (*shapefile* disponibilizada pelo Município de Mafra correspondente à delimitação das três ARU do concelho).

2.2.2 Shapefile trabalhadas/individualizadas

Recorrendo novamente ao concelho de Mafra, demonstra-se agora o processo de alteração da estrutura das *shapefiles* que ocorre na passagem destas do seu formato original, para o seu formato após um primeiro tratamento explicado previamente neste relatório. Todas as *shapefiles* trabalhadas estão disponíveis na pasta “2. *Shapefiles individuais*” ([\\Z:\Reabilitacao Urbana\2. Shapefiles individuais\](#)), subdivididas por concelho e pela temática a que correspondem (ARU, PAMUS, PARU e PAICD).

Assim e a título demonstrativo, na figura 6, pode-se verificar que as *shapefiles* previamente agrupadas se encontram agora separadas individualmente e que na sua tabela de atributos apenas consta o código que permitirá na próxima fase integrar a informação alfanumérica dos ficheiros *Excel*.

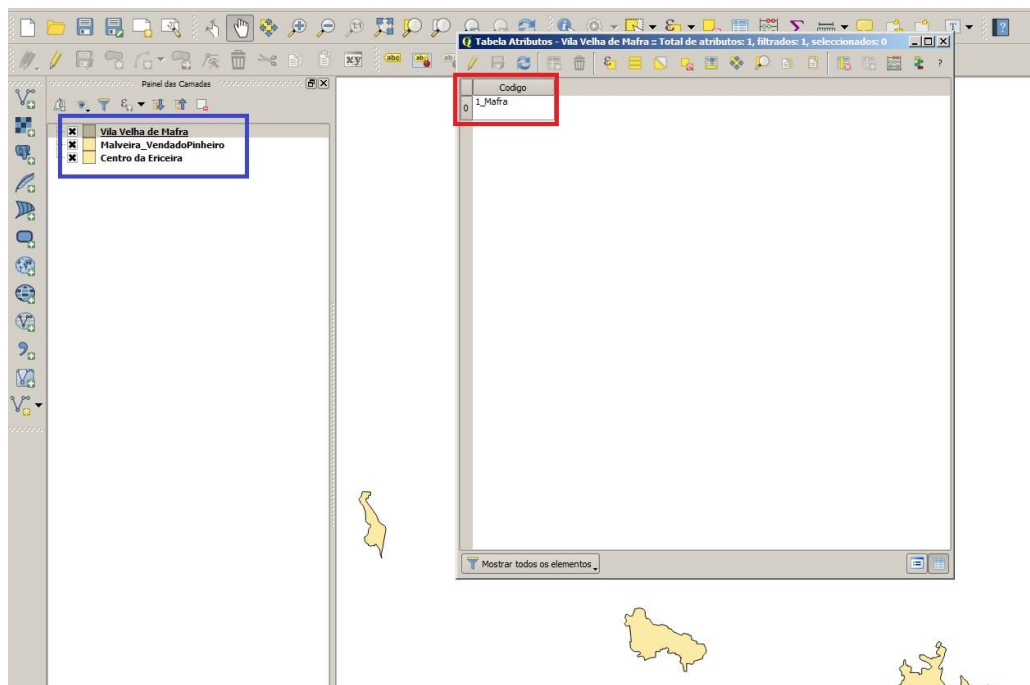


Figura 6- Exemplificação da estrutura de uma *shapefile* após o tratamento inicial (tabela de atributos de uma das ARU de Mafra, no seguimento da figura 5).

2.2.3 Shapefiles Finais

As *shapefiles* finais são aquelas que já possuem na sua tabela de atributos a informação final, que previamente apenas existia nos ficheiros *Excel* agora associada à tabela de atributos destas, permitindo a sua leitura num contexto de sistema de informação geográfica. Esta informação está disponível na pasta “1. Trabalho Final” ([\\Z:\Reabilitacao Urbana\1. Trabalho Final\](#)), onde estão novamente subdivididas por concelho, e em cada um, na pasta “1.Shapefiles” existe informação respeitante às ARU, ao PAMUS, ao PARU, ao PAICD e à CAOP. Na figura 7 apresenta-se, a título exemplificativo, o resultado final do projeto de Mafra e a estruturação da tabela de atributos da ARU previamente apresentada.

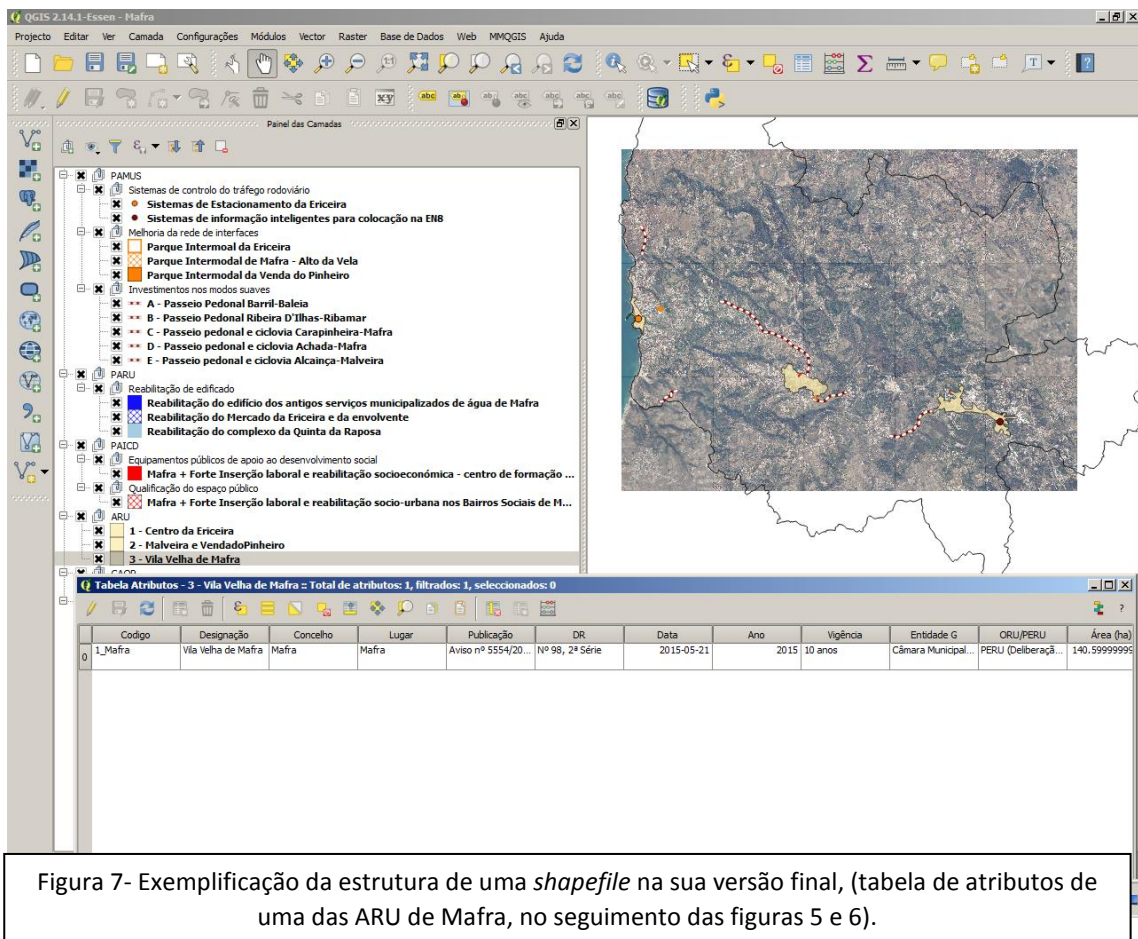


Figura 7- Exemplificação da estrutura de uma *shapefile* na sua versão final, (tabela de atributos de uma das ARU de Mafra, no seguimento das figuras 5 e 6).

2.3 Projetos SIG (QGIS)

Na base de dados existem dois tipos de projetos de QGIS diferentes, associados a dois grandes temas: as áreas de reabilitação urbana e os planos estratégicos de desenvolvimento urbano.

O primeiro consiste num projeto que agrega todas as *shapefiles* com as ARU da Região de Lisboa e Vale do Tejo, denomina-se “*Base de Dados – ARU*” e encontra-se na pasta “*3. ARU Projeto*” (<\\Z:\Reabilitacao Urbana\3. ARU Projeto>). Este é um projeto que engloba as *shapefiles* na sua versão final de todas as ARU em vigor na Região de Lisboa e Vale do Tejo à data de 30 de Junho de 2017.

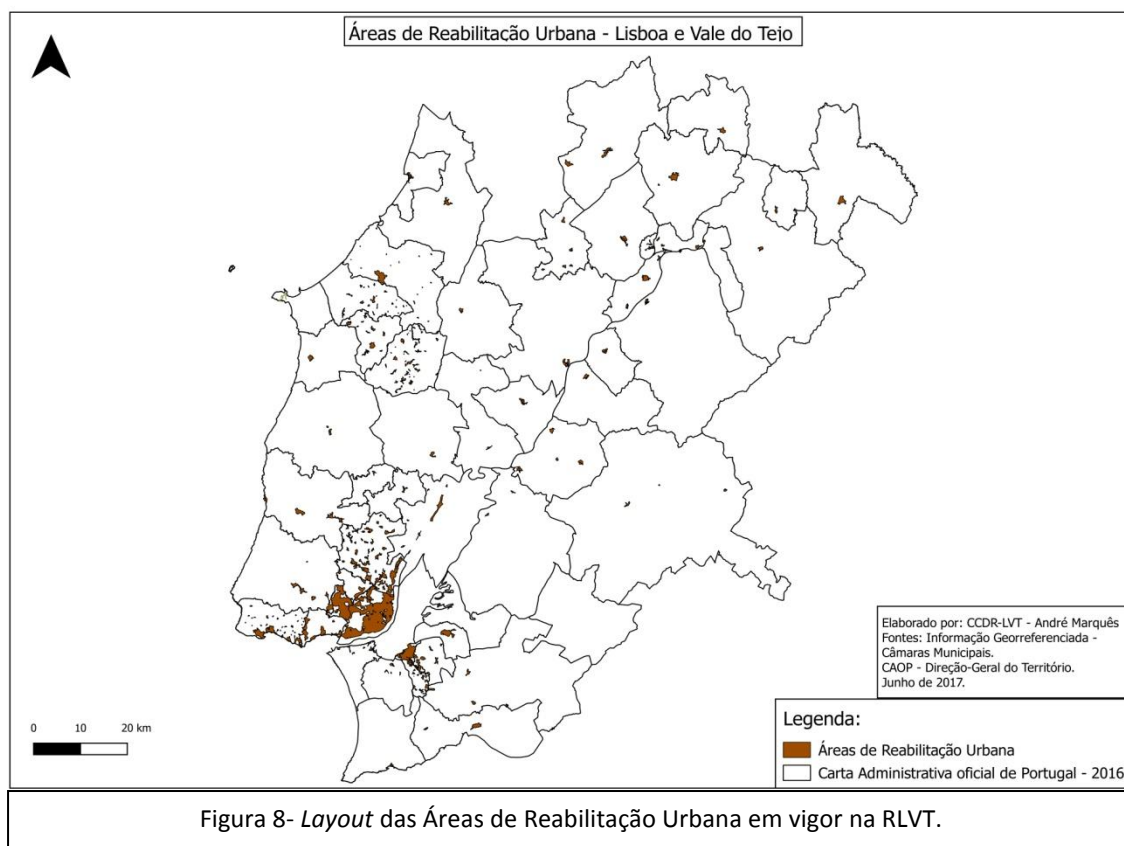
A segunda tipologia de projetos engloba todas as *shapefiles* trabalhadas, incluindo: as *shapefiles* das ARU, PAMUS, PARU, PAICD e CAOP num único projeto, sendo que estes estão subdivididos por concelho, para facilitar a consulta destas informações e não tornar o projeto excessivamente pesado. Todos estes projetos podem ser encontrados na pasta “*1. Trabalho Final*” (<\\Z:\Reabilitacao Urbana\1. Trabalho Final>) dentro da pasta do respetivo concelho, a sua denominação é simplesmente o nome do concelho a que correspondem.

Para além destes projetos individuais existe também um **projeto global**, onde estão integradas todas as *shapefiles* disponíveis na base de dados dos concelhos da AML, encontra-se na pasta acima indicada tendo o nome “*1. PEDU_AML_Projetoglobal*”.

2.4 Mapas -Layouts

A produção de *Layouts* decorre diretamente dos projetos QGIS elaborados. Assim sendo, para cada concelho trabalhado existe um *layout*, que engloba também toda a informação respetiva a esse concelho. Nesta fase optou-se por efetuar *Layouts* unicamente para os concelhos da AML, uma vez que é para estes que existe um maior volume de informação, permitindo a criação de mapas mais completos e com leituras geográficas mais relevantes. Estes *layouts* encontram-se também na pasta “*1. Trabalho Final*” > Concelho > “*3.Layouts*” (<\\Z:\Reabilitacao Urbana\1. Trabalho Final\Alcochete\3. Layouts>) existindo um ou vários consoante a especificidade de cada um dos concelhos e da necessidade de leitura e visualização destes mapas.

Para além destes *layouts* individuais por concelho, existe também um layout final respeitante às áreas de reabilitação urbana, o qual tem a representação de todas as ARU em vigor na região, encontrando-se este nas pastas “3. ARU_Projeto” > “Layout” - [\\Z:\Reabilitacao Urbana\3. ARU Projeto\Layouts\](Z:\Reabilitacao Urbana\3. ARU Projeto\Layouts\).



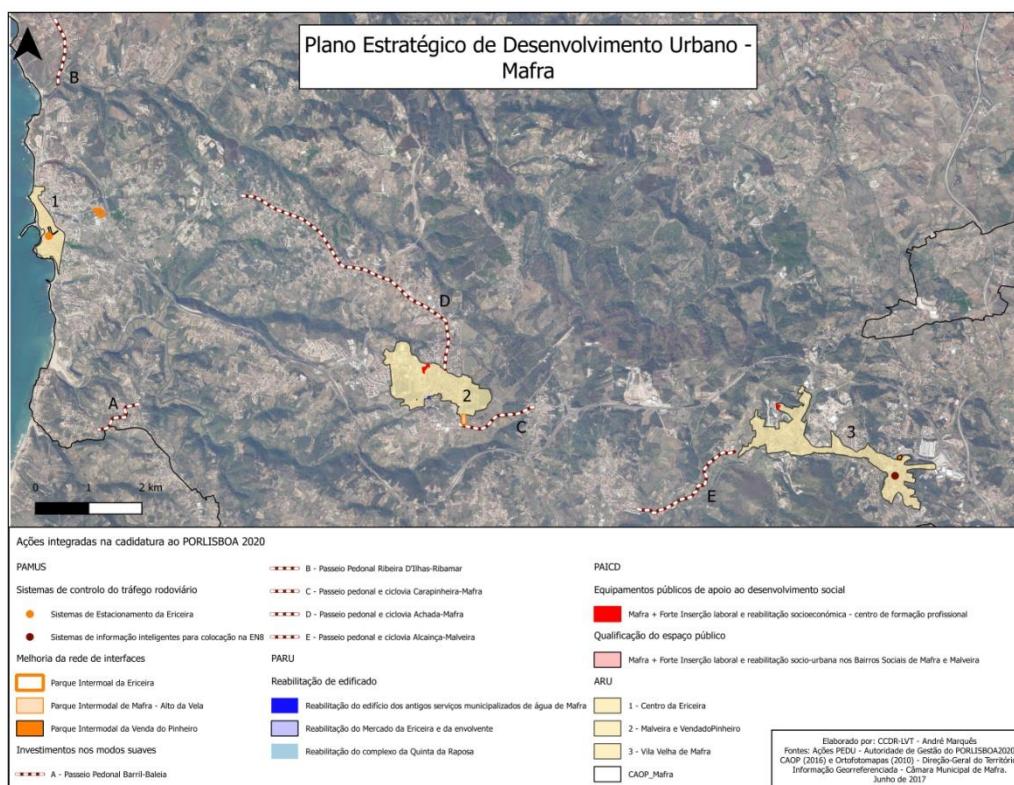


Figura 9- Exemplificação do *Layout* elaborado para o Concelho de Mafra.

2.5 Metadados.

Nos casos em que foi necessário requisitar informação aos municípios, nomeadamente, nos casos das *shapefiles*, após a receção dos mesmos foi preenchida uma ficha de metadados já existente na CCDRLVT, onde se inserem dados como o sistema de georreferenciação em que as *shapefiles* se encontram, a sua data, a que correspondem, entre outros aspetos relevantes nesta vertente. Estes ficheiros em formato *Excel* encontram-se na pasta [\\Z:\Reabilitacao Urbana\4.ARU Excel\metadados\](#).

3. Organização da base de dados

Apresentados os principais elementos que constituem a base de dados, importa explicar a sua organização e onde se encontra cada um dos elementos referidos no capítulo anterior.

A pasta: “Reabilitação_Urbana” - [\\Z:\Reabilitacao Urbana\](#) está subdividida em 12 pastas, explicando-se de seguida que tipo de informação contém e qual a sua finalidade.

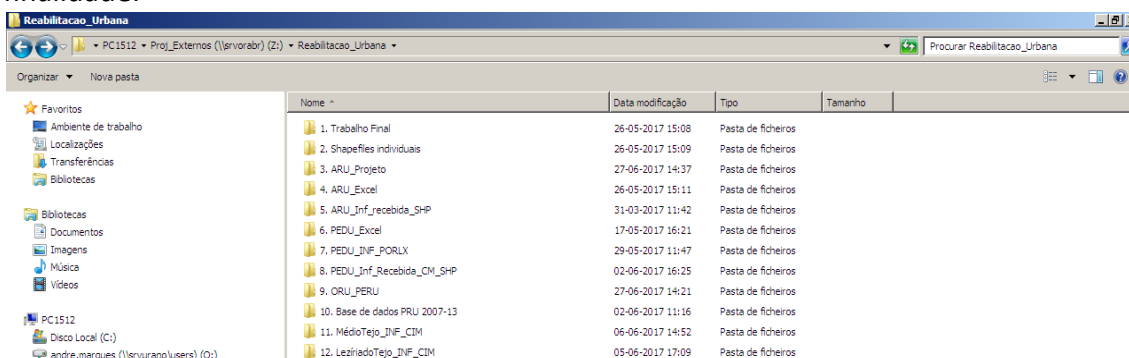


Figura 10 - Pasta Inicial da Base de Dados.

3.1. Pasta “1.Trabalho Final”

A primeira pasta denomina-se “*Trabalho Final*” e integra praticamente toda a informação final no que toca a *shapefiles*, *layouts*, aos ficheiros *Excel* produzidos e aos documentos que serviram de fontes para sustentar a criação destes ficheiros.

A pasta encontra-se organizada por concelhos e integra toda a informação recolhida respeitante aos concelhos trabalhados. Assim pretende-se concentrar aqui todos os elementos finais: *shapefiles* com informação alfanumérica associada, ficheiros *Excel* com toda a informação recolhida respeitante às Áreas de Reabilitação do concelho e às ações inseridas nos PEDU quando esta foi disponibilizada e, os *Layouts* produzidos com as *shapefiles* fornecidas pelas câmaras municipais.

Reabilitacao Urbana - 1. Trabalho Final		
Nome	Data modificação	Tipo
1 PRU_QREN_2007_2013	03-03-2017 14:28	Pasta de ficheiros
Abrantes	05-06-2017 11:32	Pasta de ficheiros
Alcanena	05-06-2017 13:59	Pasta de ficheiros
Alcobaca	19-01-2017 12:00	Pasta de ficheiros
Alcochete	30-05-2017 12:41	Pasta de ficheiros
Alenquer	26-06-2017 15:16	Pasta de ficheiros
Almada	30-05-2017 15:51	Pasta de ficheiros
Almeirim	26-06-2017 15:19	Pasta de ficheiros
Alpiarça	26-06-2017 15:18	Pasta de ficheiros
Amadora	30-05-2017 17:11	Pasta de ficheiros
Arruda dos Vinhos	26-06-2017 15:20	Pasta de ficheiros
Azambuja	26-06-2017 15:22	Pasta de ficheiros
Barcelos	31-05-2017 11:07	Pasta de ficheiros
Benavente	26-06-2017 15:23	Pasta de ficheiros
Bombarral	26-06-2017 15:24	Pasta de ficheiros
Cadaval	26-06-2017 15:27	Pasta de ficheiros
Caldas da Rainha	26-06-2017 15:30	Pasta de ficheiros
Cartaxo	26-06-2017 15:31	Pasta de ficheiros
Cascais	31-05-2017 14:43	Pasta de ficheiros
Chamusca	26-06-2017 15:35	Pasta de ficheiros
Constância	05-06-2017 14:05	Pasta de ficheiros
Coruche	26-06-2017 15:36	Pasta de ficheiros
Entroncamento	05-06-2017 15:03	Pasta de ficheiros
Ferreira do Zêzere	05-06-2017 15:10	Pasta de ficheiros
Golegã	26-06-2017 15:39	Pasta de ficheiros
Lisboa	31-05-2017 16:25	Pasta de ficheiros
Loures	29-05-2017 11:21	Pasta de ficheiros
Lourinhã	26-06-2017 15:39	Pasta de ficheiros
Mação	05-06-2017 15:28	Pasta de ficheiros
Mafra	31-05-2017 16:55	Pasta de ficheiros
Morta	01-06-2017 11:10	Pasta de ficheiros
Montijo	01-06-2017 11:41	Pasta de ficheiros
Nazaré	26-06-2017 15:45	Pasta de ficheiros
Ódivos	26-06-2017 15:46	Pasta de ficheiros
Odivelas	29-05-2017 10:59	Pasta de ficheiros

Figura11 - Organização da pasta “Trabalho Final”

Na Figura 12, apresenta-se a organização das pastas de cada um dos concelhos. Quando não existirem determinados elementos, as pastas respetivas não existem ou não contêm nenhuma informação. Para além das quatro pastas ilustradas, é também aqui que se encontra o projeto individual de cada um dos concelhos.

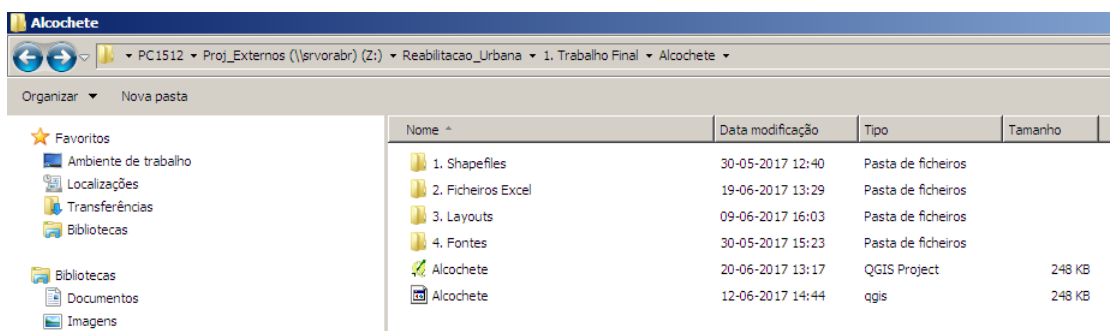


Figura 12 – Exemplo da informação e organização das pastas inseridas dentro das pastas dos concelhos da região.

A informação está subdividida em 4 pastas de forma a facilitar a sua organização e consulta. Na pasta denominada “1. Shapefiles” encontram-se todas as *shapefiles* produzidas/trabalhadas e que se encontram com informação alfanumérica associada, ainda que em muitos casos falte alguma informação por não ter sido disponibilizada em tempo útil ou por ser ainda informação provisória, passível de ser validada no futuro.

A pasta “1.Shapefiles” está subdividida em cinco pastas, contendo cada uma delas as *shapefiles* associadas ao nome dessas pastas. Na pasta “1. ARU” estão inseridas as *shapefiles* com a delimitação das ARU em vigor nos concelhos em questão; Nas pastas “2. PAMUS, 3.PARU, 4. PAICD” encontram-se as *shapefiles* com a localização geográfica das ações constantes dos PEDU dos concelhos passíveis de financiamento através dos Programas Operacionais; e por fim, na pasta “5.CAOP” está inserida uma *shapefile* com a delimitação administrativa do concelho.

1. ARU	17-01-2017 16:49	Pasta de ficheiros
2. PAMUS	09-06-2017 14:52	Pasta de ficheiros
3. PARU	09-06-2017 14:55	Pasta de ficheiros

Figura 13 – Elementos integrantes da pasta “1.Shapefiles”

A Figura 14 ilustra os elementos que constituem a pasta “2 – Ficheiros Excel”. Nesta pasta encontram-se os ficheiros Excel criados que contêm informação respeitante às áreas de reabilitação urbana do concelho e às ações integrantes da candidatura a financiamento através do programa operacional. Nos casos em que temos disponível

Nome	Data modificação	Tipo	Tamanho
ARU_Alcochete_final	06-06-2017 15:18	Folha de Cálculo do ...	12 KB
PEDU_Alcochete	09-06-2017 16:35	Folha de Cálculo do ...	35 KB
TabelaAtributos_PEDU_Alcochete	09-06-2017 15:04	Folha de Cálculo do ...	15 KB

Figura 14 – Elementos integrantes da pasta “2.Ficheiros Excel”

toda a informação devem existir três ficheiros Excel: O primeiro denominado: “ARU_Concelho_final”, “PEDU_Concelho” e “TabelaAtributos_PEDU_Concelho”.

Na pasta denominada “3. Layouts” encontram-se os *Layouts* produzidos tanto em formato JPEG como PDF. Devem ainda estar presentes os modelos do compositor de impressão do *QGIS* utilizados para produzir os *layouts* em formato “.qpt”

Por fim, a figura 16, apresenta um exemplo dos documentos que devem integrar a pasta das Fontes, estando aqui todos os elementos que permitiram a construção dos ficheiros Excel já referidos.

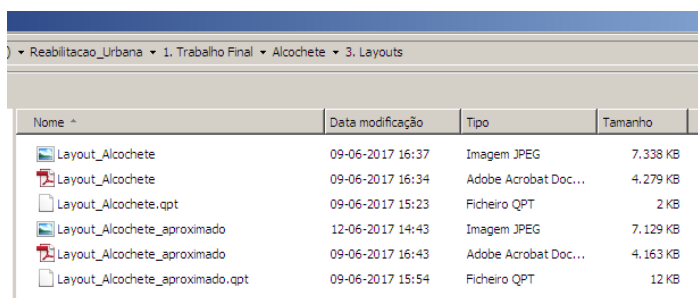
3.2. Pasta “2. Shapefiles Individuais”

Nesta pasta existe novamente uma subdivisão por cada um dos concelhos que integram a RLVT, sendo que dentro de cada uma das pastas dos concelhos estão presentes *shapefiles* que apenas tiveram um primeiro tratamento, não contendo qualquer informação alfanumérica na sua tabela de atributos, a qual integra apenas o código que permite fazer a ligação entre os ficheiros Excel e estas *shapefiles*. Tendo sido muitas delas projetadas de acordo com o sistema de coordenadas utilizado “*ETRS89 / Portugal TM06*” e sofrendo ainda um tratamento das suas tabelas de atributos, eliminando campos que não continham informação condizente com a base de dados desenvolvida.

A criação desta pasta surgiu da ideia de no futuro se poder utilizar estas *shapefiles* com outras finalidades, mas também, de possuir um *backup* limpo caso seja necessário fazer alterações à informação das *shapefiles* que estão integradas na pasta “1. Trabalho Final”.

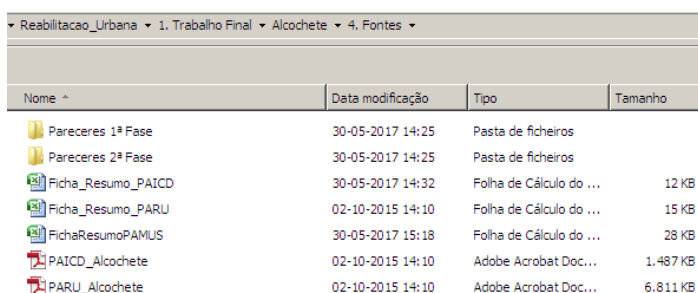
3.3. Pasta “3. ARU_Projeto”

Nesta pasta estão presentes dois projetos de *QGIS*, sendo que um deles contém o resultado final da base de dados das Áreas de



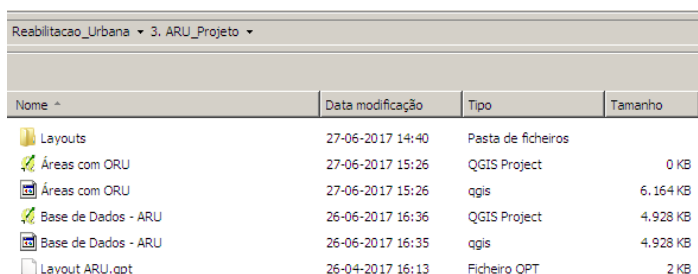
Nome	Data modificação	Tipo	Tamanho
Layout_Alcochete	09-06-2017 16:37	Imagem JPEG	7.338 KB
Layout_Alcochete	09-06-2017 16:34	Adobe Acrobat Doc...	4.279 KB
Layout_Alcochete.qpt	09-06-2017 15:23	Ficheiro QPT	2 KB
Layout_Alcochete_aproximado	12-06-2017 14:43	Imagem JPEG	7.129 KB
Layout_Alcochete_aproximado	09-06-2017 16:43	Adobe Acrobat Doc...	4.163 KB
Layout_Alcochete_aproximado.qpt	09-06-2017 15:54	Ficheiro QPT	12 KB

Figura 15 – Elementos integrantes da pasta “3. Layouts”.



Nome	Data modificação	Tipo	Tamanho
Pareceres 1ª Fase	30-05-2017 14:25	Pasta de ficheiros	
Pareceres 2ª Fase	30-05-2017 14:25	Pasta de ficheiros	
Ficha_Resumo_PAICD	30-05-2017 14:32	Folha de Cálculo do ...	12 KB
Ficha_Resumo_PARU	02-10-2015 14:10	Folha de Cálculo do ...	15 KB
FichaResumoPAMUS	30-05-2017 15:18	Folha de Cálculo do ...	28 KB
PAICD_Alcochete	02-10-2015 14:10	Adobe Acrobat Doc...	1.487 KB
PARU_Alcochete	02-10-2015 14:10	Adobe Acrobat Doc...	6.811 KB

Figura 16 – Elementos integrantes da pasta “4. Fontes”.



Nome	Data modificação	Tipo	Tamanho
Layouts	27-06-2017 14:40	Pasta de ficheiros	
Áreas com ORU	27-06-2017 15:26	QGIS Project	0 KB
Áreas com ORU	27-06-2017 15:26	qgis	6.164 KB
Base de Dados - ARU	26-06-2017 16:36	QGIS Project	4.928 KB
Base de Dados - ARU	26-06-2017 16:35	qgis	4.928 KB
Layout ARU.qpt	26-04-2017 16:13	Ficheiro QPT	2 KB

Figura 17 – Elementos integrantes da pasta “3”.

Reabilitação Urbana onde estão inseridas todas as *Shapefiles* de todas as ARU em vigor à data de produção deste documento. Existe ainda um segundo projeto denominado “Áreas com ORU” onde são apresentadas as Áreas de Reabilitação Urbana que possuem uma Operação de reabilitação urbana, distinguindo-as também entre operações simples (apenas benefícios fiscais e financiamento para entidades privadas) e sistemáticas (programação de intervenções de entidades públicas na área de reabilitação urbana). Existe ainda uma pasta denominada “Layouts” a qual contém os mapas que resultam desta base de dados.

3.4. Pasta “4. ARU_Excel”

Na pasta que agora se aborda encontram-se os ficheiros Excel que contêm toda a informação respeitante às áreas de reabilitação urbana que, posteriormente, foi associada às *shapefiles* com a delimitação destas. Existe uma separação entre as ARU

da Área Metropolitana de Lisboa e do Oeste e Vale do Tejo de forma a facilitar a consulta destes ficheiros, que estão também individualizados por cada um dos concelhos da região (figuras 18 e 19).

Nome	Data modificação	Tipo	Tamanho
ARU_Alcóchete	01-02-2017 11:30	Folha de Cálculo do ...	12 KB
ARU_Almada	26-01-2017 16:38	Folha de Cálculo do ...	10 KB
ARU_Amadora	26-01-2017 17:02	Folha de Cálculo do ...	9 KB
ARU_AML	13-01-2017 11:06	Folha de Cálculo do ...	31 KB
ARU_Barreiro	21-04-2017 11:50	Folha de Cálculo do ...	9 KB
ARU_Cascais	15-03-2017 15:03	Folha de Cálculo do ...	11 KB
ARU_Lisboa	21-03-2017 11:27	Folha de Cálculo do ...	13 KB
ARU_Loures	21-03-2017 11:27	Folha de Cálculo do ...	12 KB
ARU_Mafra	21-03-2017 11:27	Folha de Cálculo do ...	14 KB
ARU_Moita	27-01-2017 15:34	Folha de Cálculo do ...	10 KB
ARU_Montijo	13-01-2017 10:52	Folha de Cálculo do ...	9 KB
ARU_Odivelas	23-05-2017 16:57	Folha de Cálculo do ...	10 KB
ARU_Oeiras	27-01-2017 16:00	Folha de Cálculo do ...	14 KB
ARU_Palmela	27-01-2017 16:11	Folha de Cálculo do ...	9 KB
ARU_Seixal	27-01-2017 16:48	Folha de Cálculo do ...	9 KB
ARU_Sesimbra	18-05-2017 11:11	Folha de Cálculo do ...	13 KB
ARU_Seúbal	05-05-2017 14:20	Folha de Cálculo do ...	9 KB
ARU_Sintra	15-05-2017 15:49	Folha de Cálculo do ...	10 KB
ARU_VFX	30-01-2017 11:50	Folha de Cálculo do ...	14 KB

Nome	Data modificação	Tipo
AML	31-05-2017 11:09	Pasta de ficheiros
OVT	05-06-2017 16:22	Pasta de ficheiros

Figuras 18 e 19 – Elementos integrantes da pasta “4. ARU_Excel”.

3.5. Pasta “5. ARU_Inf_recebida_SHP”

A pasta 5 tem mais uma vez todos os concelhos da região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo que é neste local que foram colocadas todas as *shapefiles* referentes às áreas de reabilitação urbana enviadas pelos municípios, encontrando-se estas em bruto, ou seja, com o sistema de coordenadas enviado inicialmente e também com a tabela de atributos original.

3.6. Pasta “6. PEDU_Excel”

Nesta pasta estão cópias dos ficheiros Excel produzidos e que contêm a base de dados respeitante aos PEDU para os concelhos dos quais temos informação referente a este documento. Esta pasta servirá essencialmente como um *backup* caso ocorra algum problema com os ficheiros *Excel* que existem na pasta “1. Trabalho Final”.

3.7. Pasta “7. PEDU_INF_PORLX”

Aqui está contida toda a informação em bruto que foi disponibilizada pela autoridade de gestão do PORLISBOA 2020, a CCDR-LVT, com base na qual foram elaborados os ficheiros *Excel* referentes aos PEDU dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. Também algumas das *shapefiles* das ações previstas se encontraram aqui, sendo que os documentos mais importantes e utilizados foram igualmente colocados na pasta “1. Trabalho Final” de forma a facilitar a sua consulta.

3.8. Pasta “8. PEDU_Inf_Recebida_CM_SHP”

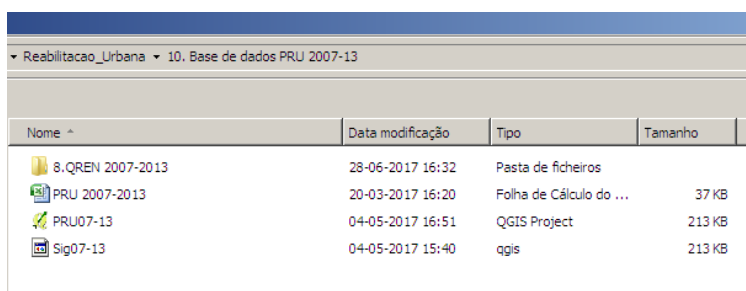
Para além das *shapefiles reunidas* na pasta anterior, respeitantes às ações do PEDU, houve ainda necessidade de recorrer aos municípios, uma vez que a CCDR-LVT não tinha na sua posse *shapefiles* para todas as ações/intervenções previstas. As *shapefiles* recebidas foram aqui colocadas, em bruto, isto é, sem nenhum tratamento face à forma como o município as enviou.

3.9. Pasta “9. ORU_PERU”

Nesta pasta encontra-se a informação referente às operações de reabilitação urbana, ou seja os ficheiros Excel que contêm toda a informação recolhida referente às ações incluídas nos programas estratégicos de reabilitação urbana, correspondentes às ARU que possuem operações de reabilitação urbana sistemática. A pasta contém ainda os documentos de cada município com operações de reabilitação urbana disponibilizados pelas câmaras municipais no seu sítio da internet.

3.10. Pasta “10. Base de dados PRU 2007-2013”

Esta pasta contém informação referente às ações/intervenções implementadas na Área Metropolitana de Lisboa no Quadro Comunitário anterior, o QREN 2007-2013, nomeadamente, as ações no âmbito das



Nome	Data modificação	Tipo	Tamanho
8.QREN 2007-2013	28-06-2017 16:32	Pasta de ficheiros	
PRU 2007-2013	20-03-2017 16:20	Folha de Cálculo do ...	37 KB
PRU07-13	04-05-2017 16:51	QGIS Project	213 KB
Sig07-13	04-05-2017 15:40	qgis	213 KB

Figura 20 – Elementos integrantes da pasta “10. Base de dados PRU 2007-2013”.

Parcerias para a Reabilitação Urbana, que financiaram intervenções de reabilitação em Bairros Críticos, Centros Históricos, Frentes Ribeirinhas e Eco-Bairros. Está disponível um ficheiro Excel contendo a informação alfanumérica referente às ações implementadas, que posteriormente foi associada às *Shapefiles* que demonstram a sua localização geográfica, integradas num projeto QGIS com a denominação “PRU07-13” também presente nesta pasta da base de dados. De referir ainda, que na pasta denominada “1. QREN 2007-2013” estão inseridas as *shapefiles* já referidas.

3.11. Pastas “11. MédioTejo_INF_CIM” e “12. LezíriadoTejo_INF_CIM”

A base de dados culmina com estas duas pastas onde estão inseridas as informações enviadas pelas Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, respeitantes às ações/intervenções que os municípios destas comunidades candidataram a financiamento europeu no âmbito dos seus PEDU (municípios com centros estruturantes) ou PARU (municípios com centros complementares). Essa informação baseia-se no preenchimentos dos ficheiros Excel previamente apresentados com a respetiva informação e ainda nos ficheiros *shapefile* com a delimitação das áreas a intervencionar ou já intervencionadas, estando a informação organizada por concelho.

4. Como alterar/adicionar informação à base de dados.

Como já referido, algumas das informações constantes nesta base de dados ainda não são finais, nomeadamente, as informações respeitantes às ações/intervenções programas nos PEDU uma vez que muitas delas só estão no processo de candidatura, podendo não vir a ser executadas, sendo que apenas uma minoria já tem aprovação final e estão contratadas e executadas.

Neste contexto é essencial que os utilizadores futuros desta base de dados a possam ir atualizando constantemente, para que esta possa ser uma ferramenta relevante, de consulta rápida e eficaz de informação referente à temática da Reabilitação Urbana.

Nesta perspetiva, a atualização de informação pode acontecer de duas formas: i) através da inserção de novos dados, sejam novas ARU ou novas ações/intervenções no contexto do PEDU, as quais devem ser integradas nesta base de dados, tanto nos ficheiros *Excel* correspondentes como através da inserção das *shapefiles* nos respetivos

projetos QGIS; ii) através da atualização de dados pré-existent nos ficheiros já criados (ex: períodos de vigência, montantes financeiros etc).

4.1. Inserção de novos dados na base.

Para adicionar informação à base de dados devem ser seguidos determinados passos:

1º Passo: Atualizar os ficheiros Excel - A primeira tarefa a realizar é inserir nos ficheiros *Excel* as novas informações. Caso se tratem de novas ARU, deve-se efetuar as alterações no Excel do município correspondente que se encontra na pasta “1. Trabalho Final” > “Concelho” > “2. FicheirosExcel”. Se a nova informação se tratar de uma nova ação/intervenção de um dos três planos (PARU, PAMUS, PAICD) a lógica é a mesma, a de adicionar no ficheiro *Excel* respetivo os novos dados, sendo que neste processo devem ser alterados os ficheiros “PEDU_Nome do Concelho”.

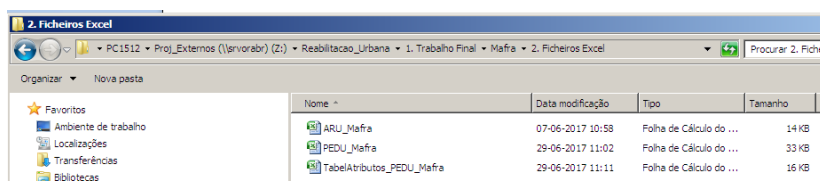


Figura 21 – Ficheiros Excel aos quais se devem adicionar as novas informações.

2º Passo: Tratar as Shapefiles – Caso esteja disponível a *shapefile* com a delimitação destas novas ARU ou ações PEDU, também estas devem ser integradas na base de dados, sendo que o processo a seguir será agora explicado:

- Guardar a *shapefile* original no local adequado > “5.ARU_Inf_recebida_SHP” caso se trate de uma ARU ou para o caso de ser uma ação do PEDU “8.PEDU_INF_Inf_Recebida_CM_SHP”

- tratar a *shapefile* de acordo com os pressupostos das restantes (individualizar se necessário, colocar os sistema de coordenadas (ETRS89 / Portugal TM06) e inserir um campo na tabela de atributos com o código de ligação às tabelas alfanuméricas integradas nos ficheiros Excel > guardar a *shapefile* na pasta “2. Shapefiles Individuais”

3º Passo: Integração da shapefile no projeto QGIS respetivo – Concluído o processo de tratamento da *shapefile* importa integrá-la no projeto do concelho respetivo e caso se trate de uma nova ARU também no projeto da base de dados das ARU (“3. ARU_Projeto” > “Base de dados – ARU”).

4º Passo: Efetuar a união entre a shapefile e a informação do ficheiro Excel – Com a *shapefile* tratada já no projeto, carrega-se o ficheiro *Excel* para o QGIS de forma a proceder à união (figura 22).

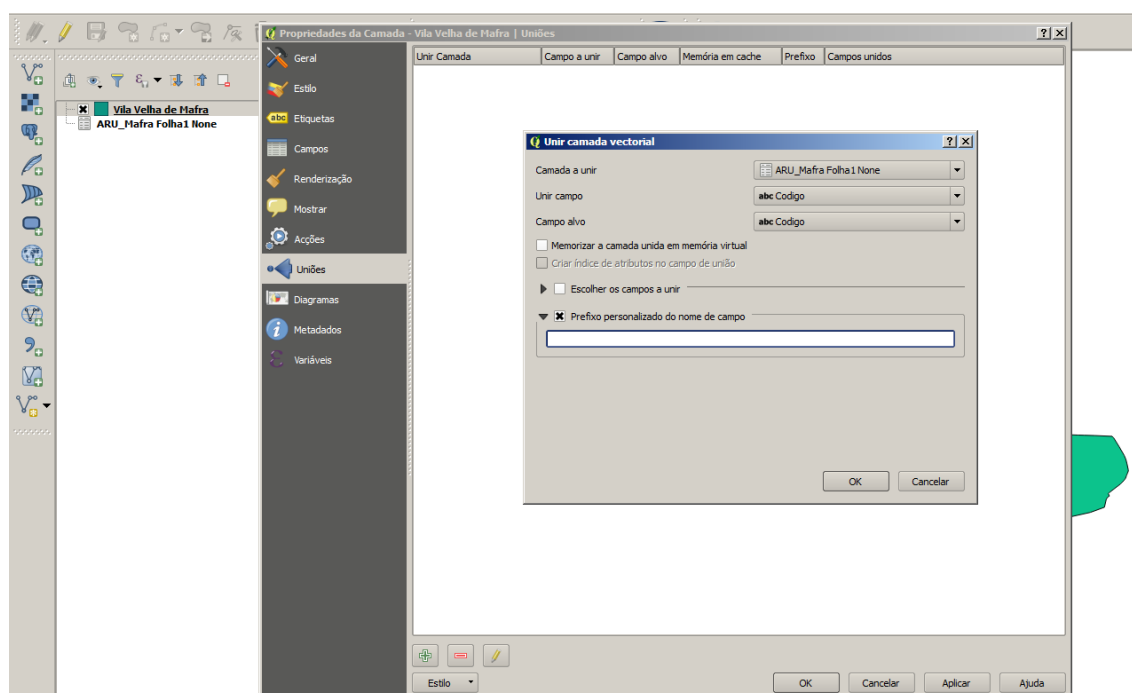


Figura 22 – Comandos para adicionar novas informações à base de dados.

Comandos: Sobre a *shapefile* (botão direito do rato) > Propriedades > Uniões > Adicionar > Selecionar os campos de união > OK > Regravar a *shapefile* (guardar como > pesquisar > 1. Trabalho Final > Concelho > 1. Shapefiles > Pasta respetiva).

- Concluído este processo está adicionada a nova informação à base de dados.

4.2. Alterar informações já existentes na base de dados.

Para efetuar esta tarefa podem ser utilizadas duas metodologias: i) fazer a alteração manualmente; ii) recriar o processo de adição de nova informação, fazendo uma nova união de tabelas alfanuméricas à respetiva *shapefile* individual/trabalhada. Em ambas as situações o 1º passo será sempre alterar as informações pré-existent nos ficheiros *Excel*.

4.2.1. Processo Manual.

Caso a alteração de informação seja apenas de um ou dois campos (por exemplo: períodos de vigência, montantes, etc.) e após alterado o ficheiro *Excel*, (1º passo) é possível efetuar a alteração diretamente na tabela de atributos da respetiva *shapefile*.

2º Passo (Figura 23) Assim este será o único passo a efetuar, para o qual se apresentam os comandos a executar: Primeiramente deve-se abrir o projeto QGIS do respetivo conselho respetivo na pasta “1. TrabalhoFinal”> Sobre a *shapefile* (botão

direito do rato) > Abrir tabela de atributos > Ativar o modo de edição (Lápis) > Duplo clique sobre o campo a alterar > Alterar a informação > Guardar alterações (Disquete)

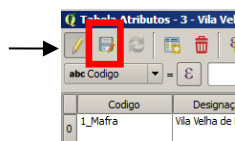


Figura 23– Alterar tabela de atributos manualmente.

Efetuada este processo está completa a alteração de informação.

4.2.2. Criar nova *shapefile*.

Esta tarefa consiste em recriar o processo de adicionar nova informação à base de dados. Após alterada a informação no ficheiro *Excel* (1º passo) procede-se à eliminação da *shapefile* existente no projeto QGIS respetivo.

2º Passo: Para efetuar este processo recorreremos novamente à *shapefile* base criada, que estará guardada na pasta das *shapefiles* individuais/trabalhadas “2. Shapefiles Individuais”. Após carregada no projeto esta *shapefile* o processo é idêntico ao efetuado para adicionar nova informação. Pelo que para o efetuar basta seguir os comandos do passo 4 (página anterior)

“Comandos: Sobre a *shapefile* (botão direito do rato) > Propriedades > Uniões > Adicionar > Selecionar os campos de união > OK > Regravar a *shapefile* (guardar como > pesquisar > 1. Trabalho Final > Concelho > 1. Shapefiles > Pasta respetiva).”

4.3. Digitalizar uma *shapefile*

Na eventualidade dos municípios não disponibilizarem as *shapefiles* necessárias para a correta construção da base de dados, e caso existam elementos que permitam a digitalização por parte de outros utilizadores, os passos a seguir são os seguintes:

1º Passo: Adicionar a informação alfanumérica referente à *shapefile* aos respetivos ficheiros *Excel* (caso esta informação já exista este passo não será necessário).

2º Passo: Na coluna da esquerda do *software* QGIS, selecionar a funcionalidade “Nova Camada *Shapefile*”, que permitirá abrir as opções para a digitalização que se pretende efetuar.

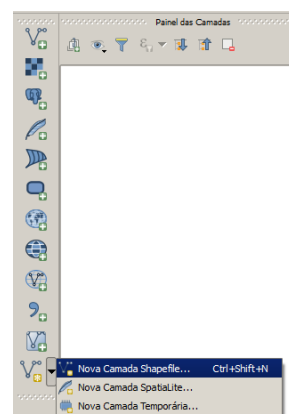


Figura 24 – Localização dos comandos.

3º Passo: Seleciona-se o tipo de vetor que se pretende utilizar (Ponto, Linha ou Polígono); Adiciona-se o sistema de coordenadas utilizado nas restantes *shapefiles* (ETRS89/PORTUGAL TM06) e, por fim, na opção novo campo criar um campo denominado (Código) para permitir a já referida ligação entre os dados alfanuméricos e a tabela de atributos da *shapefile* produzida (clicar sobre “Add to field list”. Gravar na pasta respetiva.

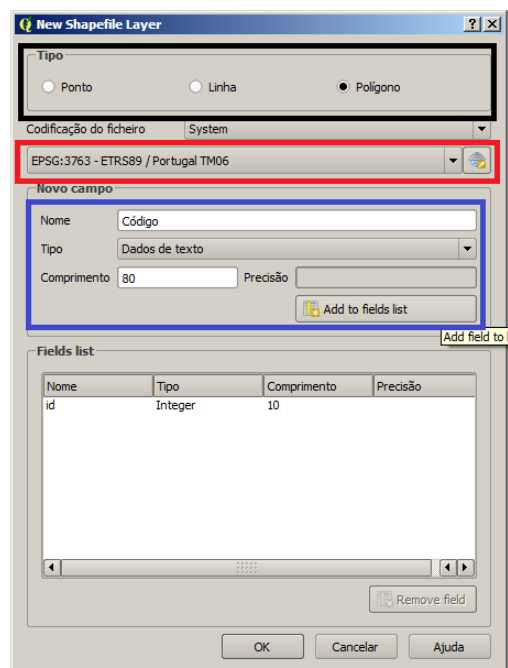


Figura 25 – Dados a inserir para a criação da *shapefile*.

4º Passo: Digitalização – Concluído o passo anterior, irá aparecer uma *shapefile* com o nome atribuído aquando da gravação, sendo que para começar a digitalizar devem ser seguidos os seguintes comandos: ativar a funcionalidade de edição através de “Alternar Edição” (azul) > começar a digitalizar “Adicionar elemento” (vermelho).

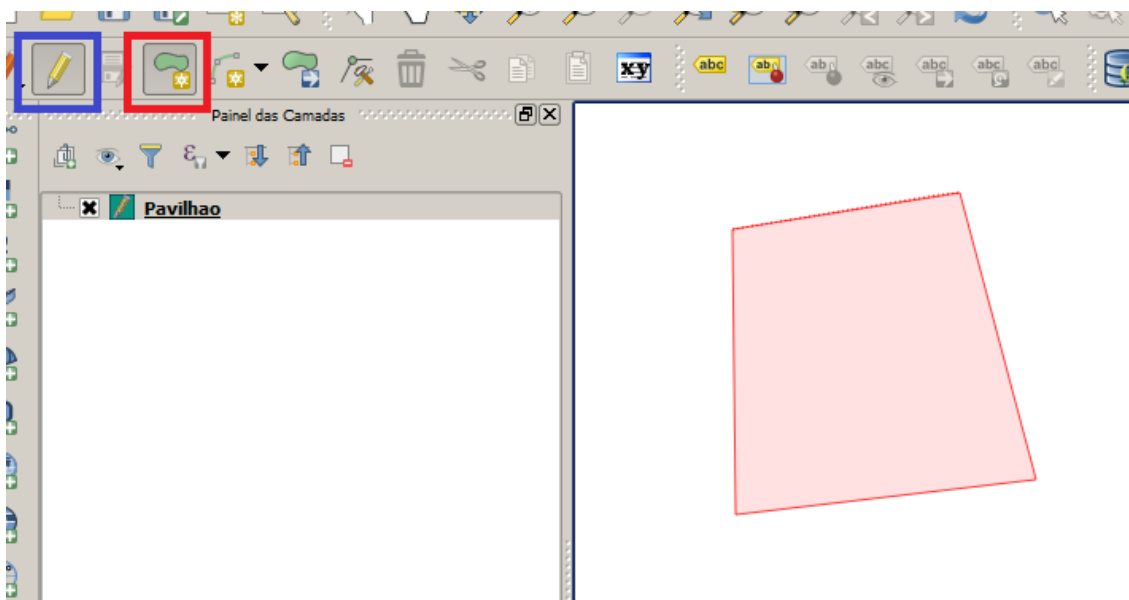


Figura 26 – Localização dos comandos para realizar a digitalização.

5º Passo: Efetuar a união entre a informação alfanumérica e a tabela de atributos, através do processo acima explicado (ver ponto 4.1.)

4.4. Criar um novo compositor de impressão (layout)

Caso os *layouts* já existentes não vão ao encontro das especificidades pretendidas existe a possibilidade de criar um novo compositor.

Este processo é desencadeado através dos seguintes comandos: *Projeto > Novo Compositor de Impressão*. De seguida aparecerá uma nova janela que permite a elaboração do *layout* pretendido, utilizando as ferramentas localizadas na coluna do lado esquerdo da janela (inserir legenda, escala, título...).

Para mais informação consultar manual de QGIS elaborado pela Engenheira Ana Sofia de introdução ao QGIS, consultando o subcapítulo “2.4 Saídas Gráficas”, na página 23.

5. Consultar informação na base de dados - exemplos

O ponto 5 terá como objetivo exemplificar como se poderá consultar a informação da base de dados de acordo com algumas das principais temáticas que a constituem.

5.1. ARU em vigor

Para consultar a informação respeitante às ARU em vigor existem duas possibilidades: em primeiro lugar a consulta do ficheiro *excel* que contém todas as ARU em vigor na região este encontra-se inserido na pasta “1.Trabalho Final” > “1.Global” e a denominação do mesmo é “ARU_LVT_31-06-2017, estando este atualizado à data de 30 de junho.

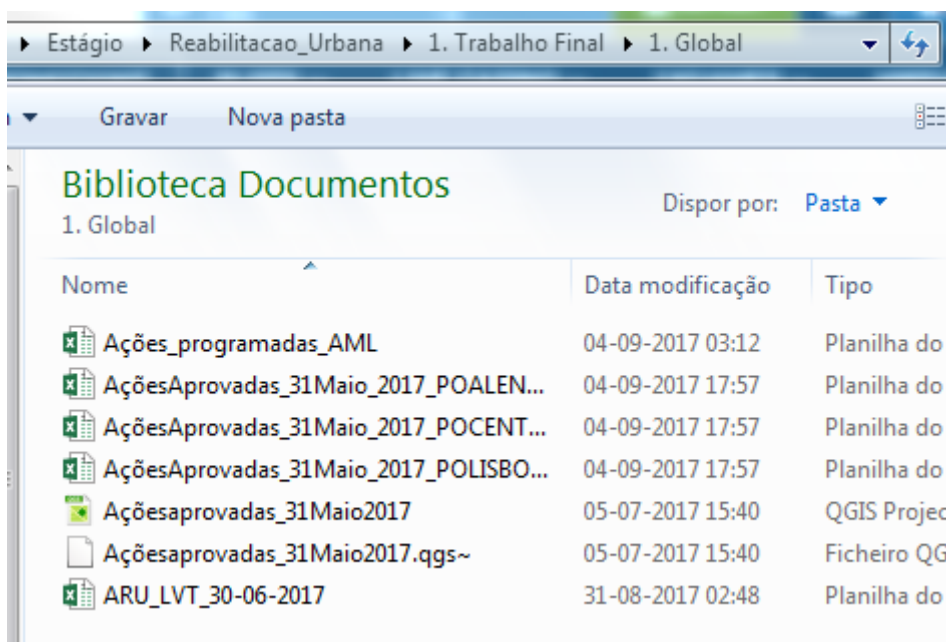


Figura 27 – Localização do ficheiro excel global referente às bases de dados.

A segunda opção passa por consultar o projeto QGIS onde estão inseridas todas as *shapefiles* das ARU e respetiva informação alfanumérica, associada à tabela de atributos destas. Por sua vez, este encontra-se localizado na pasta “3.ARU_Projeto” > “Base de Dados – ARU”, abrindo o projeto QGIS pode-se consultar todas as *shapefiles* referentes às ARU constantes da base de dados (figura 28).

Para além do projeto onde constam todas as ARU, na figura 28 podemos verificar a existência de um projeto denominado “Áreas com ORU” e neste constam apenas as *shapefiles* das ARU que possuem operação de reabilitação aprovada, sendo este o local ideal para a consulta desta informação.

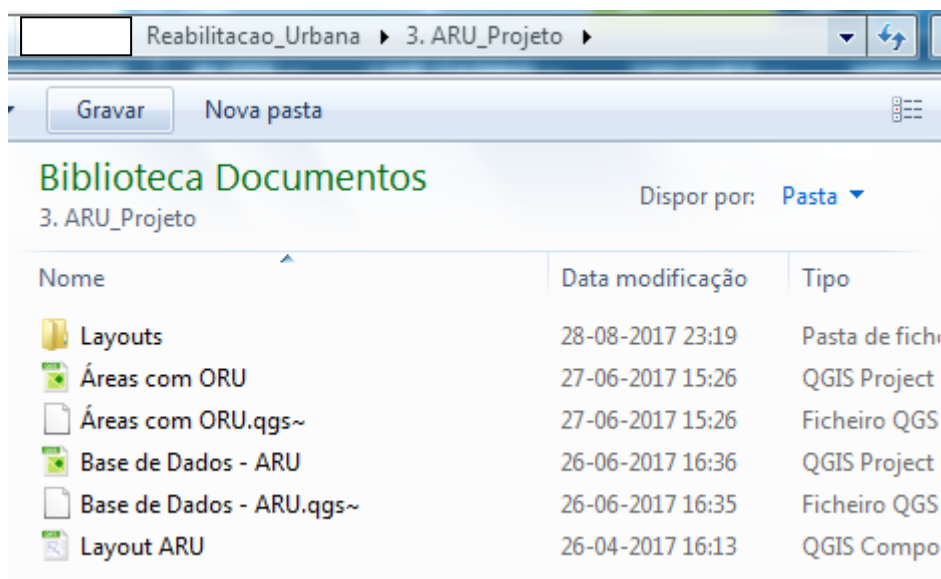


Figura 28 – Localização do projeto QGIS referente às ARU..

5.2. Ações dos PEDU

No que toca às informações recolhidas referentes aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano tal como nas ARU, podemos optar por consultar esta informação diretamente nos ficheiros *excel* ou, por outro lado, nos ficheiros QGIS através dos quais se pode ter uma melhor noção da localização geográfica das intervenções através das *shapefiles* que constam desta base de dados.

Relativamente aos ficheiros *excel*, existem dois tipos de informação, nomeadamente para a AML, por um lado pode-se consultar todas as ações programadas para a região as quais se encontram no ficheiro *excel* denominado “Ações_programadas_AML” localizado nas pastas “1.Trabalho Final” > “1. Global”. Para além das ações programadas na AML, nesta mesma pasta, encontram-se os ficheiros *excel* onde se encontra a informação referente às ações aprovadas à data de 31 de Maio de 2017 na AML, Médio Tejo, Oeste e Lezíria do Tejo (figura 29). Sendo que também aqui se pode consultar o projeto QGIS no qual estão integradas as *shapefiles* disponíveis das ações aprovadas na mesma data.

Estágio ▶ Reabilitacao_Urbana ▶ 1. Trabalho Final ▶ 1. Global

Gravar Nova pasta

Biblioteca Documentos Dispor por:

1. Global

Nome	Data modificação
Ações_programadas_AML	04-09-2017 03:12
AçõesAprovadas_31Maio_2017_POALEN...	04-09-2017 17:57
AçõesAprovadas_31Maio_2017_POCENT...	04-09-2017 17:57
AçõesAprovadas_31Maio_2017_POLISBO...	04-09-2017 17:57
Açõesaprovadas_31Maio2017	05-07-2017 15:40
Açõesaprovadas_31Maio2017.qgs~	05-07-2017 15:40
ARU_LVT_30-06-2017	31-08-2017 02:48

Figura 29 – Elementos referentes aos PEDU constantes da base de dados

Para além desta consulta em termos globais, também é possível verificar esta informação de forma individual para os concelhos da AML, permitindo uma leitura mais concreta no que toca às ações programadas e aprovadas para cada um destes concelhos. Para efetuar esta leitura estão disponíveis os ficheiros Excel individuais e os projetos QGIS individuais de cada um destes concelhos.

Para efetuar esta consulta entra-se na pasta “1. Trabalho Final” e seleciona-se o município para o qual queremos verificar a informação. Chegando à pasta do município pode-se abrir diretamente o Projeto QGIS com a denominação do concelho ou consultar os ficheiros *Excel* localizados na pasta “2. Ficheiros Excel” na qual estão disponíveis os ficheiros com a informação respeitante às ARU existentes no concelho e também o ficheiro com tanta a informação recolhida respeitante aos PEDU desse concelho (figura 30).

Estágio ▶ Reabilitacao_Urbana ▶ 1. Trabalho Final ▶ Lisboa ▶

Partilhar com Correio Electrónico Gravar Nova pasta

Biblioteca Documentos Dispor por: Pasta ▼

Lisboa

Nome	Data modificação	Tipo
1. Shapefiles	28-08-2017 23:15	Pasta de ficheiros
2. Ficheiros Excel	28-08-2017 23:15	Pasta de ficheiros
3. Layouts	28-08-2017 23:15	Pasta de ficheiros
4. Fontes	28-08-2017 23:15	Pasta de ficheiros
Lisboa	29-08-2017 00:34	QGIS Project
Lisboa.qgs~	29-08-2017 00:34	Ficheiro QGIS

Figura 30 – Localização das informações individualizadas por concelho.